- 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Centenário da OIT
- Diferenças salariais entre gêneros
- Vaza Jato: as conversas secretas
- 101 emendas na Constituição Federal
- Lei Geral de Proteção de Dados
- Criminalização da homofobia
- Inclusão de pessoas com deficiência
- Liberdade econômica
- Acordo de Paris e temperatura global
- Matriz energética brasileira
- Crédito de descarbonização
- Refugiados, imigração e migração
- Consumismo e conscientização
- Ideologias na Educação

ALMANAQUE DO ESTUDANTE EXTRA

ATUALIDADES
ENEM + VESTIBULAR 2019



Os assuntos mais abordados nas provas de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

ON LINE EDITORA

Essencial para o ingresso no ensino superior

O conhecimento de Atualidades é fundamental para os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio e vestibulandos se atualizarem com os fatos mais importantes do Brasil e do mundo. Tais saberes podem ser obtidos por meio do acompanhamento e atenção aos temas abordados nos noticiários, quer sejam na TV, em revistas e jornais, ou ainda em sites especializados em notícias e opiniões variadas.

Professores dos mais diversos cursos preparatórios e pré-vestibulares apontam que não é possível se dar bem nas provas de Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Linguagens e Códigos e Redação sem um bom acompanhamento de Atualidades.

Tanto para o Enem como também para vestibulares é preciso estar por dentro dos acontecimentos marcantes da política, da edição de novas regras de conduta, enfim, conhecer a legislação e seus desdobramentos. As tomadas de decisões administrativas do Governo interessam a cada cidadão, assim como os avanços na Ciência, na saúde pública, no combate às formas de discriminação, as medidas para redução de desigualdades, tudo isso com atenção especial aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O domínio de conhecimentos gerais é essencial para resolver com maior velocidade as questões objetivas, além de servirem de base para as provas discursivas. Também propicia o repertório sociocultural de que os estudantes secundaristas tanto precisam na hora de produzirem textos dissertativos-argumentativos ou de outros gêneros nas mais diversificadas provas de Redação dos exames que abrirão as portas do ensino superior.

Bom estudo!

Os editores
redacao@editoraonline.com.br

IBC – INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA LTDA
CNPJ 04.207.648/0001-94
Avenida Juruá, 762 – Alphaville Industrial
CEP. 06455-907 – Barueri/SP
www.revistaonline.com.br

Presidente: Paulo Roberto Houch
MTB 0083982/SP

Editora: Priscilla Sipans
(redacao@editoraonline.com.br)
Coordenador de Arte: Rubens Martim
Colaboraram nesta edição: Murilo Oliveira de Castro Coelho
(conteúdo, pesquisa e diagramação)
Impresso por: Gráfica Oceano
Vendas: Tel.: (11) 3393-7723 (vendas@editoraonline.com.br)

Todos os direitos reservados.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A445 Almanaque do estudante extra: atualidades: ENEM + vestibular 2019 / Equipe On Line Editora. – Barueri, SP: On Line, 2019.
24,5 x 27,5 cm

ISBN 978-85-432-1993-6

1. Almanaques brasileiros. 2. Universidades e faculdades – Vestibular.

CDD 056.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

SUMÁRIO

17 ODS

Agenda de desenvolvimento sustentável 8

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O aumento da pobreza no Brasil. 11
A questão da fome no Brasil e no mundo segundo a FAO 13

SAÚDE

Problemas na saúde pública 14
Judicialização da saúde 15
STF desobriga Governo de fornecer medicamento sem registro na Anvisa 17
Pacientes buscam tratamento com canabidiol 19
Polêmica sobre a expressão 'violência obstétrica' 20
Outro vírus transmitido por mosquitos: o mayaro 22
Movimento antivacinação 24
Nova política brasileira de drogas 26
Consumo de álcool uma década depois da Lei Seca 27

EDUCAÇÃO

As diferentes ideologias na educação 28
Ensino domiciliar 32
Contingenciamento das verbas destinadas à educação. 33
Direito à alfabetização. 35
Relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação 36

IGUALDADE DE GÊNERO

Direitos de acordo com a identidade de gênero e a orientação sexual 37
Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. 38

ÁGUA POTÁVEL

Consumo de água e sua demanda econômica 39
Conscientização para usar a água de maneira sustentável 40
Plano Nacional de Segurança Hídrica. 41
Agrotóxicos na água 44
Ação judicial contra agrotóxicos 45

MEIO AMBIENTE

Mudanças climáticas ameaçam a humanidade. 48
Entenda o motivo de limitar o aquecimento global 50

SANEAMENTO

A política de saneamento básico do Governo brasileiro 53

ENERGIA LIMPA

Matrizes energéticas no Brasil e no mundo 55
Oferta de energia elétrica 57
Matrizes energéticas no mundo 58
Jovens comprometidos com a preservação do planeta 60

TRABALHO DECENTE

Trabalho decente e crescimento econômico 61
Subutilização, empregos parciais e intermitentes 63
Liberdade econômica 64
Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho 65
Desigualdade salarial 66

CONSUMO

O desafio de conciliar produção sustentável e consumo 68

RESÍDUOS SÓLIDOS

O descarte ambientalmente responsável de substâncias e resíduos tóxicos 70
Tendências de consumo no século XXI 71
Política Nacional de Resíduos Sólidos 72

MOBILIDADE
Políticas públicas de mobilidade urbana . . . 74
Mudança de hábito de transporte . . . 76
CIDADE SUSTENTÁVEL
Conferências sobre o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável . . . 78
Cidades inteligentes . . . 80
Gestão de municípios sustentáveis . . . 82
PRODUÇÃO RESPONSÁVEL
Diversificação industrial promove sustentabilidade . . . 84
Indígenas participam da evolução da consciência ecológica . . . 86
Proteção da Amazônia ajuda a combater o aquecimento global . . . 87
Fundo Amazônia ameaçado . . . 88
Hábitos que ajudam a reduzir mudanças no clima . . . 89
EQUIDADE DE GÊNERO
Diversidade, inclusão e equidade de gênero nas empresas públicas e privadas . . . 90
Equidade de gênero pode elevar o PIB . . . 93
Participação política das mulheres . . . 95
REDUÇÃO DE DESIGUALDADES
A redução das desigualdades envolve a erradicação da pobreza . . . 97
PROTEÇÃO DE OCEANOS
Alerta sobre a acidificação dos oceanos . . . 99
AÇÃO CONTRA MUDANÇAS NO CLIMA
Papa Francisco inspira iniciativa da ONU Meio Ambiente . . . 102
Estudo sobre a implementação do Código Florestal . . . 103
Conheça o Acordo de Escazú . . . 104
DADOS PESSOAIS
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais . . . 105
ELEITORAL
Escândalo das candidaturas femininas laranjas . . . 106
OIT
Centenário da Organização Internacional do Trabalho . . . 108
70 ANOS DA DUDH
70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos . . . 112
MUNDO
Encerrado o Tratado de Desarmamento Nuclear . . . 115
Banco Central dos EUA reduz juros pela primeira vez em 11 anos . . . 116
Estados Unidos retomam pena capital para crimes federais violentos . . . 117
Conselho de Segurança da ONU preocupado com epidemia de ebola . . . 118
Crise mundial de refugiados . . . 119
Deslocamentos rumo à Europa . . . 122
Refugiados rohingya em Bangladesh . . . 124
Venezuelanos no Brasil . . . 125
#VAZA JATO
#Vaza Jato . . . 126
EMENDAS NA CONSTITUIÇÃO
Constituição recebe a centésima primeira emenda . . . 128













ALMANAQUE DE ATUALI





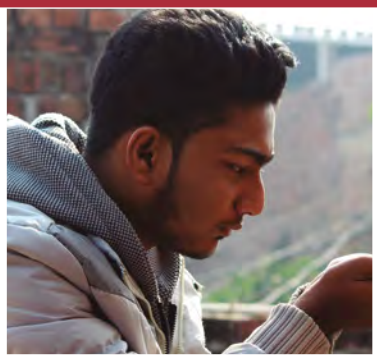








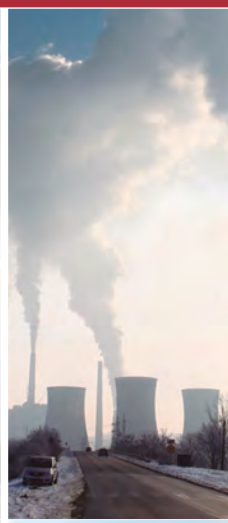


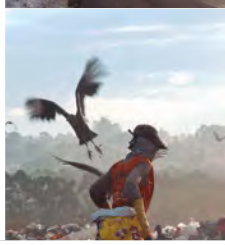


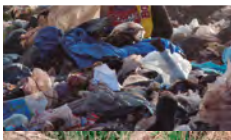












DADES

















Agenda de desenvolvimento sustentável

17 objetivos para transformar nosso mundo

Depois de a Organização das Nações Unidas ter publicado os "8 Jeitos de Mudar o Mundo" – os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – estabelecidos a partir do ano 2000, um conjunto de metas que deveriam ser atingidas pelos países até 2015, através de ações concretas dos governos e da sociedade, os representantes dos 193



Wikimedia / Bijiji [CC BY-SA 3.0

Salão de convenções na sede das Organização das Nações Unidas (ONU) localizada em Genebra, na Suíça.

Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e traçaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo informações da Nações Unidas Brasil, a Agenda 2030, determinando as medidas globais que serão adotadas por governos e organizações não governamentais para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e garantir uma vida digna para os seres humanos de todas as nações até 2030. As metas que deverão ser cumpridas estão sempre ligadas ao resultado da Rio+20 – a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – que foi realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro.



Segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), órgão da Organização das Nações Unidas que tem a função de promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo, apesar de os ODM terem conseguido certo êxito, existem outros grandes desafios para a agenda de desenvolvimento global intitulada Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O progresso obtido "teria sido improvável se não houvesse foco, financiamento e ação em torno dos objetivos", disse a administradora mundial do Pnud, Helen Clark, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015.

Helen Clark destacou ainda em seu discurso que "os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável orientarão o desenvolvimento para os próximos quinze anos, oferecendo uma oportunidade de atender aspirações globais dos cidadãos para um futuro mais pacífico, próspero e sustentável".

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. No entanto, os Estados-membros se esforçarão para atingir os Objetivos em um momento em que a instabilidade é quase uma regra. A realidade do mundo em que vivemos necessita de mais investimentos preventivos.

Ao discorrer sobre os esforços que todos os países devem empreender para ampliar o desenvolvimento, a administradora mundial do Pnud observou que "as desigualdades crescentes e a discriminação descontrolada que enfraquecem a coesão social precisam ser combatidas de frente e a degradação do meio ambiente precisa ser detida".

As metas que serão monitoradas e terão o desempenho medido por 300 indicadores elaborados pela ONU. Os compromissos envolvem tanto os países ricos como os pobres.

No Preâmbulo da Agenda destaca-se que "[...] é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. [...] busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. [...] Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta".

Os principais pontos que os ODS pretendem aprimorar no mundo

Reduzir pela metade o número de pessoas vivendo na extrema pobreza

❏ Os chamados "bottom billion", para muitos dos quais a vida praticamente não mudou em muitos aspectos

Acabar com a pobreza infantil crescente no mundo

❏ Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a pobreza infantil está relacionada a níveis decrescentes de benefícios a mães e crianças. A era de austeridade não tem sido gentil aos programas de proteção social em muitos países

A desigualdade de gênero

❏ As sociedades mais prejudicadas serão as que falharem em não aproveitar o potencial e da população feminina. Onde mulheres são "desempoderadas" e subrepresentadas nos círculos decisórios, ir ao encontro das necessidades delas deve ser uma prioridade

Frear o ritmo acelerado de degradação ambiental

❏ A sobrevivência e o bem-estar humanos dependem do clima e de outros ecossistemas. A perda de espécies mina os meios de subsistência, a saúde e a segurança alimentar, afetando a todos, principalmente os mais pobres e mais vulneráveis

O desenvolvimento sustentável só ocorre com paz e estabilidade

❏ Infelizmente, o mundo enfrenta instabilidades socioeconomicas e conflitos bélicos



17 ODS / ONUBr

The Bottom Billion

A administradora mundial do Pnud Helen Clark afirmou que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram elaboradas com base na obra de Paul Collier, um economista inglês e professor de Oxford especialista em política, economia e desenvolvimento de países pobres, uma das mais lidos pela comunidade acadêmica e por políticos do mundo, mas ainda sem tradução no Brasil, intitulado "The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It" (O bilhão de baixo: por que os países mais pobres estão falhando e o que pode ser feito). Publicado em 2017, apresenta um debate sobre a eficácia da ajuda internacional na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento de países pobres.

Collier argumenta que, apesar de aproximadamente cinco bilhões de pessoas estarem começando a ascender economicamente e conseguirem sair do desesperado estado de pobreza em que se encontravam em razão de terem sido beneficiadas com o processo de globalização que atingiu países em desenvolvimento, ainda há um contingente que ele chama de "o bilhão de baixo", composto pelo grupo de pessoas que vivem em sociedades em situação de extrema pobreza, que apresentam algumas ou todas das quatro armadilhas ao desenvolvimento: a) conflitos armados, b) a maldição dos recursos naturais, c) países sem acesso ao litoral e cercado por países pobres; e d) governos ineficientes.

O autor dá uma série de sugestões para melhorar as boas práticas de governança, enfatizando que deveriam ser estabelecidas por organismos internacionais como a ONU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), defendendo que não se pode ter uma atitude do tipo "coração sem cabeça" para com problemas aparentemente sem solução que afligem a humanidade, principalmente as pessoas mais pobres do mundo.

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



Barracos construídos sobre as águas servindo de moradias para milhões de brasileiras e brasileiros: as palafitas

O aumento da pobreza no Brasil

País registra crescimento da desigualdade

A pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira", realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, apontou que quase 55 milhões de brasileiros encontravam-se em situação econômica considerada abaixo da linha da pobreza, isto é, com renda familiar por pessoa inferior a R$ 7 por dia (inferior a US$ 1,90, em paridade de poder de compra), de acordo com os critérios adotados pelo Banco Mundial. Segundo a pesquisa do IBGE, um em cada quatro habitantes do Brasil figurava na lista de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. A Síntese de Indicadores Sociais "analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades" conforme informações obtidas do próprio órgão público.

Os registros de renda da economia brasileira estão em conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que sugere o acompanhamento de indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Já em 2019, o relatório do Banco Mundial intitulado "Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Acompanha as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, produzidos também com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. **Fonte:** https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e

realidade" indica que a pobreza aumentou no Brasil entre 2014 e 2017.

O Brasil bateu recorde de desigualdade de renda em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV)

Apesar de o rendimento domiciliar por pessoa ter ficado em R$ 1.373 em 2018, segundo dados divulgados em fevereiro de 2019 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad Contínua), um aumento de 8,2% em relação ao ano de 2017, a desigualdade aumenta bastante. Dados divulgados pelo Ibre-FGV revelam que, entre 2014 a 2019, os 10% mais ricos aumentaram de 49% para 52% a sua renda do trabalho, mesmo tendo passado por uma crise econômica acentuada no Brasil. Por outro lado, a outra metade da população composta pelos mais pobres, que antes da crise ficavam com 5,74% da renda do trabalho, teve uma queda deste percentual para apenas 3,5%.

O índice que mede a renda do trabalho per capita alcançou 0,627, o maior da série histórica iniciada em 2012. Quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade, de acordo com o índice de Gini. As oscilações na relação entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população indicam que a desigualdade no Brasil continua crescente.



A desigualdade de renda aumentou no Brasil em 2019

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Enquanto no Distrito Federal a renda domiciliar per capita ficou em R$ 2.460, ainda de acordo com a pesquisa da Pnad Contínua divulgada este ano, no Maranhão o valor foi de R$ 605.

O Banco Mundial, entretanto, avalia que 2019 a economia da América Latina deve crescer 0,9% (excluindo a Venezuela, onde o crescimento em 2018 foi de 1,4% e deverá ser de 1,9% neste ano). Contudo, a previsão para a três maiores economias da região – Brasil, México e Argentina – deve ser de crescimento fraco ou até mesmo negativo, enquanto o PIB da Venezuela deve sofrer nova queda de 25%.

Na 1ª Conferência Ministerial Regional das Américas sobre Economia Verde, evento organizado pela World Green Economy Organization (WGEO) – Organização Mundial da Economia Verde –, pelo Escritório de Cooperação Sul–Sul da Organização das Nações Unidas e pelo Instituto Brasil África, realizada em Fortaleza, em junho de 2019, um documento de compromisso para a alavancagem do desenvolvimento sustentável na América Latina foi assinado. Segundo o coordenador regional do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, Edem Bakhshish, na entrevista concedida à Agência Brasil, as ações sugeridas estão distribuídas em quatro eixos: criação de políticas para um modelo de economia verde, promoção do uso e da ampliação de tecnologias inovadoras, aumento do financiamento para assegurar recursos suficientes para o desenvolvimento sustentável e capacitação da sociedade para ações de desenvolvimento no âmbito nacional.

Índice de Gini

O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo 1 o valor de máxima desigualdade e 0 a perfeita igualdade na distribuição de renda (quando X% da população se apropria dos mesmos X% da renda total).

Linha da pobreza

Em outubro 2015, o Banco Mundial atualizou o parâmetro de avaliação das pessoas que vivem na pobreza extrema: agora, são aquelas que vivem com US$ 1,90 por dia ou menos. O valor anterior era de US$ 1,25 por dia.

A questão da fome no Brasil e no mundo segundo a FAO

Em 2019, os brasileiros voltaram a conviver com o fantasma da fome

Apesar de ter saído do Mapa Mundial da Fome em 2014, quando o índice de habitantes que consomem menos calorias que o recomendado caiu para 3% da população, dados revelados em 2018 pelo relatório o "Estado da Insegurança Alimentar no Mundo" – produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) – mostram o Brasil fazendo um caminho contrário ao que trilhou ao estabelecer as políticas de segurança alimentar e de transferência condicional de renda como o programa Bolsa Família, uma vez que a fome já atinge 5,2 milhões de pessoas no país.

O relatório "Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável" do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil – grupo apartidário que atua em conjunto com o Governo na construção do Plano de Ação Nacional – aponta para o risco de o Brasil ser reinserido no mapa da ONU cujo critério é a quantidade de pessoas alimentadas com menos calorias do que o recomendado seja inferior a 5% da população.

Fome no mundo

A pesquisa da FAO de 2018, elaborada em conjunto com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), revelou que a fome avançou na América do Sul e na maioria das regiões da África.

A América Latina e o Caribe apresentaram uma taxa muito baixa de desnutrição infantil (1,3%), o equivalente a 700 mil meninos e meninas com menos de cinco anos de idade, proporção bem abaixo da média global de 7,5%.

O relatório intitulado "Monitoramento da Segurança Alimentar em Países com Situações de Conflito", produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e divulgado em janeiro de 2019, demonstrou que os conflitos bélicos registrados em diferentes países agravaram as necessidades alimentares de populações no Afeganistão, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e Iêmen. O documento concluiu que cerca de 113 milhões de pessoas em 53 países tiveram insegurança alimentar aguda em 2018, na comparação com 124 milhões em 2017. De acordo com informações da ONU Brasil, "entre 2014 e 2020, a UE terá destinado cerca de 9 bilhões de euros para iniciativas sobre segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável em mais de 60 países".



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A insegurança alimentar continua sendo um desafio global, segundo a FAO

Os 10 países em que as pessoas mais passam fome aguda

País	Habitantes
Iêmen	15.9 milhões
República Democrática do Congo	13,1 milhões
Afeganistão	10 milhões
Síria	6,5 milhões
Sudão do Sul	6 milhões
Bacia do Chade	3,4 milhões
Somália	2,7 milhões
Iraque	2,5 milhões
República Centro-Africana	1,7 milhões
Palestina	1,3 milhões

Fonte: relatório da FAO sobre o estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo, publicado em setembro de 2018

Insegurança alimentar e fome crônica

A insegurança alimentar aguda ocorre quando a incapacidade de uma pessoa de consumir alimentos adequados coloca em perigo imediato sua vida ou seus meios de subsistência. Já a fome crônica aparece quando uma pessoa é incapaz de consumir alimentos suficientes para manter um estilo de vida normal e ativo durante um período prolongado. **Fonte**: https://nacoesunidas.org/fome-aguda-afeta-113-milhoes-de-pessoas-no-mundo-diz-relatorio-da-onu/.

FAO

Durante a 41ª sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, realizada entre os dias 22 e 29 de junho de 2019, o chinês Qu Dongyu foi eleito novo diretor-geral da FAO até 31 de julho de 2023.

Problemas na saúde pública

A redução de investimentos para promoção e prestação de serviços públicos de saúde pode levar o Brasil a figurar entre os países com baixo IDH

Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), ter estabelecido como meta para 2019 a ampliação do acesso e da cobertura de saúde, no Brasil o teto de gastos estabelecido por meio da Emenda Constitucional 95/2016 – que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União – e a proposta de desvinculação de receitas da saúde ameaçam reduzir o gasto mínimo obrigatório do Governo com a saúde pública, fator capaz de destruir o Sistema Único de Saúde (SUS).

A desvinculação do orçamento é uma forma para o ente público ter mais liberdade para gastar os recursos arrecadados. Segundo estimativa do Ministério da Economia, divulgada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, 93% da receita líquida da União têm destino definido por lei, ou seja, são recursos vinculados, comprometidos. Destaque-se que o Governo deve garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais, segundo determina a Constituição Federal. Todavia, o atual ministro da Economia Paulo Guedes propõe a desvinculação de todas as receitas da União, dos estados e municípios para acabar com as obrigações constitucionais de investimento mínimo em saúde e outras áreas essenciais para a população do país.



A atenção à saúde constitui um dos critérios utilizados para o cálculo do IDH

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Nas unidades da federação, a lei determina que os estados reservem 12% e municípios 15% de suas receitas líquidas provenientes da arrecadação com saúde, são regras que obrigam os gestores a utilizarem os recursos financeiros em funções específicas.

Em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, publicada em 10 de maio deste ano, Guedes afirmou que o objetivo do governo é que as duas propostas de emenda constitucional – reforma da Previdência e a desvinculação do Orçamento – caminhem juntas no Congresso.

Desigualdade na atenção à saúde

A possível redução de investimentos para a promoção e prestação de serviços públicos de saúde equivaleria à redução dos direitos dos cidadãos assegurados pela Constituição.

O diretor do escritório que produz o "Relatório de Desenvolvimento Humano", o economista português Pedro Conceição, em entrevista à **ONU News** explicou que, entre os seus objetivos para o cargo, um aspecto que vai ser muito importante será perceber

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. O IDH vai de 0 a 1, significando que quanto maior, mais desenvolvido será o país. Por isso, o IDH apresenta números como 0,867 e 0,021.

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. **Fonte**: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html

como é possível conciliar o conceito de desenvolvimento humano com o de sustentabilidade econômica, ou seja, reduzir as desigualdades que se manifestam em áreas como a saúde, mas que nem sempre estão correlacionados com a desigualdade econômica.

A desigualdade na distribuição de renda e o baixo crescimento da economia nos últimos anos têm influenciado a redução de recursos públicos destinados para a saúde, fator capaz de resultar na falta de assistência da população brasileira.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o órgão da Organização das Nações Unidas que atua para promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo, desde 2010 novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre os quais um dos pilares é a saúde, mensurada da forma de averiguar na população de determinado país se vive-se uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida, isto é, a atenção à saúde constitui um dos critérios utilizados para o cálculo do IDH.

Desvinculação de Receitas da União – DRU

Criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) e rebatizada nos anos 2000 com o nome de Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite que o governo remaneje livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado. Atualmente, a desvinculação incide sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária, além de possibilitar o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública.
Fonte: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru.

Judicialização da saúde

As ações judiciais exigindo medicamentos para o tratamento de doenças abarrotam o Poder Judiciário

Especialmente os pacientes acometidos por doenças raras são tutelados pelo Ministério Público Federal (MPF), que ingressa com ações na Justiça tanto contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como contra o próprio Ministério da Saúde com a finalidade de obrigar o Governo a fornecer remédios de alto custo ou realizar tratamentos de saúde para pessoas em estado de necessidade urgente.

Contudo, em algumas situações o Ministério da Saúde tenta finalizar o processo de compra de medicamentos para tratamento de doenças raras, enquanto a licença de importação para alguns remédios pode eventualmente ser negada pela Anvisa, ocasionando problemas seríssimos em demandas que precisarão ser analisadas por um juiz.

Além disso, ações judiciais também são propostas em razão de as políticas de saúde enfrentarem problemas com a própria Administração Pública, por exemplo, afronta ao princípio de ampla concorrência de ob-



Foto:Nelson Jr./SCO/STF

Audiência pública sobre saúde no STF.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação

servação obrigatória em todo e qualquer procedimento licitatório, isto é, o sistema de compras governamental.

A efetividade do direito à saúde está em conformidade tanto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como também com a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 estabelece que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação".

Um estudo encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Poder Judiciário sobre a judicialização na saúde apontou crescimento de quase 130% nas demandas judiciais entre 2008 e 2017. Segundo a **Agência Brasil**, "Problemas com os convênios foram a maior causa (30,3%) dos pedidos de processos relacionados ao assunto no país. Outros assuntos levados ao Judiciário nessa última década foram os pedidos de seguro em saúde (21,1%), saúde pública (11,7%), o tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos (7,8%) e fornecimento de medicamentos (5,6%)".

Ainda de acordo com a reportagem publicada pela **Agência Brasil**, "A pesquisa constatou que, em São Paulo, 82% dos processos se referem a planos de saúde, tendo distribuído 116.518 casos nessa categoria. No Rio de Janeiro, saúde pública é o principal tema, com 35% dos casos. Em Minas Gerais, o assunto que mais aparece é o tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos, com 21%, mesmo assunto predominante em Santa Catarina (28%)".

A assessora-chefe de assuntos legislativos da Defensoria Pública da União, Bárbara Pires, disse à **Agência Câmara de Notícias** que "a tendência é a situação piorar, pois o orçamento federal foi congelado pela emenda constitucional do teto de gastos. A Emenda 95 determina que os gastos federais serão corrigidos pela inflação do ano anterior. Até então, os recursos da saúde eram vinculados à arrecadação do governo federal". Na mesma reportagem, responsáveis pelas Defensorias Públicas afirmaram que, "além do reajuste dos valores, a tabela do SUS precisa ser modernizada para incluir novos procedimentos e medicamentos".

O grupo de trabalho que discute a modernização da tabela se reuniu na Câmara, em junho de 2019, e destacaram que os planos de saúde pagam dez vezes mais por um leito de UTI do que o SUS.

A sociedade deve participar dos Conselhos e Conferências de Saúde, ajudando a formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.

Sistema Único de Saúde – SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Básica, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. **Fonte**: http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude.

STF desobriga Governo de fornecer medicamento sem registro na Anvisa

O julgamento que começou em 2016 foi retomado em maio de 2019

No mês de maio de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Governo "não pode ser obrigado a fornecer medicamento experimental ou sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), salvo em casos excepcionais", de acordo com informações da **Agência de Notícias STF**.

Segundo informações da Anvisa, os testes de medicamentos em humanos demandam tempos diferentes de análise, além de outro fator que precisa ser levado em consideração e que influencia o desenvolvimento de pesquisas clínicas: a apresentação da documentação pela empresa fabricante do remédio experimental.

A polêmica acerca do assunto é muito grande. Enquanto alguns entendem que o Estado deve fornecer medicamentos que ainda não têm a liberação por parte da Anvisa – responsável pela avaliação e certificação da segurança e eficácia dos medicamentos produzidos e comercializados no Brasil – outros creem que o paciente deve receber o tratamento, ainda que este seja experimental. São milhões de processos que tramitam na Justiça brasileira envolvendo o mesmo assunto.

Os casos mais emblemáticos de remédio experimental foram a fosfoetanolamina, que levou milhares de pacientes ou parentes de doentes com câncer a formarem filas na USP de São Carlos em busca de uma substância capaz de combater a doença; e também medicamento com canabidiol (substância retirada da maconha – Cannabis sativa), que já teve, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro obrigando um plano de saúde a fornecer este medicamento ainda não aprovado pela Anvisa a um paciente acometido de epilepsia.

No julgamento do STF, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, afirmou que o Código Penal prevê a criminalização da comercialização de medicamento sem o aval da Anvisa. O caso trata apenas do fornecimento de medicamentos pelo SUS, isto é, a discussão girou em torno de verificar se o Estado tem o dever de pagar medicamentos de alto custo e que não estão na lista do Sistema Único de Saúde.

O Plenário, por maioria de votos, determinou que o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais, excetuando o fornecimento em casos em que o Poder Judiciário determine em função da demora irrazoável da Anvisa em analisar pedido de regularização, quando preenchidos três requisitos: a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, "salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil".

Carlos Moura/SCO/STF



Plenário do STF decidiu que, apesar de ser proibido o fornecimento de remédios sem registro na Anvisa, em casos excepcionais tais medicamentos podem ser fornecidos

A FOSFOETANOLAMINA

O medicamento experimental para o tratamento de câncer começou a ser pesquisado já no início dos anos 1990 pelo cientista e professor aposentado de Química da Universidade de São Paulo (USP) Prof. Dr. Gilberto Orivaldo Chierice. A fosfoetanolamina sintética passou, então, a ser produzida em um laboratório desta instituição de ensino superior e foi distribuída gratuitamente a pacientes que procuravam a substância na esperança de cura.

Em junho de 2014, o Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da USP, determinou a suspensão das doações do remédio em razão de ter sido editada a Portaria IQSC 1389/2014, que →

determina que "tais tipos de substâncias só poderão ser produzidas e distribuídas pelos pesquisadores do IQSC mediante a prévia apresentação das devidas licenças e registros expedidos pelos órgãos competentes determinados na legislação (Ministério da Saúde e Anvisa).

A ex-presidente da República Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.269/2016, que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna. No entanto, em maio do mesmo ano, o STF julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5501, movida pela Associação Médica Brasileira (AMB), decidindo que a "liberação é incompatível com direitos constitucionais fundamentais como o direito à saúde". Portanto, declarou que a referida lei é inconstitucional.

Contudo, vários juízes em diferentes estados brasileiros autorizaram o terminal que ingressaram com ação judicial para receber fosfoetanolamina sintética em razão de o STF ainda não ter julgado em definitivo a utilização do medicamento experimental para tratamento de câncer.

Em sua gestão como presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski decidiu manter o fornecimento da fosfoetanolamina sintética "enquanto remanescer o estoque do referido composto, observada a primazia aos pedidos mais antigos". De acordo com a Agência de Notícias do STF, em 2016, Lewandowski afirmou em sua decisão que "o Supremo Tribunal Federal sempre se sensibilizou com a situação dos enfermos que batem às portas do Poder Judiciário, buscando a sua salvaguarda, pessoas sem meios para custear tratamento de saúde de alto custo", além de ressaltar que "não caberia ao Poder Judiciário respaldar a prática de uma medicina não baseada em evidências".

A grande polêmica em torno do medicamento experimental, no entanto, serviu para que surgisse o grupo de trabalho para o estudo desta substância, instituído pela Portaria do Ministério da Saúde 1.767/2015, formado pelo Ministério da Saúde e Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação e outros participantes. Em 2017, a Advocacia-Geral da União encaminhou pedido de liberação da fosfoetanolamina sintética ao Supremo Tribunal Federal alegando que "a legislação brasileira admite, em caráter excepcional, a disponibilização e o consumo de medicamentos sem registro sanitário". Todavia, em 2018, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, emitiu parecer favorável à declaração de inconstitucionalidade da Lei 13.269/2016, aprovada pelo Congresso Nacional para autorizar a comercialização e distribuição da chamada "pílula do câncer", encerrando em definitivo o fornecimento da substância.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Pacientes buscam tratamento com canabidiol

Epilepsia e esclerose múltipla são as principais doenças tratadas com a substância



PxHere / Creative Commons Zero (CC0) license

O canabidiol pode ser elaborado por qualquer pessoa, bastando apenas cultivar a planta e, depois, extrair o óleo em um processo bastante simples

O primeiro medicamento registrado no país à base de Cannabis sativa na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Mevatyl, indicado para o tratamento de esclerose múltipla em 2017. O remédio recebe o nome comercial Sativex em outros 28 países, tais como Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Suíça e Israel.

Em 2015, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 17 autorizou, em caráter de excepcionalidade, a importação de medicamentos à base de canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.

Entretanto, nenhum remédio à base desta substância havia conseguido registro na Anvisa. O uso terapêutico de medicamentos elaborados à base de maconha passou a ser permitido no Brasil, desde que seu uso seja controlado, uma vez que pesquisas revelaram que o canabidiol não tem efeito psicoativo nem causa dependência.

O medicamento é comercializado em forma de um óleo extraído artesanalmente da planta da maconha, a Cannabis.

Contudo, esses medicamentos à base de Cannabis são de alto custo. O remédio caseiro equivalente ao canabidiol pode ser elaborado por qualquer pessoa, bastando apenas cultivar a planta e, depois, extrair o óleo em um processo bastante simples.

Portanto, muitas são as pessoas que recorrem à Justiça no Brasil, a fim de obter autorização para importar sementes e plantar maconha sem que sejam responsabilizadas criminalmente pelo cultivo da planta para produzir o óleo de extrato de canabidiol.

Após a Defensoria Pública de São Paulo ter conseguido autorização no Tribunal de Justiça do estado em 2019, no caso em que uma mãe pleiteava salvo-conduto para cultivar maconha para fins de tratamento da filha autista, pode ser que o Governo resolva autorizar o plantio para outras pessoas doentes. A Defensoria paulista alegou que o parágrafo único do artigo 2º da Lei de Drogas (Lei 11.343/2016), que estabelece a possibilidade de a "União autorizar o plantio, a cultura e a colheita [...], exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização [...]".

Polêmica sobre a expressão ‘violência obstétrica’

Segundo a OMS, são estimados 140 milhões de partos a cada ano no mundo

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que nos últimos 20 anos os profissionais de saúde ampliaram o uso de intervenções durante o nascimento no ambiente hospitalar. Procedimentos que anteriormente eram realizados apenas para evitar riscos ou tratar complicações no parto, por exemplo, as cesarianas, estão ocorrendo em um número bem maior de grávidas saudáveis, as quais passam por ao menos uma intervenção clínica durante o trabalho de parto.

A violência física ou psicológica durante o trabalho de parto em hospitais atinge boa parte das mulheres e bebês em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Muitas das mulheres acabam ficando com sequelas causadas pela chamada violência obstétrica. Por diversas razões, a OMS publicou diretrizes sobre padrões globais de atendimento às mulheres grávidas, tais como “o direito de ter uma companhia de sua confiança durante o trabalho de parto e o nascimento da criança; receber atendimento respeitoso e acesso a boa comunicação com os profissionais de saúde; manter privacidade e confidencialidade; e ter autonomia decisória sobre a gestão da dor, posições, entre outras”.

O Blog da Saúde, do Ministério da Saúde, esclarece que a indução do parto, episiotomia – procedimento para ampliar o canal de parto – parto instrumental (vácuo-extrator ou fórceps) e mesmo uma cesariana devem respeitar a autonomia da mulher. Se estes procedimentos forem realizados sem real necessidade ou de forma imposta serão considerados violência obstétrica.

MPF recomenda ao MS que atue contra a violência obstétrica

O Ministério Público Federal emitiu uma recomendação ao Ministério da

Declaração da OMS

No mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não discriminação. Esta declaração convoca maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos. No mundo inteiro, muitas mulheres experimentam abusos, desrespeito, maus-tratos e negligência durante a assistência ao parto nas instituições de saúde. Isso representa uma violação da confiança entre as mulheres e suas equipes de saúde, e pode ser também um poderoso desestímulo para as mulheres procurarem e usarem os serviços de assistência obstétrica (Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde).



De acordo com a Declaração da OMS, todas as mulheres têm direito ao mais alto padrão de saúde atingível, incluindo o direito a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

As 5 recomendações da OMS

1 – Maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social para a pesquisa e ação contra o desrespeito e os maus-tratos;

2 – Começar, apoiar e manter programas desenhados para melhoras a qualidade dos cuidados de saúde materna, com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência;

3 – Enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante a gravidez e o parto;

4 – Produzir dados relativos a práticas respeitosas e desrespeitosas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais;

5 – Envolver todos os interessados, inclusive as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar as práticas abusivas.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Saúde (MS) para que deixe de combater o uso da expressão "violência obstétrica" e em vez disso tome medidas para coibir maus-tratos com as parturientes, uma vez que, em maio de 2019, foi emitido um despacho proibindo o uso da expressão violência obstétrica sob a alegação de que teria viés ideológico. O documento do MS dizia que a "conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no continuum gestação-parto-puerpério".

A Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia saiu em defesa do Ministério da Saúde, alegando que "o uso da referida expressão tenta demonizar a figura do médico obstetra, como único responsável pelas dificuldades do atendimento e por eventuais maus resultados na assistência ao parto e nascimento, com o que não concordamos".

Na recomendação do MPF foi destacado que "a violência obstétrica caracteriza-se também como violência de gênero e um desrespeito às obrigações do Estado brasileiro frente a Convenção do Pará, assinada em 1994".

Enquanto o Ministério da Saúde afirmava que a referida expressão não condiz com a forma como a Organização Mundial da Saúde se refere à violência, alegando que só ocorre se for praticada de forma intencional contra a parturiente, com o intuito de causar danos físicos, a recomendação do MPF demonstra o contrário. A procuradora da República Ana Carolina Previtalli Nascimento, responsável pelo documento, afirmou que a OMS já publicou a declaração intitulada "Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde", em 2014, citando um trecho que aborda os tipos de violência a que as mulheres são submetidas na hora do parto: "Relatos sobre desrespeito e abusos durante o parto em instituições de saúde incluem violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações da privacidade, recusa de internação nas instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento".

Em junho de 2019, o Ministério da Saúde reconheceu o direito legítimo das mulheres de utilização da expressão violência obstétrica, afirmando no Ofício 296/2019 que a referência à Declaração da OMS "também está presente na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), aprovada no Conselho Nacional de Saúde em 2004, cujos objetivos centrais são promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras e ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS)".

Convenção do Pará

A Convenção do Pará é o nome como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, em 9 de junho de 1994) – promulgada pelo Decreto 1.973/1996, que classifica a violência contra as mulheres uma violação aos direitos humanos. Trata-se de um dos tratados internacionais de direitos humanos do qual o Brasil é signatário, estabelecendo deveres aos Estados-membros da ONU.

Outro vírus transmitido por mosquitos: o mayaro

Considerado endêmico na Amazônia, o vírus mayaro já aparece em casos de doenças no Rio de Janeiro



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Como se já não bastassem as doenças e epidemias transmitidas por mosquitos, como dengue, zika e chikungunya, agora o Brasil corre o risco de enfrentar uma avalanche de casos de infecção pelo vírus mayaro, que causa a chamada "febre do mayaro", felizmente não contagiosa, uma vez que não há transmissão de pessoa a pessoa ou de animais a pessoas. Ela é transmitida somente pela picada de mosquitos infectados com o vírus mayaro, segundo informações do Ministério da Saúde.

Segundo a Assessoria de Imprensa do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Laboratório de Virologia Molecular da instituição informou que há um novo vírus no Rio de Janeiro em 2019. "Provocada pelo vírus de mesmo nome e "primo" da chicungunha, a febre de mayaro é observada de forma endêmica na região Norte do país. A infecção pelo vírus, pertencente à família Togaviridae e ao gênero Alphavirus, causa febre alta e dores articulares crônicas, o que provoca confusão na tentativa de diagnóstico clínico, se baseado apenas nas características sintomatológicas das infecções", disseram os pesquisadores Amilcar Tanuri e Rodrigo Brindeiro.

A prevenção, ainda segundo os pesquisadores da UFRJ, são os mesmos procedimentos já adotados para combater os mosquitos da dengue, entre eles evitar água parada e usar repelentes.

Já o Ministério da Saúde adverte que o adoecimento ou a morte de primatas deve ser imediatamente comunicada às autoridades sanitárias, mesmo que possivelmente não esteja associada às transmissões do vírus mayaro, de modo que possa haver investigação. Isso corre porque os chamados primatas não humanos (PNH) "atuam como importantes hospedeiros vertebrados. Dada a similaridade com o ciclo de transmissão da febre amarela, o registro de mortes de PNH pode contribuir para a investigação e monitoramento de outros arbovírus, como o mayaro, uma vez que já foi descrito a ocorrência concomitantes de surtos de febre amarela e mayaro no Brasil".

Em abril de 2019, o Ministério da Saúde informou que quase mil municípios brasileiros podem ter surto ocasionados por doenças transmitidas por mosquitos. De acordo com a reportagem publicada no site do MS, "O primeiro Levantamento Rápido de Índices de Infestação pelo Aedes aegypti (LIRAa) de 2019 indica que 994 municípios (20% do total realizado) apresentaram alto índice de infestação, com risco de surto para as doenças dengue, zika e Chikungunya".

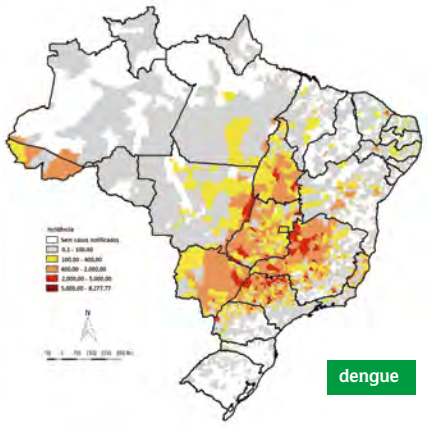
Os sintomas nos pacientes acometidos pela febre do mayaro são semelhantes aos da dengue, zika e chikungunya. "O quadro clínico inicia-se com síndrome febril aguda inespecífica, e que pode acompanhar cefaleia (dor de cabeça), mialgia (dor muscular) e exantema (manchas avermelhadas na pele)". O Ministério da Saúde alerta ainda que as suspeitas de febre do mayaro devem ser notificadas ao SUS para ampliar a vigilância de casos suspeitos, sobretudo nas regiões endêmicas e recentemente afetadas. O diagnóstico é clínico e laboratorial.

O que é febre do mayaro?

A febre do mayaro é uma doença infecciosa febril aguda, cujo quadro clínico geralmente é de curso benigno, semelhante à dengue e à chikungunya. A doença é causada pelo vírus (mayaro (MAYV), um arbovírus (vírus transmitido por artrópodes) da família Togaviridae, gênero Alphavirus, assim como o vírus chikungunya (CHIKV), ao qual é relacionado genética e antigenicamente. O vírus mayaro foi isolado pela primeira vez em Trinidad, em 1954, e o primeiro surto no Brasil foi descrito em 1955, às margens do rio Guamá, próximo de Belém (PA). Desde então, casos esporádicos e surtos localizados têm sido registrados nas Américas, incluindo a região Amazônica do Brasil, principalmente nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste. A febre do mayaro compõe a lista nacional de doenças de notificação compulsória imediata, conforme Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. **Fonte**: http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-do-mayaro.

INCIDÊNCIA DE CASOS

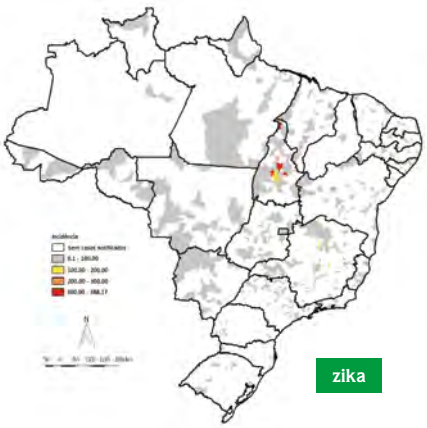
O documento da Secretaria de Vigilância em Saúde intitulado "Monitoramento dos casos de Arboviroses urbanas transmitidas pelo Aedes (dengue, chikungunya e zika) até a Semana Epidemiológica de 2019" trouxe informações importantes para o acompanhamento de casos confirmados por critério laboratorial ou clínico-epidemiológico, incluindo os óbitos. Segundo este relatório, até o mês de abril foram registrados 451.685 casos prováveis de dengue no país. A Secretaria informa que pode haver epidemias localizadas em alguns municípios e estados, mas o Brasil não está em situação de epidemia. Contudo, foram confirmados 123 óbitos e 230 estão em investigação. No mesmo período analisado, foram registrados 24.120 casos prováveis de chikungunya no país, tendo sido confirmados três óbitos e mais 23 ainda estão sob investigação. Quanto à zika foram registrados 3.085 casos prováveis.



Fonte: Sinan Online (banco de dados de 2018 atualizado em 21/01/2019; de 2019, em 15/04/2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (população estimada em 01/07/2018). Dados sujeitos à alteração.



Fonte: Sinan Online (banco de dados de 2018 atualizado em 21/01/2019; de 2019, em 15/04/2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (população estimada em 01/07/2018). Dados sujeitos à alteração.



Fonte: Sinan NET (banco de dados de 2018 atualizado em 09/01/2019; de 2019, em 04/04 /2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (população estimada em 01/07/2018). Dados sujeitos a alteração.

Secretaria de Vigilância de Saúde_Informe Epidemiológico_23.04.2019

Secretaria de Vigilância de Saúde_Informe Epidemiológico_23.04.2019

SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DAS ARBOVIROSES DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA NO BRASIL*			
Semanas de monitoramento			Atualização
Semana epidemiológica (SE) de 01 a 15 (30/12/2018 a 13/04/2019), com exceção de Zika SE13 (30/12/2018 a 30/03/2019)			15/04/2019
	Dengue	Chikungunya	Zika
Casos prováveis[1]	451.685	24.120	3.085
Confirmados	211.710	12.369	662
Óbitos confirmados	123	03	0
Descartados	125.052	6.181	2. 441

Fonte: Sinan Online; *Dados sujeitos a alteração. 1Entende-se por casos prováveis todos os casos notificados, excluindo-se os descartados.

CONHEÇA O LIRAA

Surgida em 2003, a metodologia denominada Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti, o LIRAa, possibilita às autoridades de saúde implementar ações de combate ao Aedes aegypti de modo a evitar epidemias de dengue, zika e chikungunya. Segundo o coordenador da Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC), Rodrigo Lins Frutuoso, conforme declaração prestada à reportagem do Ministério da Saúde, o monitoramento realizado pelos agentes de combate às endemias (ACE) durante o ano todo municia gestores municipais para as tomadas de decisão e criação de estratégias para combater o mosquito.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu o movimento antivacinação em seu relatório sobre os dez maiores riscos à saúde global

Movimento antivacinação

Grupos contrários à vacinação disseminam informações sem fundamentos científicos, especialmente nas redes sociais

Anteriormente um pensamento das pessoas que optavam por viver uma vida mais natural ou de religiosos que acreditavam na cura divina e, portanto, não deveriam negar a sua fé tomando vacinas contra as doenças mais comuns, o movimento antivacinação ganhou força após a publicação, em 1998, da renomada revista científica **The Lancet** – um dos mais antigos e conhecidos periódicos médicos do mundo – de uma pesquisa realizada pelo Dr. Andrew Wakefield com crianças autistas, quando muitos pais impediram que seus filhos recebessem a vacina tríplice viral, ocasionando surtos de sarampo, caxumba e rubéola.

Depois de muita gente ter deixado de vacinar seus filhos com medo de que adquirissem o autismo, a revista **The Lancet** declarou que o artigo não tinha a devida fundamentação científica e que, inclusive, o Dr. Andrew Wakefield havia sido proibido de exercer a medicina.

Em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu o movimento antivacinação em seu relatório sobre os dez maiores riscos à saúde global, mencionando o sarampo como um dos principais problemas, já que a falta de vacinação ocasionou um aumento de 30% da doença no mundo. De acordo com a OMS, "A vacinação é uma das formas mais eficientes, em termos de custo, para evitar doenças. Ela atualmente evita de 2 a 3 milhões de mortes por ano, e outro 1,5 milhão poderia ser evitado se a cobertura vacinal fosse melhorada no mundo". Enquanto isso, no mês de junho do mesmo ano, o Dr. Drauzio Varella concedeu entrevista à **BBC** e afirmou que "as vacinas foram o maior avanço da história da medicina", ao criticar os movimentos antivacinação.

A Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT) publicou em seu site uma reportagem sobre a problemática mencionando que "o presidente da Academia Americana de Pediatria (AAP, em inglês) Kyle E. Yasuda, enviou cartas aos CEOs de três grandes empresas de tecnologia – Google (proprietária do YouTube), Facebook (proprietária do Instagram e WhatsApp) e Pinterest – destacando a crescente ameaça que a desinformação online de vacinas representa à saúde das crianças.

Sabe-se que tanto Facebook, o Google e o Pinterest declararam que estão tomando medidas para evitar o aumento da disseminação dos movimentos antivacinação..

Propaganda no Facebook

No Facebook no Brasil existe a página "Contra Vacina HPV", mas conta com pouco menos que 750 membros. A outra, intitulada "Antivacinação: Ciência, Evidências e Debate" tem apenas 380 participantes. Entretanto, ao redor do mundo, especialmente nos países de língua inglesa, locais em que são chamados anti-vax, os movimentos antivacina são muitos e reúnem milhões de seguidores. A movimentação em torno da propaganda antivacina levou Mark Zuckergerg, o fundador do Facebook, a publicar no jornal **The Guardian** a afirmação de que "A Ciência é completamente clara: vacinas funcionam e são importantes para a saúde de todos em nossa comunidade".

A reportagem da SBMT apresentou a entrevista com o Dr. Peter Hotez, reitor da National School of Tropical Medicine Baylor College of Medicine (em inglês), cientista que explica em seu livro "Vaccines Did Not Cause Rachel's Autism: My Journey as a Vaccine Scientist, Pediatrician, and Autism Dad" (Johns Hopkins UP, 2018 – ainda sem versão em português, mas em tradução livre: Vacinas não causaram o autismo de Rachel: minha jornada como um cientista de vacinação, pediatra e pai de autista) que as vacinas não causam o autismo e os motivos pelos quais os teóricos da conspiração precisam ser desafiados. Na entrevista, o Dr. Hotez declarou que os movimentos antivacinação "evoluíram de um grupo pequeno para se tornar seu próprio império de mídia com 500 websites impulsionados pelas redes sociais, especialmente pelo Facebook, mas também estão dominando o comércio eletrônico em sites como Amazon – a Amazon hoje é o maior promotor de falsos livros antivacinas. O ponto é que a maior parte das informações na internet sobre vacinas é falsa".

Em reportagem publicada na revista **Consensus**, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CNSS) esclareceu que, apesar de o Programa Nacional de Imunização (PNI) ser referência mundial, "a alta taxa de cobertura, que sempre foi sua principal característica, vem caindo nos últimos anos". Na mesma matéria o CNSS explica que o "Brasil foi pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do Sistema Único do Saúde (SUS) e é um dos poucos países no mundo que ofertam de maneira universal um rol extenso e abrangente de imunobiológicos".

Além disso, foi divulgada a afirmação da coordenadora do PNI, do Ministério da Saúde, Carla Domingues, disse que "o PNI imunizou amplamente a população que hoje está com 30, 40 e 50 anos de idade, devidamente vacinada na infância, quando doenças como o sarampo ou a poliomielite eram visíveis e a preocupação em vacinar as crianças era maior. Hoje, como a doença desapareceu, os pais que foram beneficiados pela vacina e que por isso não conviveram com a doença, muitas vezes não percebem a importância da imunização. Por isso, é imprescindível mostrar que, apesar de raros os casos, as doenças ainda existem e que, portanto, é primordial vacinar as crianças".

Mauricio Zuma, diretor do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) responsável por pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, declarou à revista **Consensus** que "é preciso aumentar a circulação de informações qualificadas e cientificamente comprovadas, aproveitando a comunicação de massa e também eventos científicos, das redes sociais aos eventos presenciais. Temos inúmeros exemplos, como a erradicação da varíola, o controle da poliomielite, do sarampo, da rubéola e a notificação mais baixa de doenças imunopreveníveis na história da saúde pública brasileira. Os perigos da não vacinação são grandes. Em 2017, isso ficou bastante claro para nós no Brasil, quando um surto de febre amarela levou a mais de 200 óbitos, mesmo existindo a vacina".



Pessoas que não conviveram com doenças muitas vezes não percebem a importância da imunização. Vainação é imprescindível

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Ministério da Saúde alerta: Brasil registra queda na vacinação de crianças menores de dois anos

O Governo brasileiro tem o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que promove campanhas de vacinação "respaldadas em bases técnicas e científicas, considerando as evidências epidemiológicas e sua eficácia e segurança", segundo informações do Ministério da Saúde.

Apesar de o Calendário Nacional de Vacinação – que inclui as vacinas contra poliomielite, sarampo, rubéola, tétano, coqueluche, entre outras doenças – contemplar crianças, adolescentes, adultos, idosos, gestantes e povos indígenas, o número de pessoas vacinadas apresenta queda no Brasil. Por essa razão, surgiu o Movimento Vacina Brasil, que promove uma série de ações integradas para proteger a população contra doenças que já foram eliminadas e também contra novos surtos.

Nova política brasileira de drogas

Com a nova lei usuários de drogas podem ser internados para tratamento contra a própria vontade

O Brasil sempre teve problemas seríssimos relacionados às drogas e aos usuários, mas somente em 2006, ainda no primeiro governo Lula, o país teve a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), por meio da Lei 11.343, que estabeleceu "medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas", além de determinar como devem ser a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Em junho de 2019, no entanto, o Governo Bolsonaro editou a Lei 13.840, que altera dispositivos da lei de 2006, infelizmente barrando uma alteração que previa a redução do Imposto de Renda de contribuintes que resolvessem fazer doações para projetos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas relacionados à atenção a usuários de drogas, dispositivo vetado pelo presidente da República.

De acordo com o novo texto legal, "a internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação". O tempo de internação – que poderá ser realizada na modalidade voluntária ou involuntária – será de, no máximo três meses, mas é necessário que o Ministério Público e a Defensoria Pública sejam informados da medida em até 72 horas. A família ou o representante legal da pessoa que será internada para desintoxicação em qualquer das modalidades poderá requerer ao médico a interrupção do tratamento.

A Política Nacional Sobre Drogas é desenvolvida em conjunto pelos ministérios da Cidadania, Saúde, Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e a legislação aprovada considera drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, as quais são inseridas nas listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União, sendo a última emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, a Portaria SVS/MS 344, de 12 de maio de 1998.

A polêmica sobre a internação ainda é bem grande entre a opinião do Conselho Federal de Medicina (CFM), que apoia a abstinência total como método contra o vício, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que afirma que o tratamento deveria ser particularizado para cada usuário. Embora o CFM seja a favor da internação involuntária para desintoxicação de dependentes químicos, há moderação por parte da instituição de que cada caso é um caso. Já o CFP preocupa-se com o risco de que a internação involuntária pode levar a ações de internação em massa.

Foto: Juarez Santos / Fotos Publicas



Concentração de usuarios de drogas na Praça Princesa Isabel – Cracolândia – na capital de São Paulo

Mudanças da nova lei sobre drogas

Internação – a internação involuntária dependerá da avaliação sobre o tipo de droga, o seu padrão de uso e a comprovação da impossibilidade de utilizar alternativas terapêuticas. O dependente químico poderá ficar internado involuntariamente por até 90 dias para desintoxicação. A família ou o responsável legal poderá pedir ao médico a interrupção do tratamento a qualquer momento.
Comunidades terapêuticas – o projeto incorpora "comunidades terapêuticas acolhedoras" ao Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas. As comunidades são definidas como pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que realizam o acolhimento do usuário dependente de drogas. A adesão e permanência são voluntárias e o ingresso nelas dependerá, sempre, de avaliação médica, a ser realizada com prioridade na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). **Fonte**: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/junho/presidente-da-republica-sanciona-nova-lei-sobre-drogas

Consumo de álcool uma década depois da Lei Seca

Levantamento do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), com base em dados do IBGE, revelou crescimento do alcoolismo no Brasil

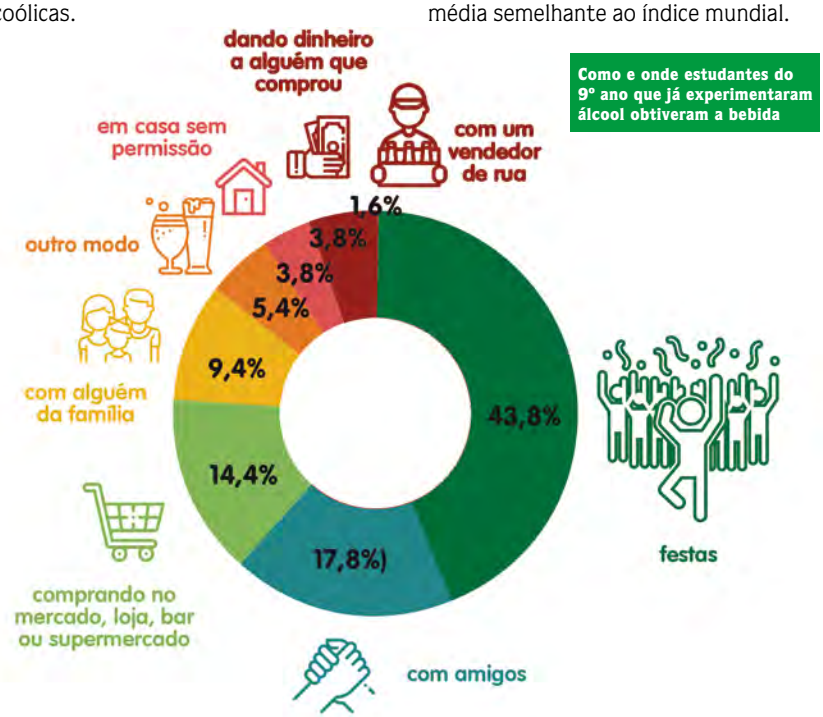
Uma pesquisa nacional realizada pelo do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), que utilizou informações de 2016 sobre o consumo de álcool por brasileiros, revelou uma média de consumo diário de 41,7 g de álcool puro, o equivalente a cerca de três doses diárias, uma estimativa cerca de 27% maior do que a dos bebedores da região das Américas e também da média mundial, ambas de 32,8 g por dia, segundo demonstra a Organização Mundial de Saúde (OMS). Destaque-se que os dados foram analisados apenas entre os brasileiros que bebem e têm idade acima de 15 anos.

Em todo o mundo, segundo a OMS, são estimadas três milhões de mortes por ano causadas pelo uso nocivo do álcool, representando 5,3% de todas as mortes, além de mais de 200 doenças e lesões ocorrerem em função da ingestão de bebidas alcoólicas.

No Brasil, o Decreto 6.177, de 22 de maio de 2007, aprovou a política nacional sobre o álcool, estabelecendo medidas de redução do uso indevido de álcool e determinando que "entidades da administração pública federal deverão considerar em seus planejamentos as ações de governo para reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida, bem como as situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população brasileira".

Apesar de a política governamental sobre dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas ter auxiliado na redução do alcoolismo – dirigir alcoolizado é a segunda maior causa de morte no trânsito – , o Brasil enfrenta crescimento do consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes, de acordo com informações da OMS em que 26,8% dos jovens com idades entre 15 e 19 anos relataram consumo de álcool em 2017, média semelhante ao índice mundial.

Como e onde estudantes do 9º ano que já experimentaram álcool obtiveram a bebida



Fonte: arte da Cisa com dados da PeNSE 2015

(ANDRADE, Arthur Guerra de. Álcool e saúde dos brasileiros: panorama 2019. Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, 2019, p. 39)

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada, em 2015, a partir de convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério da Educação, apontaram que a idade média de adolescentes que experimentam álcool é de 12,5 anos.

Em 2015, foi editada a Lei 13.106/2015, que alterou a redação do art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passando, então, a classificar como crime as condutas de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, bebida alcoólica ou outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica para crianças ou adolescentes.

Ainda segundo o estudo da Cisa, o Beber Pesado Episódico (BPE), expressão científica para classificar uma pessoa que "enche a cara", teve acréscimo de 12,7% para 19,4% no Brasil, enquanto a média mundial decresceu de 20,5% para 18,2%.

Dez anos após a Lei Seca (Lei 11.705/2008) entrar em vigor no Brasil as mortes por acidentes de trânsito foram bastante reduzidas. O Ministério da Saúde informou, em setembro de 2018, que o país teve uma redução de 27,4% dos óbitos nas capitais. A Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), do Ministério da Saúde, mostrou que, de 2011 a 2017, a frequência de adultos que admitem conduzir veículos após consumir bebida alcoólica manteve-se estável.

Todavia, a redução ainda deixa a situação brasileira de óbitos no trânsito longe da meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê redução de 50% no número de vítimas em 10 anos para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020). Um relatório da Organização Mundial de Saúde mostrou que o Brasil figura em quinto lugar entre os países com mais mortes no trânsito.

As diferentes ideologias na educação

Veja como ficou a "educação sem viés ideológico" do novo Governo

Depois de o nome do diretor do Instituto Ayrton Senna e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mozart Neves Ramos, ter sido cogitado para ocupar o cargo de Ministro da Educação do novo governo eleito no Brasil em 2018, o presidente Bolsonaro escolheu o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, com a finalidade de modificar o posicionamento ideológico que, segundo o novo chefe do Executivo, estava sendo impresso em questões da prova de Linguagens e Códigos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com declarações dadas à imprensa, Bolsonaro e parlamentares da bancada evangélica, que apoia o projeto Escola sem Partido (Projeto de Lei 7.180/2014 – arquivado em função de não ter avançado na comissão especial que analisava a proposta), outra bandeira da campanha eleitoral, se irritaram especialmente com uma questão da edição 2018 do Enem.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O presidente da República pretendia examinar as provas do Enem antes da aplicação

Enquanto Vélez Rodríguez declarava que sua gestão à frente do Ministério da Educação (MEC) idealizaria a proposta do então candidato à Presidência da República "Mais Brasil, menos Brasília", o presidente, depois de eleito, anunciava uma cruzada ideológica com a finalidade de "desesquerdizar" a educação com medidas cujo objetivo seria consolidar o pensamento do novo Governo nas escolas e universidades brasileiras.

O presidente Bolsonaro declarou que examinaria a prova do Enem antes de sua aplicação com o intuito de retirar questões que considerasse ideológicas, tais como aquela em que trecho do pajubá, dialeto "secreto" LGBT+, foi utilizado em um enunciado que avaliou conhecimento de variações linguísticas.

Ainda em fevereiro de 2019, o ministro Vélez foi ouvido no Senado após a polêmica com a emissão do comunicado às escolas públicas e privadas pedindo para que diretores lessem uma mensagem com o slogan de campanha eleitoral (Brasil

Polêmicas do ministro da Educação Vélez Rodríguez

Vélez Rodríguez é mestre em pensamento brasileiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); doutor em pensamento luso-brasileiro pela Universidade Gama Filho; e pós-doutor pelo Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron. Veja as declarações que causaram polêmica:

❏ Declarou que havia sido indicado para o Ministério da Educação pelo escritor Olavo de Carvalho;

❏ Disse que quer mudar os livros didáticos para revisar a maneira como tratam a ditadura militar e o golpe de 1964;

❏ Anunciou a demissão do secretário-executivo da pasta diante da "guerra" no ministério. Depois trocou os substitutos e também demitiu o presidente do Inep;

❏ Pediu a escolas que filmassem alunos cantando Hino Nacional e enviassem o vídeo ao MEC. Depois, voltou atrás;

❏ Disse em entrevista que o brasileiro parece um "canibal" quando viaja ao exterior. Depois, disse ter sido "infeliz" na declaração;

❏ Afirmou que a universidade não é para todos.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Weintraub: "cabeças vão rodar se aparecer qualquer viés ideológico nas provas do Enem"

acima de tudo, Deus acima de todos) para os alunos e ainda solicitando que gravassem vídeos das ações. Senadores quiseram saber os posicionamentos do ministro da Educação a respeito do projeto Escola sem Partido e das discussões sobre a chamada ideologia de gênero. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou um pedido de esclarecimento a Vélez por entender que a gravação da mensagem feria preceitos legais.

Educadores, estudantes e gestores municipais e estaduais de Educação criticaram o MEC. As redes sociais foram tomadas por memes sobre o slogan da campanha política da eleição presidencial e também por propagandas estudantis convocando alunos para gravar vídeos mostrando problemas nas escolas como falta de infraestrutura e de professores, segundo informações da **Agência Brasil**.

Na Câmara, entretanto, as discussões foram ampliadas no início de 2019 em razão de parlamentares terem apresentado propostas de "Escola Sem Mordaça" e o "Escola Livre". Deputados federais ditos de direita diziam que "O professor tem que ensinar todos os aspectos. [...] ele tem que falar que o comunismo matou 100 milhões de pessoas [mas também] tem que falar que existe um outro sistema chamado capitalismo. [...] O que não pode é perseguir o aluno por não concordar com ele", conforme noticiou o site **Congresso em Foco**.

Gravações em sala de aula

Depois de uma deputada estadual eleita pelo Estado de Santa Catarina ter postado uma nota, no fim de 2018, estimulando alunos a denunciar professores que fizessem "manifestações político-partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência", fator de grande polêmica no país, em abril de 2019, o assunto de filmar professores em sala de aula voltou a ganhar repercussão com um vídeo compartilhado pelo presidente da República cuja legenda dizia: "Professor tem que ensinar, e não doutrinar".

Ainda no mês de abril de 2019, o ministro Vélez foi substituído pelo atual ministro da Educação Abraham Weintraub. A demissão do colombiano se deu em função de ele ter enfrentado grande oposição no MEC provocada por desentendimentos entre assessores no período em que comandou a pasta, ocasionando uma série de discussões.

O ministro Weintraub, que já entrou em cena protagonizando novas polêmicas por conta de o presidente Bolsonaro ter errado nas informações do currículo (dizia ter concluído doutorado, quando, na verdade, era mestrado) no fim do primeiro mês no comando do MEC afirmou que gravar educadores em sala de aula é um direito dos alunos e ainda que os vídeos deveriam ser analisados para investigar se professores estariam incorrendo em alguma irregularidade. Especialistas em educação e advogados discordaram do ministro ao declararem que leis protegem os docentes.

Em vídeos publicados no canal oficial de Jair Bolsonaro no YouTube, antes de ser

empossado como ministro da Educação, Abraham Weintraub expressou seus posicionamentos políticos e ideológicos ao afirmar que o Brasil não precisa aumentar seus gastos em educação e deve "usar a Constituição brasileira para sair do lamaçal". Declarou ainda que a maioridade penal deve ser reduzida para 16 anos, "principalmente para crimes hediondos", e que o conservador "tem que ser mais engraçado que os comunistas" e usar "humor e inteligência" para "ganhar a juventude".

No mês de maio, já no cargo de ministro da Educação, Weintraub disse que era favorável à entrada da polícia nas universidades ao declarar que "Autonomia universitária não é soberania. Entendo por que no passado foi criada essa soberania universitária. Mas hoje não tem necessidade de a polícia não poder entrar no campus", disse, para mais tarde completar: "Por que as universidades têm regras diferentes do resto do Brasil?".

No início do mês de julho, segundo o jornal **O Globo**, o ministro Weintraub afirmou que o presidente Jair Bolsonaro "não leu e não lerá" a prova do Enem deste ano e não há razão para Bolsonaro ter acesso à prova, que foi enviada para ser impressa na gráfica no finalzinho de junho. Também declarou à imprensa que "cabeças vão rodar" se aparecer "qualquer viés ideológico" nas provas do exame.

Todo o debate em torno de ideologias na educação precisa convergir para o pensamento de que é preciso apresentar vertentes diversas nas salas de aula. O professor de Políticas Educacionais da PUC-Minas, Carlos Roberto Jamil Cury, afirmou em artigo publicado no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), com o título "Ideologia nas escolas?", que a nação precisa ser educada com base nos princípios constitucionais do artigo terceiro de nossa Constituição de 1988 e seus incisos, que estabelecem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além da erradicação da pobreza e da marginalização e redução de desigualdades sociais e regionais. Ademais, o artigo 4º instituiu em nossa República a prevalência dos direitos humanos.

Ainda segundo o professor Jamil Cury, a escola é o lugar onde se aprende a cidadania. A escolarização é a oportunidade para que estudantes tenham acesso a diversos saberes desde a infância, de modo a se tornarem cidadãos críticos, tomando partido a favor da redução das desigualdades, preconceitos e discriminações. Afinal, o artigo 205 da Constituição Federal determina que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Escola Sem Partido

Depois da criação, em 2004, do Escola Sem Partido (ESP), o advogado paulista Miguel Nagib, líder do movimento político que virou projeto de lei e não avançou na Câmara, a deputada Bia Kicis (PSL/DF) apresentou uma nova proposta legislativa, em 2019, com o objetivo de representar pais e estudantes contrários ao que chamam de "doutrinação ideológica" nas escolas. Assim, o novo projeto de lei que tramita na Câmara (PL 246/2019) apenas

Entenda o novo Projeto Escola sem Partido

1. O Governo não deverá interferir no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitir qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

2. Fica proibida a utilização de técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa.

3. Professores não podem aproveitar-se da audiência dos alunos nas salas de aula para: **(i)** promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; **(ii)** favorecer nem prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; **(iii)** fazer propaganda político-partidária em sala de aula nem incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4. Os estudantes terão o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.

5. O Professor deverá respeitar o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.



A escola é o lugar onde se aprende a cidadania

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O ministro da Educação pretendia que os estudantes pudessem gravar vídeos nas escolas

retirou a frase "as escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas" do artigo 7º da proposta anterior, o qual dispunha que "As escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas deverão assegurar aos estudantes o direito de gravá-las, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola". O pretexto é combater a suposta "doutrinação de esquerda" a que professores de escolas públicas estariam submetendo seus alunos.

Apesar de ter retirado a proibição dos termos "ideologia de gênero", "gênero" ou "orientação sexual" enfatizados no projeto original, a deputada Érika Kokay (PT-DF) disse que o projeto é preconceituoso e cria insegurança. "Ele é nitidamente LGBTfóbico, nitidamente sexista e nitidamente doutrinador", segundo informações da **Agência Brasil**. A referida parlamentar entende que o texto em discussão inverte posições e transforma o docente em adversário. O projeto original do movimento determinava que fosse afixado na parede das salas de aula de todas as escolas do país um cartaz contendo os deveres do professor, os quais estão no box "Entenda o novo Projeto Escola sem Partido".

As discussões giram em torno de realizar alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente naquelas que determinam "precedência aos valores de ordem familiar sobre a Educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa", já que os defensores do Escola sem Partido discordam da chamada educação transversal. No novo projeto de lei há a justificativa de que "a doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor". Vale lembrar que interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade são alguns exemplos de formulações que representam as configurações curriculares, privilegiando a interação entre escola e realidade dos estudantes. O estabelecimento das relações interdisciplinares entre as diversas áreas de conhecimento se dá a partir da compreensão das contribuições de cada uma no processo de construção dos conhecimentos dos alunos.

Educação transversal

De acordo com o MEC, "os temas transversais na educação estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes". Ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, pluralidade e cultura são temas transversais na educação, e estão diretamente relacionados às questões essenciais para a formação integral dos alunos, de modo a introduzir noções de cidadania no processo de ensino e aprendizagem.

Os referidos temas são denominados transversais em razão de não pertencerem a uma disciplina específica, mas sim englobarem (atravessarem) todos os campos de conhecimento. Eles fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 1999, os quais não constituem uma imposição de conteúdo que deva ser ministrado nas escolas. São apenas propostas para as unidades escolares elaborar seus próprios planos de ensino.



Educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores dos filhos

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Ensino domiciliar

A proposta estava entre as prioridades dos primeiros 100 dias de governo e cria regras para quem prefere educar os filhos em casa

Como funciona o ensino domiciliar - homeschooling

1. As famílias terão de fazer um cadastro na plataforma e inserir uma série de informações relativas à criança, como idade, vínculo com a criança, certidão criminal, plano pedagógico individual, caderneta de vacinação atualizada,

2. As avaliações vão ocorrer anualmente com possibilidade de recuperação, já a partir de 2020. Ocorrem como no ambiente escolar, ou seja, desde o segundo ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio.

O presidente Jair Bolsonaro assinou, no início de abril de 2019, o projeto de lei que regulamenta a educação domiciliar no Brasil. O projeto ainda precisa tramitar no Congresso Nacional antes de se transformar em lei. Segundo a Assessoria de Comunicação do MEC, a educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores dos filhos. Assim, o processo de aprendizagem dessas crianças é feito fora de uma escola. O projeto de lei assinado pelo presidente da República altera a Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O secretário adjunto da Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Pedro Hollanda, explicou que "O fenômeno homeschooling, ou seja, o da educação domiciliar, é realidade no Brasil. Há famílias que optam por educar seus filhos em casa; no entanto, não há lei que estabeleça quais são as diretrizes básicas para que esse direito seja exercido. A principal motivação do projeto de lei é estabelecer um marco legal para a educação domiciliar, regular o exercício desse direito, visando assegurar a educação da criança e do adolescente. É mais uma possibilidade de ensino, tendo como premissa a pluralidade pedagógica".

Pedro Hollanda esclarece ainda que, se aprovada, a lei dará segurança jurídica às famílias que optarem pela educação domiciliar, já que elas podem ser denunciadas atualmente e o Conselho Tutelar e o Ministério Público determinarem certas penalidades de acordo com o ECA, inclusive podendo ser obrigadas judicialmente a matricular seus filhos na escola.



Atualmente, quem não leva os filhos à escola pode ser obrigado judicialmente a matriculá-los

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Contingenciamento das verbas destinadas à educação

Os cortes no orçamento do Ministério da Educação levaram milhões de pessoas aos protestos nas ruas do país

Elza Fiúza / Agência Brasil



Manifestação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Brasília contra os cortes na educação

Citada pelo presidente como área que seria prioritária em sua gestão, a educação manteve-se sob os holofotes do país inteiro nos primeiros seis meses do governo: foi alvo de um corte bilionário de gastos públicos, o que motivou alguns dos maiores protestos populares de rua registrados neste primeiro semestre, segundo informações da **BBC Brasil**.

Uma pesquisa de opinião divulgada no fim de junho pela **CNI/Ibope** apontou que o índice de desaprovação popular com as políticas educacionais de Bolsonaro subiu de 44% para 54% entre abril e junho, fator que fez com que boa parcela da opinião pública desaprovasse o Governo.

Desde o final de abril, quando o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou a redução do orçamento do MEC, afirmando que seriam cortadas as verbas de universidades federais que não tivessem desempenho satisfatório e promovessem "balbúrdia", uma grave crise foi instalada no Brasil.

Inicialmente, o corte anunciado seria de 30% da verba total destinada à Educação, além de outros 30% do orçamento discricionário (gastos que não são obrigatórios). Entretanto, o "contingenciamento", como o Governo preferiu chamar, foi estendido aos institutos federais de educação, às bolsas de pós-graduação e aos programas ligados à educação básica. No total, o MEC contingenciou R$ 5,8 bilhões do orçamento da pasta.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) realizou cortes de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, em um total de 6.198 bolsas em 2019. O congelamento de verbas representou uma redução de R$ 4 milhões em 2019 e, até 2020, deve representar R$ 35 milhões.

As medidas do MEC geraram críticas da comunidade acadêmica, apesar de a Capes ter confirmado que as bolsas já concedidas seriam mantidas, no Brasil e no exterior. O Governo anunciou que o corte é uma mudança na política de concessão das bolsas de pós-graduação, contingenciando recursos somente dos cursos com duas avaliações nota 3 consecutivas e dos avaliados com nota 4 e que caíram para a nota 3.

Passeatas em defesa dos investimentos nas universidades públicas

Após o Ministério da Educação ter anunciado cortes, as mobilizações populares levaram milhares de pessoas às ruas nos dias 15 e 30 de maio. Na manifestação ocorrida em 15 de maio, Bolsonaro chamou os manifestantes de "idiotas úteis" e afirmou que a maioria deles era de militantes. Para o presidente da República, os manifestantes "Não sabem a fórmula da água. São uns idiotas úteis, uns imbecis, sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil".

O ministro Weintraub emitiu um comunicado na segunda manifestação proibindo professores e funcionários das instituições de ensino e até estudantes de divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar, o que fez o Ministério Público Federal pedir uma retratação pública do MEC e recomendar que não cerceasse "a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação de pensamento".

Depois de os estudantes terem realizado as manifestações de maio, movimentos populares e sindicais conclamaram o povo à greve geral no dia 14 de junho, tendo entre as reivindicações o cancelamento dos cortes na educação pública.

Um levantamento do **G1** apontou manifestações em mais de 200 cidades do país no dia 15 de maio, a primeira grande onda de manifestações durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.



Estudantes reunidos em Brasília nos protestos contra o contingenciamento de verbas do orçamento do Ministério da Educação

Depois de toda a mobilização de estudantes protestando contra o tal contingenciamento de verbas em maio deste ano, no final do mês de julho o Ministério da Educação anunciou novo corte de verbas no valor de R$ 348 milhões.

No início de maio, o governo tinha publicado portaria remanejando cerca de R$ 1,6 bilhão de gastos não obrigatórios de instituições federais de ensino superior para outras pastas. A decisão tinha elevado o bloqueio no Ministério da Educação para R$ 7,43 bilhões.

Em 2019, o MEC bloqueou mais de R$ 6 bilhões, total que correspondente a quase 25% do orçamento anual. Outros oito ministérios também sofreram mais cortes. Os mais atingidos foram os Ministérios da Cidadania, da Educação e da Economia, pastas que tiveram a redução de verbas de R$ 1,443 bilhão, de acordo com o decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro, publicado na edição extraordinária do Diário Oficial da União, em 30 de julho.

O governo declarou haver um resultado negativo na meta orçamentária, levando a equipe econômica a diminuir de 1,6% para 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2019.

MEC anuncia integração ao portal único do governo

Com o objetivo de o cidadão poder ganhar tempo para acessar informações e obter documentos, no final do mês de julho o ministro da Educação, Abraham Weintraub, lançou em Brasília o Plano de Transformação Digital de 99 serviços prestados à população. "Envolve a unificação de todos os serviços que o MEC atende em todas as plataformas, visando simplificar a vida do usuário, de quem tá pagando imposto, de quem está lá na ponta recebendo os serviços, e também reduzir os custos", declarou Weintraub na reportagem da jornalista Narjara Carvalho, da **Agência Brasil**.

O plano envolve 48 serviços da educação superior, 47 serviços da educação básica e mais quatro da educação técnica e profissional. A migração completa se dará até 2020. As plataformas já disponíveis no site do Ministério da Educação, como Sisu e o Prouni, serão acessadas de forma única.

O governo destaca que a agilidade e a desburocratização vão gerar economia. Conforme estimativa do Ministério da Economia para o MEC, a sociedade vai poupar R$ 25,9 milhões e a administração pública, R$ 6,5 milhões (total de cerca de R$ 32,5 milhões), com o ganho de tempo e a simplificação de operações e demandas via internet.

A iniciativa "se enquadra em um projeto maior que é um projeto do governo federal inteiro, do governo digital", assinalou o secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel. De acordo com Vogel, "Em relação ao Enem, o próximo período de inscrição é no ano que vem. Nas inscrições do ano que vem já vamos implementar o login único".

Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-07/mec-anuncia-integracao-ao-portal-unico-do-governo.

Direito à alfabetização

Entenda a Política Nacional de Alfabetização (PNA), chamada de "Alfabetização Acima de Tudo"

O Programa Brasil Alfabetizado, que teve início em 2003, surgiu a partir da necessidade de acabar com o analfabetismo, garantindo o cumprimento de cada cidadão brasileiro de ter direito constitucional de acesso a uma boa educação. Já em 2010, o ensino fundamental passou de oito para nove anos, fazendo com que a antiga educação "pré-escolar" (etapa preparatória para a escolarização) se tornasse o primeiro ano do fundamental. Segundo o Ministério da Educação, a intenção foi que aos seis anos de idade a criança inicie no ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

Em 2013, o MEC lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), com a proposta de estimular crianças a serem alfabetizadas aos oito anos de idade, ou seja, quando estiverem no terceiro ano do ensino fundamental. Todavia, as estatísticas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), divulgadas pelo MEC, em outubro de 2017, revelaram que mais da metade dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental apresentavam nível insuficiente em provas de Leitura e Matemática.

Cabe lembrar que a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), "que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação", conforme as informações do Governo (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase), propõe que crianças devem ser alfabetizadas em dois anos, tendo como prazo-limite o terceiro ano, quando o processo continua com mais foco na ortografia. A BNCC também menciona a consciência fonológica.

O presidente Jair Bolsonaro instituiu uma nova política de alfabetização em abril de 2019, o Decreto 9.765. A proposta estava entre a prioridades dos 100 dias de governo. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), chamada de "Alfabetização Acima de Tudo", foi elaborada pela Secretaria de Alfabetização (Sealf), e visa a reduzir o analfabetismo nas diferentes etapas e modalidades da educação básica.

O site do Governo (www.brasil.gov.br) esclarece que um "grupo de trabalho do Ministério da Educação reúne experiências bem-sucedidas de países como Inglaterra, EUA, Portugal e França" para a elaboração do PNA. Segundo o Ministério da Educação, o PNA tem como um dos seus princípios a ênfase no ensino dos seis componentes essenciais para a alfabetização: (1) consciência fonêmica; (2) instrução fônica sistemática; (3) fluência em leitura oral; (4) desenvolvimento de vocabulário; (5) compreensão de textos; (6) produção escrita.

De acordo com o **Glossário Ceale** (veja no box "O método fônico", na próxima página), consciência fonêmica é a "habilidade de identificar e manipular sons individuais [...] Ou seja, o falante é capaz de identificar que a diferença entre as palavras faca e vaca está no som inicial que é /f/ em faca e /v/ em vaca, bem como é capaz de identificar e manipular os demais sons dessas palavras".

Já instrução fônica sistemática significa que haverá um tipo de ensino que deve enfocar as relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada. A orientação é para crianças do ensino infantil (0 a 5 anos) adquiram consciência fonêmica para serem alfabetizadas.

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O ministro da Educação, Abraham Weintraub, em audiência pública no Senado

Relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

O relatório foi elaborado a pelo Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Por ocasião da Semana de Ação Mundial 2019, realizada entre os dias 2 a 9 de junho, cujo tema foi "Educação: já tenho um Plano! Precisamos falar do PNE", as metas traçadas para a educação brasileira por meio da Lei 13.005/2014, que criou o Plano Nacional de Educação (PNE), foram expostas em um relatório que apontou algumas que não foram alcançadas e outras parcialmente atingidas.

Em reportagem da **Agência de Notícias do Senado** acerca da audiência pública da Comissão de Educação Cultura e Esporte, realizada no início de junho, a coordenadora do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação Catarina de Almeida Santos "lembrou que o descumprimento total ou parcial de metas do PNE — por exemplo, ampliar até 2020 a oferta de educação infantil, alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade e aumentar o investimento no setor para 10% do PIB — prejudica mais incisivamente a população negra, os mais pobres e as regiões menos favorecidas. Estatísticas apresentadas por ela sobre as metas mostram, por exemplo, que ainda há, em 2019, uma população significativa fora do sistema escolar".

Dados do IBGE demonstraram que 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos – 1,1 milhão de pessoas – estavam fora da escola em 2018.

A Semana de Ação Mundial (SAM) é realizada simultaneamente em mais de 100 países, desde 2003, com o objetivo de informar e engajar a população em prol do direito à educação, de diversas maneiras.

Método fônico

Entenda o significado de método fônico, de acordo com o Centro de alfabetização, leitura e escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que publica o "Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores" (FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BEGUNCI, Maria das Graças de Castro (Org). Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2014).

O método fônico ou fonético integra o conjunto dos métodos sintéticos que privilegiam as correspondências grafofônicas. Seu princípio organizativo é a ênfase na relação direta entre fonema e grafema, ou seja, entre o som da fala e a escrita. [...]

Neste método o ensino se inicia pela forma e pelo som das vogais, seguidas pelas consoantes. Cada letra (grafema) é aprendida como um som (fonema) que, junto a outros fonemas, pode formar sílabas e palavras. Para o ensino dos sons, há uma sequência que deve ser respeitada – dos mais simples para os mais complexos.

Para atenuar a falta de sentido e aproximar os alunos de algum significado, foram criadas variações do método fônico, com diversas formas de apresentação dos sons: seja a partir de uma palavra significativa, de uma palavra vinculada à imagem e ao som, de um personagem associado a um fonema, de uma onomatopeia ou de uma história.

Geralmente, as lições do método fônico apresentam-se com palavras ou pequenos textos, e é no Manual do Professor que se explicita em que momento se farão as apresentações de letras/grafemas, assim como qual recurso vai servir para a emissão dos fonemas. [...] Uma das principais críticas dirigidas a esse método de alfabetização refere-se à impossibilidade de que um fonema que aparece na corrente da fala de forma contextualizada seja pronunciado sem apoio de uma vogal.

Além disso, na língua portuguesa, há poucas relações biunívocas (termo a termo) entre letras e sons, pois uma mesma letra pode representar diferentes sons, segundo sua posição, e um mesmo som pode ser representado por diferentes letras, também segundo sua posição. Assim, o sistema de escrita é uma representação complexa e suas propriedades precisam ser compreendidas pelo aprendiz, por meio de diversas abordagens e estratégias.

A apreensão da função que o fonema exerce na palavra pode ser focalizada quando as crianças discriminam palavras que começam ou terminam da mesma maneira e observam sua forma escrita; quando comparam o comportamento de um fonema em várias posições, através da fala e da escrita, como em rato, arco, cantar; quando observam o que altera quando se muda apenas uma letra inicial em palavras como bala, cala, fala, por comparação e contraste – entre outras estratégias de ensino sistemático das correspondências som-grafia.

Fonte: http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/metodo-fonico-ou-fonetico

Direitos de acordo com a identidade de gênero e a orientação sexual

Os significados de orientação sexual e de identidade de gênero não são os mesmos. Entenda o que são de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

No dia 17 de junho de 2011, reunido em Genebra, Suíça, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma resolução para promover a igualdade dos indivíduos sem distinção da orientação sexual, apesar de ter enfrentado a oposição dos países árabes e africanos.

Uma discussão que se intensificou no ano em que o Brasil debatia as propostas para a elaboração da Lei 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) – que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 – foi a identidade de gênero. Partidos políticos, organizações civis e religiosas e várias outras entidades diziam temer que fosse introduzida em nosso país a chamada "ideologia de gênero". Segundo o Observatório Interamericano de Biopolítica, esta é a ideologia pela qual se afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida. Sendo assim, "gênero" seria uma construção pessoal, definida pela própria pessoa que se auto identificasse como "homem" ou como "mulher", escolhendo sua própria identidade.

Já a orientação sexual diz respeito a maneira como uma pessoa se sente em relação à afetividade e à sexualidade. Por não se tratar exclusivamente de sexo, segundo afirmam especialistas, o termo mais apropriado seria orientação afetivo-sexual, ou romântica-sexual. Quando se fala de orientação, e não de opção, é por entender-se que não seja algo que se possa mudar, de acordo com o desejo.

A campanha "Livres & Iguais", da ONU, publicou recentemente uma cartilha que explica com clareza o que significa identidade de gênero e o que é ser transgênero.



Escolas e universidades devem garantir o acesso e o reconhecimento de estudantes em suas dependências de acordo com sua identidade de gênero

PxHere/Creative Commons Zero (CC0) license

Nesta publicação, "A identidade de gênero se refere à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero. Indivíduos trans possuem uma identidade de gênero que é diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. A identidade de gênero é diferente de orientação sexual – pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual".

Em 2018, o Provimento nº 73 do CNJ regulamentou a alteração de nome e sexo nos cartórios de registro civil, de modo que as pessoas transgêneros passaram a ter a opção de troca de nome e gênero sem a presença de advogados ou de defensores públicos, tampouco de comprovação da cirurgia de mudança de sexo ou de decisão judicial.

Nome social e gênero legalmente reconhecidos e registrados

Ainda segundo a cartilha Livres & Iguais, as Nações Unidas afirmaram o direito das pessoas trans ao reconhecimento de sua identidade de gênero e à adequação do gênero em documentos oficiais, incluindo certidões de nascimento, sem que sejam sujeitas a requisitos onerosos ou abusivos.

Em março de 2015, a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, da Secretaria de Direitos Humanos brasileira orientou escolas e universidades a garantir o acesso e o reconhecimento de estudantes em suas dependências de acordo com sua identidade de gênero. O documento prevê ainda que eles sejam tratados pelo nome social e utilizem banheiros e vestiários de acordo como se identificam, sem a obrigatoriedade de haver autorização do responsável. Fica ainda reconhecido pelas redes de ensino o nome social no tratamento oral, sendo o nome civil usado na emissão de documentos oficias. O texto assegura o reconhecimento da identidade de gênero, que deve ser estendida a estudantes adolescentes.

A Portaria 33 do Ministério da Educação (MEC), de 2018, passou a autorizar o uso

do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica com o objetivo de reduzir estatísticas de violência e abandono da escola em função de bullying, assédio, constrangimento e preconceitos.

No caso do uso de banheiros, um processo sobre o direito de os transexuais serem tratados socialmente de forma condizente com sua identidade de gênero e, assim, poderem usar o banheiro feminino, o Supremo Tribunal Federal (STF) teve um processo interrompido por pedido de vista do ministro Luiz Fux em 2015, fazendo com que o julgamento ficasse paralisado. Entretanto, em junho de 2019, o ministro Luís Roberto Barroso determinou que as presas transexuais femininas sejam transferidas para presídios femininos.

Igualdade de gênero nas empresas

A Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, em parceria com o Centro de Direitos Humanos e Empresas da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas, publicou a cartilha "Implementando os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: o dever de proteger do Estado e a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos" em 2017.

A cartilha é baseada nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, aconselhando como os governos e as empresas podem adotar medidas para eliminar a discriminação contra mulheres e meninas, além de alcançar igualdade de gênero no contexto empresarial.

A presidente do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos, Surya Deva, declarou, em junho de 2019, durante reunião de um grupo de especialistas da ONU, que "Embora existam avanços positivos em colocar o tema do gênero em destaque nos negócios e no campo dos direitos humanos, governos e empresas precisam ir além da 'representação simbólica' e adotar medidas concretas para garantir mudanças sistemáticas às estruturas de poder discriminatórias, às normas sociais e aos ambientes hostis que são barreiras ao acesso igual de direitos humanos por parte de mulheres e meninas em todas as esferas".

Direito à igualdade

O direito à igualdade e não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos, consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados internacionais de direitos humanos. As palavras da abertura da Declaração Universal dos Direitos Humanos são inequívocas: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". A garantia de igualdade e não discriminação oferecida pelo direito internacional dos direitos humanos se aplica a todas as pessoas, independentemente de sexo, orientação sexual e identidade de gênero ou "outra situação".
Fonte: https://unfe.org/system/unfe-39-sm_direito_internacional.pdf.

Reclassificação da OMS

No dia 25 de maio de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu da sua classificação oficial de doenças, a CID-11, o chamado "transtorno de identidade de gênero", definição que considerava como doença mental a situação de pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. A coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisas da OMS, Lale Say, explicou que a nova classificação de pessoas trans – incluída na área de sexualidade e não mais na de transtornos mentais – é chamada "incongruência de gênero". Segundo a especialista, a alteração aconteceu porque a agência de saúde da ONU teve um "melhor entendimento de que isto não é realmente um problema de saúde mental". A decisão reflete avanços críticos na Ciência e na Medicina. Para Lale, a reclassificação vai reduzir o estigmas. A incongruência de gênero pode ser descrita como um sentimento de angústia vivenciado quando a identidade de uma pessoa entra em conflito com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. A nova categorização da OMS vai ajudar a diminuir a discriminação, uma grande barreira a serviços de prevenção, testagem e tratamento para o HIV.
Fonte: https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/

Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram

Em um artigo de André Sidnei Musskopf, intitulado "Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram" (Gênero: da desigualdade à emancipação?. In: koinonia.org.br. Ano 3, n. 8, abr. 2008), o autor traz interessantes definições.

Sexo: refere-se ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas; além destas, a partir de pesquisas recentes, também o código genético precisa ser considerado na constituição do sexo, o que complexifica as definições neste âmbito, cujo principal exemplo são as inúmeras formas de intersexualidade;

Gênero: refere-se ao dado social, formado por um aparato de regras e padrões de construção corporal e comportamento que configuram a identidade social das pessoas a partir do substrato físico-biológico, do que resultam identificações como masculino e feminino, bem como as múltiplas variantes que desviam da norma, como androginia, travestismo, efeminação ou masculinização, por exemplo;

Sexualidade: refere-se ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva a sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns/as de "orientação sexual", e comumente classifica as pessoas em "heterossexuais", "homossexuais" e "bissexuais".



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Consumo de água e sua demanda econômica

Conheça o planejamento com base nos conceitos envolvidos na composição do Índice de Segurança Hídrica para as demandas de água humana e econômica

A Agência Nacional de Águas (ANA) aponta que "a cada segundo são utilizados, em média, 2 milhões e 83 mil litros de água no Brasil". O Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil, elaborado pela ANA, em 2019, demonstra que o uso da água "deverá crescer 24% até 2030, superando a marca de 2,5 milhões de litros por segundo" conforme informou a Assessoria de Comunicação da Agência.

De acordo com o Manual, as modalidades de usos da água são o abastecimento humano (urbano e rural), a utilização por criadores de animais, a indústria de transformação, a mineração, a termoeletricidade e a irrigação. A previsão é de que até 2030 a demanda por água aumente em 24% no Brasil, uma vez que está historicamente relacionada ao desenvolvimento econômico e ao processo de urbanização.

A atual gestão no Brasil está baseada na Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, a chamada "Lei das Águas" (Lei 9.433/1997), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabeleceu instrumentos para o gerenciamento de águas de domínio federal (aqueles que atravessam mais de um estado ou fazem fronteira) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

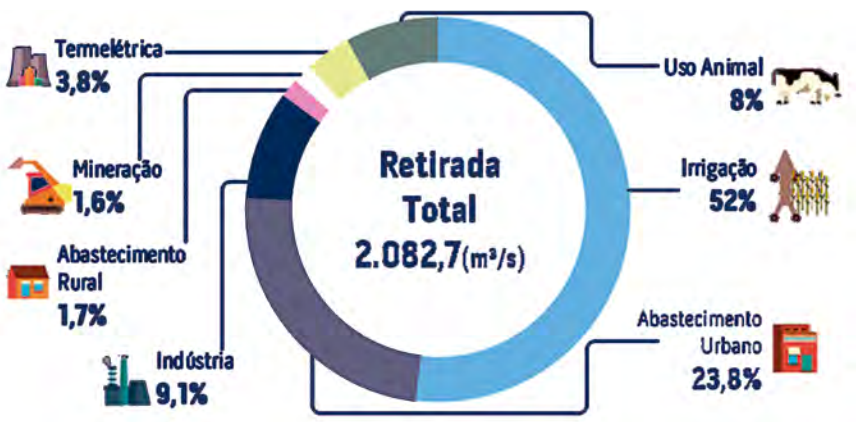
Já o Informe 2018, intitulado "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil", produzido pela ANA com base nas informações e estatísticas apresentadas no relatório pleno, publicado em 2017, esclarece que, em razão de as chuvas terem um padrão naturalmente variável, nos últimos anos o Brasil enfrentou excesso ou escassez dessas chuvas, que podem ser indícios de mudanças climáticas. O documento alerta que três milhões de brasileiros foram afetados por cheias e inundações em 2017, enquanto 38 milhões foram atingidos por secas, sendo 80% deles na Região Nordeste.

Os usos da água são estimados por setor usuário e município. A agricultura irrigada, o abastecimento urbano e a indústria de transformação são responsáveis por 85% das retiradas de água, estimadas em mais de dois milhões de litros por segundo. A demanda por uso de água no Brasil em função do desenvolvimento econômico e do processo de urbanização cresce quase 80%. A situação para o ano 2030 pode não atingir a meta das Nações Unidas. Veja a representação das "Demandas de uso da água no Brasil, por setor (%) e total sem considerar a evaporação dos reservatórios".



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A previsão é de que até 2030 a demanda por água aumente em 24% no Brasil



Fonte: Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno. Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2017, p. 59.



Cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso a água potável no Brasil

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Conscientização para usar a água de maneira sustentável

O tema do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2019 e também do Dia Mundial da Água deste ano é "Não deixar ninguém para trás"

Reconhecido pela ONU somente em dezembro de 2015, os direitos humanos de ter água potável e de saneamento foram considerados indispensáveis para prover meios de subsistência saudáveis e fundamentais para manter a dignidade.

Segundo informações obtidas no site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o relatório "WASH in Health Care Facilities", publicado pelo Programa de Monitoramento Conjunto para água e saneamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) em coautoria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 2019, a primeira avaliação mundial da situação de centros de atenção à saúde em relação à água, saneamento (esgotamento sanitário) e higiene (wash), revelou que uma em cada quatro instalações carece de serviços de saneamento no mundo.

O levantamento das duas agências da ONU aponta que 3 bilhões de pessoas em todo o planeta não possuem instalações básicas para lavar as mãos de forma adequada. Também indica que 1,8 bilhão de pessoas passaram a ter acesso a serviços básicos de água potável desde 2000. Contudo, os países ainda continuam a apresentar desigualdades na acessibilidade, disponibilidade e qualidade dos serviços de fornecimento de água potável e saneamento, sendo 70% das pessoas morando em áreas rurais e um terço delas em países em desenvolvimento.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que em determinados países mulheres precisam "dar à luz ou levar sua criança doente a um centro de saúde que não tem água limpa, banheiros ou instalações para lavar as mãos. Essa é a realidade diária de milhões de pessoas. Ninguém deveria ter que fazer algo assim e nenhum trabalhador da saúde deveria prestar serviços de atenção em tais circunstâncias. Garantir que todos os

centros de atenção à saúde possuam serviços básicos de água, saneamento, e higiene é fundamental para que o mundo seja mais saudável, mais seguro e mais justo".

Aqui no Brasil, a Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007) assegura que os serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano devem ser prestados pelos municípios ou estados. Por isso, a Agência Nacional de Águas (ANA) não tem competência para fiscalizar esses serviços de saneamento nem para aplicar penalidades ou editar atos de regulação.

O setor privado desempenha um papel fundamental para auxiliar no fornecimento de serviços de abastecimento de água e saneamento para todos os cidadãos, pois nem sempre os governos sozinhos podem assumir toda a responsabilidade e frequentemente não possuem recursos técnicos e financeiros suficientes disponíveis.

Tanto os governos municipais e estaduais como também as agências de água têm o dever de estabelecer políticas e regulamentos, enquanto o setor privado deveria participar com incentivos, especialmente em suas práticas comerciais, segundo a ONU. A mudança de comportamento dos indivíduos e a conscientização da sociedade para usar a água de maneira sustentável foi uma iniciativa inserida na agenda socioambiental da ONU de 2000, os Objetivos do Milênio da ONU: 8 maneiras de mudar o mundo.

De acordo com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Trata Brasil, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos brasileiros, cerca de **35 milhões de pessoas não têm acesso a água potável no Brasil, e 100 milhões não possuem saneamento adequado**. Os dados estão no estudo "Perdas de Água 2018", realizado pelo Instituto Trata Brasil com base nos dados do Sistema Nacional de Saneamento (SNIS). Extremamente necessária para a sobrevivência humana, a água precisa ser gerenciada pelos governos com o apoio de toda a sociedade. A participação de todos é capaz de evitar a escassez de água para abastecimento, uso econômico e de armazenamento.

Água potável – ODS 6

O ODS 6 prevê a universalização do saneamento até 2030, além disso, um plano foi elaborado e lançado em 2014 pelo governo brasileiro, com metas de universalização dos serviços (água, esgoto, resíduos e drenagem) até 2033. Porém, segundo estudo Burocracias e Entraves no Setor de Saneamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o ritmo atual de investimentos, o Brasil apenas conseguirá universalizar o atendimento de água em 2043 e de esgoto, em 2054. A falta de acesso a água e a saneamento afeta a vida das mulheres (ODS 5), reforçando a desigualdade de gênero no Brasil. Os impactos da falta de saneamento causam discriminação, exclusão, marginalização e violência contra todas as mulheres e meninas. O Brasil tem 27 milhões de mulheres – uma em cada quatro – sem acesso adequado à infraestrutura sanitária e ao saneamento, determinantes para a saúde, educação, renda e bem-estar.

Fonte: Publicado originalmente no site da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, em 22 de março de 2019.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



Os setores agropecuário e industrial são os que fazem o uso mais expressivo dos recursos hídricos no Brasil

Plano Nacional de Segurança Hídrica

Contendo diretrizes e critérios advindos do conceito de segurança hídrica, de modo a assegurar um planejamento de infraestrutura hídrica com natureza estratégica até 2035, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e a Agência Nacional de Águas (ANA) lançaram, em abril de 2019, o documento intitulado Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), com estudos, projetos e obras de barragens, canais, eixos de integração e sistemas adutores de água. Na ocasião, o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, declarou que "Com o Plano, identificamos obras prioritárias e estruturantes para garantir segurança hídrica à população brasileira no futuro. Elaboramos um roteiro para o acompanhamento da execução desses empreendimentos. Acredito que, com o PNSH, temos instrumentos para fazer uma gestão melhor e mais eficiente dos recursos hídricos e financeiros".

Segundo a **Assessoria de Comunicação Social da ANA**, será com base na realidade atual a projeção para 2035 que 29% das Unidades Territoriais de Análise (UTAs) brasileiras estarão em situação crítica em relação ao fornecimento de água sem as ações propostas pelo PNSH, enquanto a adoção das medidas poderá reduzir para apenas 1%.

Os conceitos envolvidos na composição do Índice de Segurança Hídrica (ISH) foram estruturados em quatro dimensões, a saber: (1) humana, água para abastecimento de pessoas; (2) econômica, garantia de água para atividades agropecuárias e industriais; (3) ecossistêmica, que assegura a qualidade e a quantidade de água para usos naturais, além da segurança de barragens de rejeito e mineração; (4) resiliência, reservas artificial e natural, o potencial de armazenamento subterrâneo e a viabilidade pluviométrica.

Na dimensão humana, a aplicação do ISH para o Brasil demonstra 60,9 milhões de pessoas (34% da população urbana em 2017) vivendo em cidades com menor garantia de abastecimento de água. A previsão para 2035 é que a população total em risco poderá ser de 73,7 milhões de cidadãos.

Já na a dimensão econômica do ISH, os estudos utilizados para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica focaram os setores agropecuário e industrial em razão de serem estes os que fazem o uso mais expressivo dos recursos hídricos.

Na representação da dimensão ecossistêmica foram selecionados três indicadores relacionados à qualidade da água e ao meio ambiente, de forma a sinalizar a vulnerabilidade de mananciais para abastecimento humano e usos múltiplos: água em quantidade suficiente para usos ecossistêmicos; água com qualidade adequada para manutenção da vida aquática; e riscos ambientais decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos de mineração.

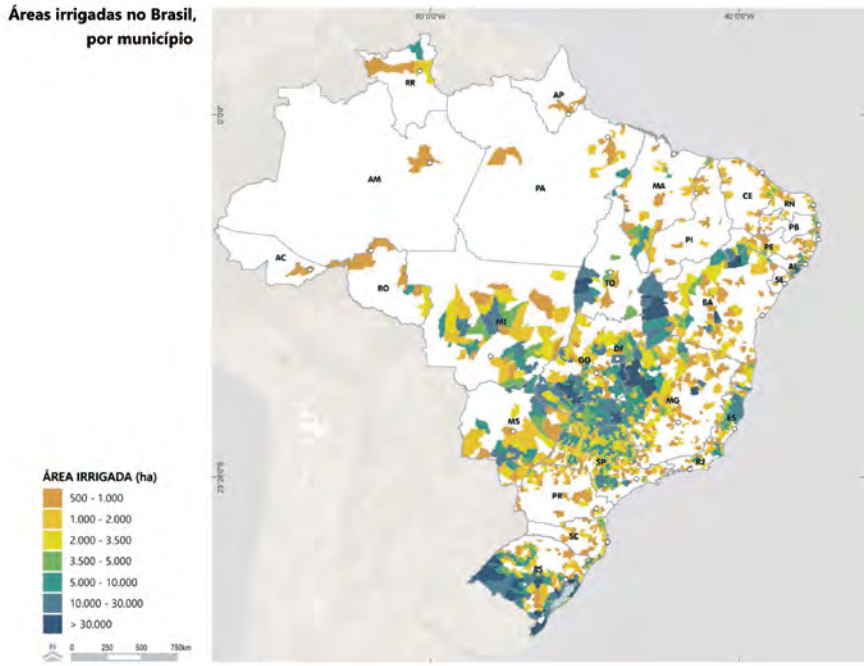
A dimensão de resiliência demonstra o potencial dos estoques naturais e artificiais de água no país para utilização do suprimento de múltiplos usuários em situações de estiagem severa e seca, eventos que podem ser agravados pelas mudanças climáticas.

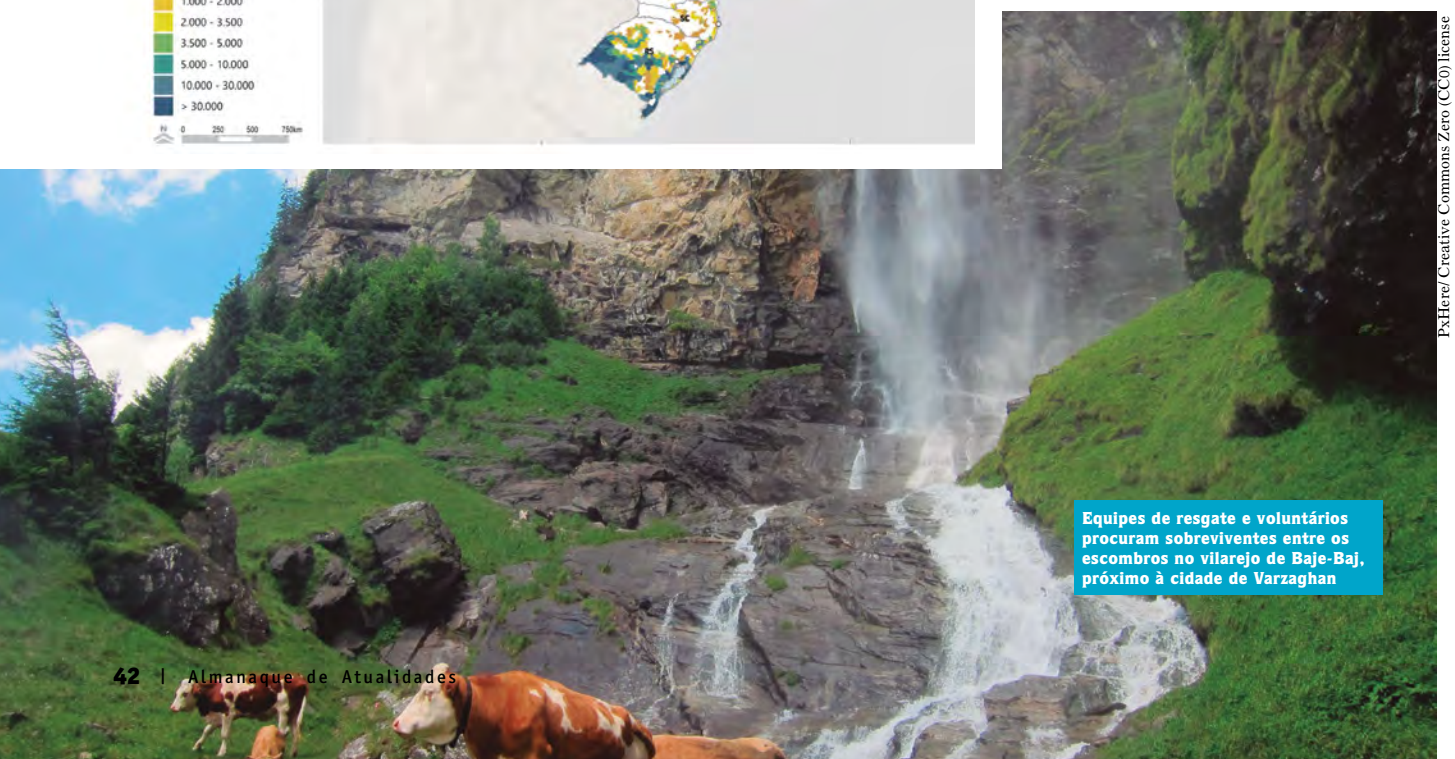
O PNSH apontou que o índice de segurança hídrica para o Brasil identificou, com base nos valores dos indicadores das dimensões humana e econômica, qual deve ser o planejamento executivo dos investimentos para minimizar riscos associados à escassez de água e ao controle de cheias, organizado em três componentes: (1) estudos e projetos: investimentos para a elaboração de obras recomendadas e dos estudos complementares necessários

Segurança hídrica

A segurança hídrica, de acordo com o conceito da Organização das Nações Unidas (ONU), existe quando há disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos, acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias, devendo ser consideradas as suas quatro dimensões como balizadoras do planejamento da oferta e do uso da água em um país.

Fonte: Plano Nacional de Segurança Hídrica. Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2019, p. 15.





PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Equipes de resgate e voluntários procuram sobreviventes entre os escombros no vilarejo de Baje-Baj, próximo à cidade de Varzaghan

Intervenções para oferta de água

As intervenções para oferta de água recomendadas no portfólio do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) observaram as seguintes diretrizes gerais:

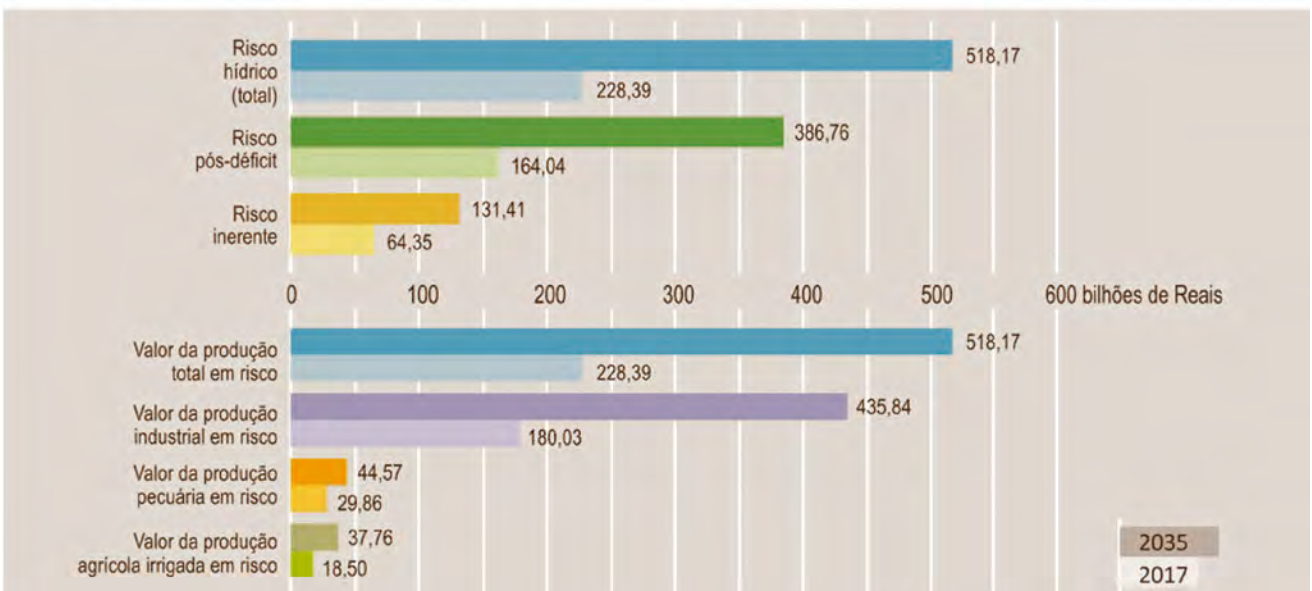
- Atendimento de unidades territoriais que concentram a maior parte dos problemas estratégicos do País (por Unidade da Federação), caracterizadas pelos maiores déficits e riscos ao abastecimento humano e às atividades produtivas, medidos pela população beneficiada e pelo valor da produção agropecuária e industrial.
- Foco no suprimento a déficits existentes e projetados a partir de demandas efetivas, resultados de estimativas dos cenários atuais e tendenciais de usos da água.
- Aproveitamento dos recursos hídricos locais e da infraestrutura hídrica existente e em obras. Nesse caso, a efetividade da obra não se dá apenas pelo aumento da oferta hídrica, mas pelo efetivo suprimento da demanda em centros de consumo, o que pode exigir ações complementares para as devidas interligações.
- Abastecimento humano realizado por meio de fontes com garantia de quantidade e qualidade de água, preferencialmente por adução direta de reservatórios evitando-se a dependência de trechos de rios perenizados.

Fonte: Plano Nacional de Segurança Hídrica. Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2019, p. 105.

à confirmação de obras potenciais, tanto em áreas complexas como em áreas de baixo grau de segurança hídrica; (2) obras: investimentos referentes à execução física das obras recomendadas; (3) institucional: investimentos estimados para operação e manutenção das obras recomendadas, exceto energia elétrica.

Os estudos para a elaboração do PNSH indicam que cada real investido para aumento da segurança hídrica gera cerca de R$ 15 em benefícios a partir das intervenções recomendadas. Além disso, constatou-se que "em um território que abrange 8,5 milhões de km² e abriga uma população de mais de 200 milhões de habitantes, a taxa de urbanização no Brasil deve chegar próxima a 90% em 2020, o que significa maior pressão sobre os recursos hídricos nas dimensões humana, econômica e ecossistêmica, com o aumento dos aglomerados urbanos e das atividades produtivas que demandam mais água e incrementam as fontes de poluição. Na dimensão resiliência busca-se quantificar a vulnerabilidade do ambiente aos eventos extremos, em convergência com os cenários avaliados de efeitos das mudanças climáticas, que projetam a intensificação de eventos de secas e cheias no médio e longo prazos".

Produção econômica em risco quanto à oferta de água no Brasil - 2017 e 2035



Agrotóxicos na água

A ONG Agência Pública em parceria com o Repórter Brasil e a organização suíça Public Eye alertaram que a água de um de cada quatro municípios brasileiros está contaminada por um coquetel de agrotóxicos



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A partir de dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, entre 2014 e 2017, a ONG **Repórter Brasil** e a **Agência Pública**, em parceria com a organização suíça **Public Eye**, revelaram contaminação na água que os brasileiros usam para consumo humano e econômico com concentração de resíduos de agrotóxicos acima da média considerada segura no Brasil.

Em 15 de abril de 2019, o estudo realizado pelas mencionadas organizações jornalísticas, que tiveram de entrar em contato com o Ministério da Saúde para elaborar a reportagem em razão de os dados analisados do Sisagua estarem classificados com termos técnicos de difícil compreensão, foi amplamente divulgado por variados meios de comunicação.

De acordo com a Agência Pública, "o Sisagua reúne um complexo banco de dados, pois recebe resultados de testes feitos em todo o país. As medições são feitas pelas mesmas empresas que fornecem a água que são as responsáveis por testar a presença de 27 agrotóxicos na rede que abastece as cidades. As informações são enviadas ao Sisagua pelas próprias empresas, ou por secretarias estaduais e municipais".

A investigação conjunta da Repórter Brasil, Agência Pública e a organização suíça Public Eye demonstrou que "dos 27 pesticidas que as empresas que fornecem a água são obrigadas por lei a testar, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas".

Informações do site do Sisagua esclarecem que o órgão público "armazena informações cadastrais sobre os sistemas e soluções alternativas de abastecimento de

MMA esclarece: agrotóxicos podem ter duas categorias

1. Agrícolas – destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens e nas florestas plantadas – cujos registros são concedidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente.

2. Não agrícolas:

– destinados ao uso na proteção de florestas nativas, outros ecossistemas ou de ambientes hídricos - cujos registros são concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente/ Ibama, atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Saúde;

– destinados ao uso em ambientes urbanos e industriais, domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública – cujos registros são concedidos pelo Ministério da Saúde/Anvisa, atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Fonte: http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/gestao-das-substancias-quimicas/produtos-agrotóxicos.html.

água para consumo humano, bem como sobre a qualidade da água proveniente de cada uma das formas cadastradas, inferida pelos prestadores do serviço (controle) e pelo setor saúde (vigilância)".

O Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano foi criado para auxiliar o gerenciamento de riscos à saúde que podem ser causados pelo consumo de água e integra as ações de prevenção de agravos e de promoção da saúde do Sistema Único de Saúde.

As três agências elaboraram um mapa interativo (pode ser consultado em: https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/#) que permite aos cidadãos verificarem agrotóxicos na água consumida no período de 2014 a 2017.

Depois que os dados foram revelados pela reportagem, o Sisagua passou a divulgar as informações no portal **Dados Abertos**, na sua versão mais atualizada.

A reportagem investigativa informou ainda que "A falta de monitoramento também é um problema grave. Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.931 não realizaram testes na sua água entre 2014 e 2017". A química Cassiana Montagner, que pesquisa a contaminação da água no Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi entrevistada e declarou: "Mesmo que um agrotóxico não tenha efeito sobre a saúde humana, ele pode ter quando mistura com outra substância. A mistura é uma das nossas principais preocupações com os agrotóxicos na água".

O Ministério da Saúde enviou reposta à reportagem intitulada "Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios", a qual foi postada no site da **Repórter Brasil**, em que defende a vigilância do consumo de água e as ações de prevenção e de promoção da saúde, mas concordando que a exposição aos agrotóxicos é considerada grave problema de saúde pública. Anunciou ainda que serão aplicadas sanções administrativas aos responsáveis pela operação dos sistemas ou soluções alternativas de abastecimento de água.

Outra resposta do Ministério da Saúde informou que as Diretrizes Brasileiras para diagnóstico e tratamento das intoxicações dos principais agrotóxicos utilizados no Brasil estão sendo elaboradas, de modo que os profissionais de saúde possam identificar e tratar pessoas intoxicadas, incluindo as que apresentarem problemas crônicos. Além disso, a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) vem sendo desenvolvida desde 2002, e atua com ações de prevenção dos fatores de risco, promoção e vigilância em saúde das populações expostas ou potencialmente expostas a agrotóxicos em função do uso na agropecuária, que expõe pessoas em maior ou menor grau.

Ação judicial contra agrotóxicos

No início de julho de 2019, o Partido Verde (PV) ingressou com ação no STF para questionar nove atos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que liberaram o registro de mais de 200 agrotóxicos no Brasil nos seis primeiros meses do ano

Marcello Casal Jr _Agencia Brasil



Ministra Tereza Cristina: "liberações dos novos produtos para o agronegócio seguem critérios 'técnicos' antes barrados em governos anteriores em função de 'processo ideológico'"



Os pesticidas à disposição do agronegócio no Brasil são motivo de acalorados debates, inclusive com consulta pública aberta no site da Anvisa

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O Diário Oficial da União (DOU), de 24 de junho de 2019, publicou a liberação de mais um pacote de agrotóxicos, totalizando 239 novos agrotóxicos liberados no país, desde janeiro. No governo Bolsonaro 440 pedidos de avaliação para novos produtos químicos (fungicidas, inseticidas, herbicidas etc.) utilizados para a prevenção ou combate de pragas na agricultura que deverão ser submetidos a análises dos órgãos responsáveis pela liberação. Os pesticidas à disposição do agronegócio no Brasil são motivo de acalorados debates, inclusive com consulta pública aberta no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a manutenção do ingrediente ativo glifosato em produtos agrotóxicos no país, propondo medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica. O glifosato é classificado como "provável cancerígeno" pela International Agency for Research on Cancer.

"Os agrotóxicos, componentes ou afins a serem utilizados em projetos de pesquisa e experimentação, sejam em laboratório ou em campo, devem ser previamente avaliados e possuir o Registro Especial Temporário (RET)", segundo informações do site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O RET depende de aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cada um dentro de suas competências.

Em abril, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, declarou que as liberações dos novos produtos para o agronegócio seguem critérios "técnicos" antes barrados em governos anteriores em função de "processo ideológico".

A engenheira agrônoma e porta-voz do Greenpeace, Marina Lacôrte, concedeu entrevista ao portal **O Globo** afirmando que os agrotóxicos autorizados neste ano ignoram bases cientificas. "Não há produtos novos ou que nunca tinham sido liberados antes, com exceção de um, mas há muitas combinações novas, que podem ter efeitos diferentes e que ainda não foram estudadas. [...] Há, ainda, produtos que serão descontinuados em breve por serem muito tóxicos [na avaliação do governo], mas foram liberados com novas marcas", argumentou Lacôrte.

As liberações do Governo mobilizaram tanto ambientalistas como cidadãos preocupados com a saúde, que organizaram abaixo-assinados para tentar interromper os processos de "envenenamento da população", como muitos preferem expressar. No aplicativo para a criação e divulgação de abaixo-assinados **Change.org** o doutor em Ciência de Alimentos pela Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC) e um dos membros do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), coordenado pela Anvisa, Augusto Kluczkovski Jr., diz em sua petição que "A Bancada ruralista no Congresso Nacional elaborou o Projeto de Lei 6.299/2002 que flexibiliza a Lei Federal de Agrotóxicos (Lei 7.802/89) considerada como uma das mais avançadas na proteção da saúde e do meio ambiente. Nós, profissionais de Vigilância Sanitária de todo o país elaboramos uma Moção de Repúdio a essa tentativa". Kluczkovski Jr. Foi seguido por 73 servidores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) que o apoiaram assinando o abaixo-assinado.

Partido Verde ajuíza ação no STF

Uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 599) com pedido de medida cautelar foi proposta, no início do mês de julho, no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Verde (PV) contra as medidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sustentando que as medidas que desencadearam a liberação de 239 novos produtos agrotóxicos em um lapso temporal de menos de seis meses contrariam frontalmente diversos preceitos fundamentais da Constituição Federal, entre eles o direito à saúde e à alimentação e ao meio ambiente equilibrado.

Segundo o PV afirma, "nos últimos seis meses, foram registrados no Brasil 33 novos produtos agrotóxicos altamente tóxicos para a saúde humana (aqueles cuja dose letal está entre 5 e 50 mg/kg), 63 novos produtos extremamente tóxicos para a saúde humana (cuja dose letal está em menos de 5 mg/kg), 115 novos produtos muito perigosos para o meio ambiente e cinco novos produtos altamente perigosos para o meio ambiente (considerando os parâmetros de bioacumulação, persistência, transporte, toxicidade a diversos organismos, potencial mutagênico, teratogênico e carcinogênico da Portaria 84/1996 do IBAMA)". Na ação, o PV ressalta ainda que "dos mais de 200 novos produtos em circulação no mercado brasileiro, 115 possuem grau de muita periculosidade para o meio ambiente".

Assim, a petição ao Supremo pede que sejam imediatamente suspensos os efeitos dos Atos nº 1, 4, 7, 10, 17, 24, 29, 34 e 42 – todos publicados no Diário Oficial da União – até o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 599, além de requerer a declaração de inconstitucionalidade dos atos questionados.

Entenda o que é uma ADPF

Uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) consiste em uma ação de controle destinada a combater o desrespeito aos conteúdos mais importantes da Constituição, os quais podem ser praticados por atos normativos ou não normativos, mas somente no caso de não haver outro meio eficaz. Além de o significado do verbo "arguir" ser a elaboração de uma pergunta, também pode ser o de combater ou discordar, desde que sejam apresentados argumentos cabíveis. Já o termo "descumprimento" dispensa comentários. Preceito fundamental, por sua vez, é uma expressão que tem a ver com as orientações essenciais, a recomendação como regra, uma regra fundamental descrita na Constituição.
No Brasil, a ADPF está prevista no §1º do art. 102 da Constituição Federal, e deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal, conforme a especificação da Lei 9.882/1999. A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam os atos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se o STF concluir que ocorreu mesmo o descumprimento de preceito fundamental.

Novo marco regulatório para agrotóxicos da Anvisa

No dia 23 de julho, a Diretoria Colegiada (Dicol) da Anvisa aprovou o novo marco regulatório para agrotóxicos, que atualiza e torna mais claros os critérios de avaliação e de classificação toxicológica dos produtos no Brasil e estabelece mudanças importantes na rotulagem, com a adoção do uso de informações, palavras de alerta e imagens (pictogramas) que facilitam a identificação de perigos à vida e à saúde humana.

Em razão de o novo marco regulatório ter determinado que os critérios de avaliação e de classificação toxicológica de agrotóxicos no país devem ser mais claros, a Anvisa publicou, no Diário Oficial da União, de 1º de agosto, a reclassificação toxicológica dos agrotóxicos já registrados no Brasil. No total, 1.942 produtos foram avaliados pela Agência, sendo que 1.924 foram reclassificados. De acordo com a reclassificação, 43 produtos foram enquadrados na categoria de produtos extremamente tóxicos, 79 na de altamente tóxicos, 136 na categoria de moderadamente tóxicos, 599 na de pouco tóxicos e outros 899 foram reclassificados como produtos improváveis de causar dano agudo. Outros 168 produtos, ainda, foram categorizados como "não classificados".

Reclassificação de agrotóxicos - Anvisa

Quantidade de produtos por categoria
Categoria 1 – Produto Extremamente Tóxico – faixa vermelha: 43.
Categoria 2 – Produto Altamente Tóxico – faixa vermelha: 79.
Categoria 3 – Produto Moderadamente Tóxico – faixa amarela: 136.
Categoria 4 – Produto Pouco Tóxico – faixa azul: 599.
Categoria 5 – Produto Improvável de Causar Dano Agudo – faixa azul: 899.
Não classificado – Produto Não Classificado – faixa verde:168.
Não informado – 16.
Produtos cujo processo matriz não foi localizado – 2.

	CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3	CATEGORIA 4	CATEGORIA 5	NÃO CLASSIFICADO
	EXTREMAMENTE TÓXICO	ALTAMENTE TÓXICO	MODERAMENTE TÓXICO	POUCO TÓXICO	IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO	NÃO CLASSIFICADO
PICTOGRAMA					Sem símbolo	Sem símbolo
PALAVRA DE ADVERTÊNCIA	PERIGO	PERIGO	PERIGO	CUIDADO	CUIDADO	Sem advertência
CLASSE DE PERIGO						
Oral	Fatal se ingerido	Fatal se ingerido	Tóxico se ingerido	Nocivo se ingerido	Pode ser perigoso se ingerido	-
Dérmica	Fatal em contato com a pele	Fatal em contato com a pele	Tóxico em contato com a pele	Nocivo em contato com a pele	Pode ser perigoso em contato com a pele	-
Inalatória	Fatal se inalado	Fatal se inalado	Tóxico se inalado	Nocivo se inalado	Pode ser perigoso se inalado	-
COR DA FAIXA	Vermelho PMS Red 186 C	Vermelho PMS Red 199 C	Amarelo PMS Yellow C	Azul PMS Blue 299 C	Azul PMS Blue 299 C	Verde PMS Green 347 C

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mudanças climáticas ameaçam a humanidade

Embora todos os países-membros da ONU terem se comprometido com a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global entre 1,5°C e 2°C até 2030, atualmente alguns governos relutam

Realizada entre 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, em Paris, França, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC), teve como resultado o Acordo de Paris, documento que entrou em vigor em novembro de 2016 e foi assinado por 195 países com o objetivo de conter o aumento do aquecimento global. Entretanto, ficaram de fora a Síria, nação inviabilizada pela guerra civil, e também a Nicarágua, porque o governo de Paul Oquist declarou que cada país deve determinar a sua própria meta de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Em meados de 2017, os Estados Unidos – o segundo maior produtor de gases de efeito estufa do mundo –, que tinham se comprometido a reduzir suas emissões de gases em cerca de 28% até 2025, anunciaram a saída do acordo no governo de Donald Trump. As medidas de Trump modificaram leis introduzidas no governo de Barack Obama e ainda reduziram os financiamentos da Agência de Proteção do Meio Ambiente daquele país, que controla a emissão de gases.

Já a Nicarágua resolveu participar do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas em outubro de 2017, ao considerar que é "o único instrumento" para que o mundo reduza o aquecimento global e seus efeitos. A partir de então, somente a Síria e os Estados Unidos estão fora da Cúpula da ONU sobre o Clima.

Ressalte-se que até as nações que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) participam do Acordo de Paris, mesmo sendo as maiores interessadas na utilização mundial dos combustíveis fósseis. Muitas foram as críticas ao Acordo de Paris, especialmente



A emissão de dióxido de carbono ou gás carbônico (CO_2) produzido pela respiração dos animais e pela queima de combustíveis fósseis, por exemplo, carvão mineral e derivados do petróleo, como a gasolina e o óleo diesel, constitui um dos principais responsáveis pelo aquecimento global

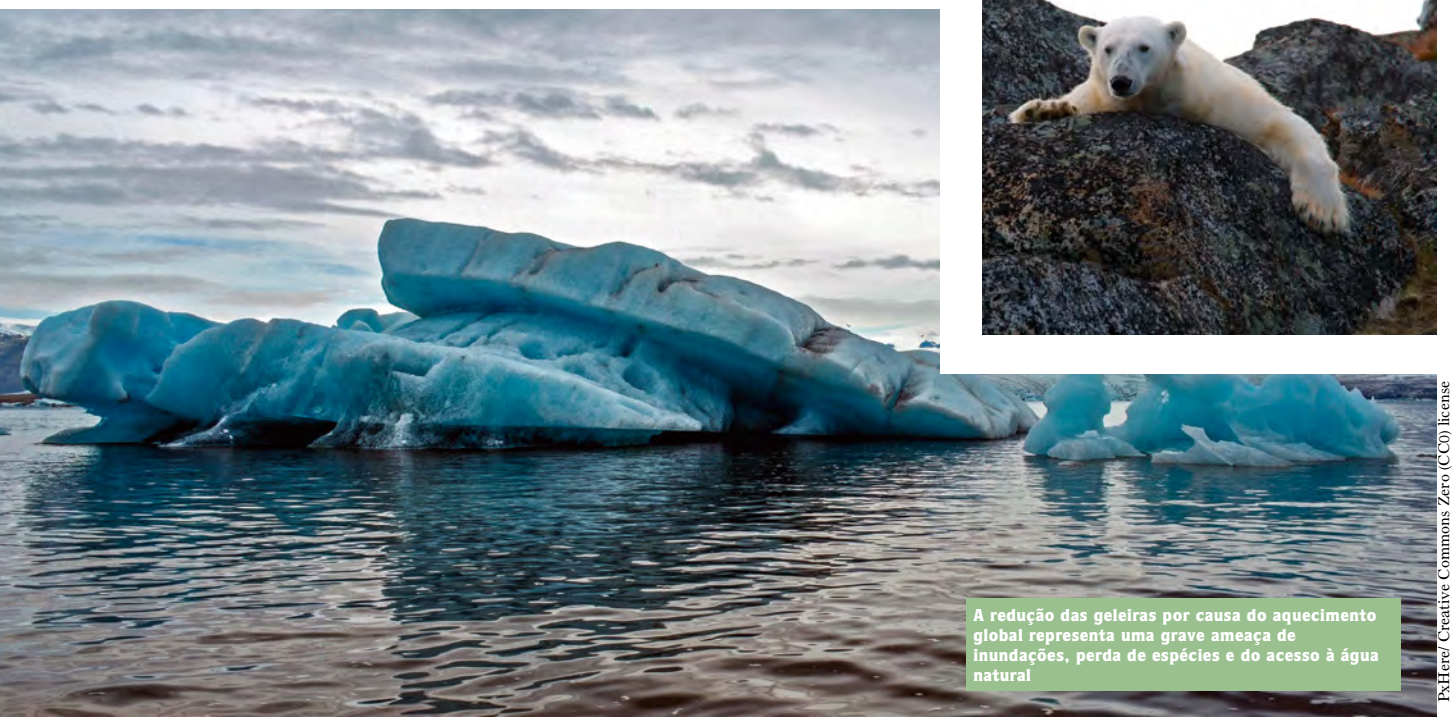
PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

em função de ter deixado de fora o critério de solicitar dos países signatários uma declaração de quais seriam suas metas de redução de emissão de dióxido de carbono ou gás carbônico (CO_2) – poluente produzido pela respiração dos animais e pela queima de combustíveis fósseis, por exemplo, o carvão mineral e os derivados do petróleo, como a gasolina e o óleo diesel, principais responsáveis pelo aquecimento global –, além de não ter sido esclarecedor a respeito dos meios de financiamento e por não penalizar o descumprimento das metas

No Brasil, Bolsonaro e seus ministros, especialmente os do Meio Ambiente e o das Relações Exteriores, fizeram declarações sobre a retirada do Brasil do Acordo de Paris, inclusive retirando as seções de seus ministérios que lidavam com as mudanças climáticas. Já o presidente da República firmou que a política ambiental não pode atrapalhar o desenvolvimento do nosso país. Segundo a **Agência Brasil**, o chefe do Executivo brasileiro havia afirmado que "sem o reflorestamento de uma área enorme, do tamanho do estado do Rio de Janeiro, até 2030, se não fizer, as sanções vêm aí. No primeiro momento, sanção política, depois econômica, e num terceiro momento tem a sanção da força".

Contudo, durante a reunião do G20 de 2019 – cúpula dos 20 países mais ricos do mundo – realizada em Osaka, no Japão, o presidente da França, Emmanuel Macron, disse que não assinaria qualquer acordo com o Brasil se o presidente Jair Bolsonaro retirasse o Brasil do documento climático firmado na COP 21, realizada em 2015, em Paris, ameaçando interromper as negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia – que estava sendo negociado há 20 anos e envolve 25% da economia global e 780 milhões de pessoas, isto é, 10% da população do mundo.

Apesar de o presidente Bolsonaro ter chamado de "psicose ambientalista" as afirmações da primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, corroboradas por Emmanuel Macron sobre a pauta ambiental do Brasil, o chefe do Executivo brasileiro declarou que o país permanecerá se comprometendo com as metas estabelecidas no Acordo de Paris acerca da redução de emissão de gases poluentes, segundo noticiou a **BBC Brasil**. Entretanto, Bolsonaro falou que as reservas indígenas nas áreas de fronteira ameaçam a integridade do território nacional.



A redução das geleiras por causa do aquecimento global representa uma grave ameaça de inundações, perda de espécies e do acesso à água natural

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Conferência do Clima da ONU de 2019

A próxima Conferência do Clima da ONU, a COP 25, será realizada entre os dias 11 a 22 de novembro de 2019, no Chile. Estava prevista para ser realizada no Brasil, mas o governo brasileiro abriu mão da organização do evento alegando "restrições fiscais e orçamentárias". O presidente Jair Bolsonaro já declarou que participará da reunião do clima a ser realizada no Chile, embora tenha afirmado que não assinará acordos impossíveis de serem cumpridos. De acordo com o jornal Valor Econômico, o presidente brasileiro disse que a Amazônia é a grande preocupação e que não pode correr o risco de ser internacionalizada.

A grande importância da COP 25 tem a ver com o prazo final para os países-membros da ONU finalizarem seus planos climáticos nacionais, que será 2020, em conformidade com o Acordo de Paris. Conferência do Clima da ONU de 2019 deverá focar em iniciativas práticas para limitar emissões de gases de efeito estufa.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, está convocando uma Cúpula sobre Mudanças Climáticas em 2019 com o objetivo de concentrar ações em seis áreas. Conheça estas áreas no quadro da página ao lado.

Conferência das Partes – COP

A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As quatro primeiras reuniões da COP foram realizadas anualmente. A partir da quinta reunião, a COP passou a se reunir de dois em dois anos. Trata-se de reunião de grande porte com a participação de delegações oficiais dos 188 membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (estabelecida durante a notória ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Durante a COP, organiza-se amplo espaço de exposições de países e organizações internacionais e nacionais, bem como amplas reuniões de consulta de lideranças indígenas e organizações ambientalistas. Antes da reunião um amplo Fórum Global de organizações ambientalistas e acadêmicas acontece. Durante a segunda semana ocorre o Segmento Ministerial da COP, com a presença de mais de uma centena de ministros de meio ambiente.

Decisões que detalham mais a Convenção como estabelecer protocolos, programas de trabalho e estabelecimento de metas específicas são tomadas na COP.

Fonte: http://www.mma.gov.br

Entenda o motivo de limitar o aquecimento global

O aquecimento global limitado a 1,5 °C exigirá "mudanças de longo alcance e sem precedentes" no comportamento humano, segundo o relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), de 2018

Os objetivos do Acordo de Paris estão descritos em seu artigo 2º, "O Reforço da Implementação": (a) manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas; (b) aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos; (c) promover fluxos financeiros consistentes, com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima (ONU, 2015, p. 26).

Já os relatórios do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – são elaborados com a contribuição de cientistas e especialistas do mundo todo, uns desenvolvendo e outros revisando. Enquanto o Sexto Relatório do IPCC tem previsão de ser publicado entre 2021 e 2022, três relatórios especiais estão em andamento, sendo que o primeiro deles foi publicado em outubro de 2018, com a conclusão de que é necessário limitar o aquecimento global por meio de "mudanças sem precedentes". Com o Quarto Relatório de Avaliação, de 2007, o IPCC foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz.

O relatório especial do IPCC divulgado em 2018, em Incheon, na Coreia do Sul, foi aprovado com base em cerca de seis mil estudos mostrando a grande diferença entre um aumento de temperaturas de +1,5º C e de

6 áreas de ações da Cúpula sobre Mudanças Climáticas 2019

1 transição para energia renovável



proveniente de recursos naturais naturalmente reabastecidos, como sol, vento, marés

2 financiamento de ações climáticas e precificação de carbono



precificação de carbono é ao noome que se dá à atribuição de um valor aos impactos gerados pelo aumento de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera

3 redução de emissões das indústrias



emissões procedentes dos combustíveis fósseis e da indústria representam 90% do dióxido de carbono emitido no mundo

4 uso da natureza como uma solução



a quantidade de emissão CO2 evitada pela produção de energia fotovoltaica é uma das formas conhecidas para a sustentabilidade ambiental

5 cidades sustentáveis e ações locais



cidades sustentáveis são aquelas em que a gestão pública implementa políticas públicas sustentáveis, que respeitam e preservam o meio ambiente

6 uso da natureza como uma solução



termo originalmente introduzido pelo pesquisador canadense C. S. Holling como um conceito para ajudar a compreender a capacidade dos ecossistemas em persistir no seu estado original, sendo esses sujeitos a perturbações

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

+2º C. Elaborado por mais de 80 dos principais cientistas do clima de quase 40 países, o documento reúne 40 mil comentários de artigos sobre aumento da temperatura.

De acordo com a reportagem da **Nações Unidas Brasil**, o secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), Petteri Taalas, afirmou que "até agora o progresso não tem sido bom o suficiente para manter a elevação da temperatura abaixo de 2 °C. A mudança climática já é visível e está tendo um impacto sobre os seres humanos e ecossistemas em todo o mundo. Com aumento de 2°C teremos verão sem gelo na Antártida todo ano, mas com aumento de 1,5 °C veríamos isso apenas a cada 100 anos. Haverá 420 milhões de pessoas sofrendo menos por causa da mudança climática se pudermos limitar o aquecimento a 1,5 °C, e temos certas áreas no mundo que são extremamente sensíveis. "Pequenos Estados insulares, a região do Mediterrâneo e também a África subsaariana já estão sofrendo e sofrerão mais no futuro. Com aumento de 2°C teremos verão sem gelo na Antártida todo ano, mas com aumento de 1,5°C veríamos isso apenas a cada 100 anos", disse Taalas à reportagem ao exemplificar como o clima do mundo muda drasticamente com o aumento de apenas meio grau na temperatura global.

O relatório destaca vários impactos da mudança climática que poderiam ser evitados limitando o aquecimento global a 1,5 °C em comparação com 2 °C ou mais, por exemplo, a elevação global do nível do mar seria 10 cm mais baixa com o aquecimento global de 1,5 °C até o ano 2100, além de os recifes de corais, já ameaçados, têm a previsão de queda de 70-90%, enquanto quase todos seriam perdidos com aumento de 2 °C. Mas as mudanças no uso de terra e energia, na indústria, no setor de construção e de transporte teriam de ser rigorosamente implantadas.

Muito embora o aquecimento pretendido, limitado a 1,5 °C, não evite totalmente os impactos climáticos à saúde humana e aos oceanos – os mais vulneráveis correm o risco de serem afetados com a insegurança alimentar, migrações e outros problemas como declínio da pesca, redução da produção agrícola, extinção de insetos e plantas –, o planeta pode ser melhorado com o cumprimento da meta estabelecida no Acordo de Paris. Segundo o PMBC 2014, a Base científica das mudanças climáticas, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas (AMBRIZZI, T.; ARAUJO, M. (Ed.) COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro), "as vulnerabilidades decorrem da fragilidade dos assentamentos humanos em relação a fenômenos climáticos perigosos e estão ligadas a circunstâncias como localização – área de influência e capacidade de resistência – todos intrinsecamente ligados a diferentes condições ambientais, sociais, econômicas e políticas".

O relatório alerta apara a necessidade de focar não apenas na redução de emissões, mas também na remoção e estoque de carbono. O processo de captura da energia solar e sua transformação em energia química, a **fotossíntese**, é capaz de remover



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Mudanças do clima intensificam os problemas como a ocorrência de fortes chuvas com pontos de alagamento e inundações, trazendo a consequente expansão de doenças, com a presença de mosquitos, como dengue, zika e chikungunya

Acordo de Paris

Entende-se por Acordo de Paris o documento assinado durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, quando foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change ou UNFCCC) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Para vigorar, necessita da ratificação de pelo menos 55 países responsáveis por 55% das emissões de GEE. O secretário-geral da ONU, numa cerimônia em Nova York, no dia 22 de abril de 2016, abriu o período para assinatura oficial do acordo, pelos países signatários. Este período se encerrou em 21 de abril de 2017.

No dia 15 de julho de 2019, apesar de ter alertado para o fato de o Brasil sofrer pressões externas capazes de reduzir o cresciemnto da economia, o vice-presidente brasileiro, Hamilton Mourão, assegurou o compromisso do governo com a preservação do meio ambiente e com o Acordo de Paris.

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)

Para o alcance do objetivo final do Acordo de Paris os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês). Por meio das iNDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que cada governo considera viável a partir do cenário social e econômico local. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o Brasil concluiu, em 12 de setembro de 2016, o processo de ratificação do Acordo de Paris. No dia 21 de setembro, o instrumento foi entregue às Nações Unidas. Com isso, as metas brasileiras deixaram de ser pretendidas e tornaram-se compromissos oficiais. Agora, portanto, a sigla perdeu a letra "i" (do inglês, intended) e passou a ser chamada apenas de NDC. A NDC do Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030. A Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de gases efeito de estufa por unidade do PIB (intensidade de emissões) em 2025, e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005. Logo, o Brasil reduzirá emissões de gases de efeito estufa no contexto de um aumento contínuo da população e do PIB, bem como da renda per capita, o que confere ambição a essas metas.
Fonte: http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris

dióxido de carbono naturalmente. Assim, as árvores são especialmente importantes tanto para a remoção como também para estocar o carbono removido da atmosfera por meio da fotossíntese.

A presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Maria Espinosa, em fevereiro de 2019, declarou que "dois terços das metas de desenvolvimento sustentável da ONU dependem de esforços bem-sucedidos para combater as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente", segundo a **ONU Brasil**. As mudanças do clima intensificam os problemas como a ocorrência de fortes chuvas com pontos de alagamento, inundações e deslizamentos, a expansão de doenças, com a presença de mosquitos, como dengue, zika e chikungunya, entre outras, além da possibilidade de desabastecimento de água causado por secas prolongadas.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em maio de 2019, afirmou durante a Cúpula Mundial da Coalizão R20 – organização ambiental apoiada pela ONU e fundada pelo ex-governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger –, que "subsidiar combustíveis fósseis significa gastar o dinheiro de contribuintes para impulsionar furacões, espalhar secas, derreter geleiras, branquear corais: destruir o mundo". Também falou sobre a descarbonização, principalmente abordando minas de carvão e a promoção de consumo e produção sustentáveis, "uma economia verde, não uma economia cinza", declarou Guterres. De acordo com a **ONU Brasil**, ao lembrar de sua viagem ao Estado insular no Pacífico Sul que corre o risco de desaparecer do mapa por causa do aumento do nível do mar, Tuvalu, antigamente chamado Ilhas Ellice, na Polinésia, o secretário-geral da ONU destacou que "raramente um dia se passa sem notícias de outro desastre, como enchentes e secas".

As professoras Franciele Longaray Bernard e Sandra Einloft, respectivamente, professora da Escola de Ciências da PUCRS e professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Tecnologia dos Materiais da mesma universidade, disseram em reportagem à **GAÚCHAZH** que CO_2 produzido nos processos industriais e de geração de energia podem ser capturados e aplicados em diferentes processos. O CO_2 capturado pode ser, por exemplo, reinjetado em aquíferos salinos (água não potável) ou em campos de petróleo desativados. Também se pode pensar no CO2 não como um problema, mas uma fonte de carbono, já que pode ser usado como um produto de partida para gerar diversos produtos químicos importantes para a nossa economia, como metanol, etanol e metano. Na abertura do mais importante encontro do setor sucroenergético brasileiro, o Ethanol Summit, realizado entre os dias 17 e 18 de junho de 2019, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que a política de fomento à produção de etanol brasileira reforçará o papel da indústria produtiva de álcool, açúcar e bioenergia, o segundo maior setor da área de energia do país.

Descarbonização

Depois de o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ter proposto a redução de emissão de gases de efeito estufa – descarbonização – a política brasileira de biocombustíveis (RenovaBio) atingiu um marco importante: a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou na edição do Diário Oficial da União, em 14 de junho de 2019, a Resolução 791/2019 na qual regulamenta a forma como serão calculadas as metas de descarbonização a que cada distribuidora de combustíveis ficará sujeita. As referidas metas criarão a demanda para os créditos de Descarbonização (CBios) que os fabricantes de biocombustíveis passarão a emitir com base nas emissões de CO_2 que seus produtos evitam quando substituem os combustíveis fósseis. Para comprovar que estão cumprindo suas obrigações, as distribuidoras precisarão comprar CBios.
Segundo a ANP, "A norma regulamenta o rateio entre os distribuidores de combustíveis das metas de descarbonização nacionais, definidas por resolução do CNPE. O cálculo dessas metas individuais, quantificadas em CBios, será feito proporcionalmente à emissão de gases de efeito estufa dos combustíveis fósseis comercializados pelo distribuidor no ano anterior".

A política de saneamento básico do Governo brasileiro

Conheça a proposta que modifica o Marco Regulatório do Saneamento Básico

A política de saneamento básico do Governo brasileiro é regulamentada pela Lei 11.445/2007, e tem como principais diretrizes a prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico, de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública, entre várias outras determinações que visam a implementar infraestruturas e serviços comuns aos municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados, conforme estabelecem os incisos do artigo 48 da mencionada lei.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social, a política de saneamento básico é de fundamental importância para o meio ambiente e a prevenção de doenças no país.

Ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão federal resultante da fusão dos extintos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, competem as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo em nosso país. Em março de 2019, o MDR divulgou um diagnóstico acerca do saneamento, em que demonstra as redes coletoras de esgoto suficientes apenas para atender a 60,2% da população. Os dados são de 2017, segundo o 23º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos (SNIS-AE), publicado pela Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do Ministério do Desenvolvimento Regional. A pesquisa abrangeu 3.865 cidades, o equivalente a 69,3% dos municípios brasileiros, e foi conduzida pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, já se declarou favorável à Medida Provisória (MP) 868/2018, afirmando, inclusive, que "Saneamento é essencial e envolve uma série de questões. Impacta a saúde da população e, por consequência, a economia. Com uma rede de saneamento ampla e de qualidade, teremos uma população mais saudável e com maior capacidade de geração de renda, inclusive pela redução que poderemos ter a longo prazo de doenças causadas por condições ruins de saneamento". A Medida Provisória 868/2018 foi proposta para fazer algumas alterações na legislação brasileira que diz respeito às águas e ao saneamento, tais como, entre outras, atualizar o marco legal do saneamento básico e alterar a Lei 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento e também a Lei 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico.

Entretanto, conforme informou a **Agência de Notícias do Senado**, alguns



A política de saneamento básico é de fundamental importância para o meio ambiente e a prevenção de doenças no país

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

especialistas criticam, como é o caso do representante da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edson Aparecido da Silva, que afirmou durante a leitura do relatório da MP que modifica o Marco Regulatório do Saneamento Básico, o qual foi aprovado em 7 de abril, que "o setor de saneamento tem como pilar fundamental o subsídio cruzado (compensação de preços). [...] caso haja privatização, as empresas privadas estarão mais interessadas nos municípios que tiverem menor necessidade de investimento e mais possibilidade de retorno financeiro, com tarifas mais altas. Isso vai fazer os pequenos municípios, que recebem o subsídio dos mais rentáveis, ficarem desassistidos".

Já o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Roberval Tavares de Souza, disse que "a questão central da MP é que ela estaria deixando os grandes municípios resolvidos e os pequenos ficariam às moscas, para serem atendidos pelos governos federal, estadual e municipal, que enfrentam déficits e não vão conseguir investir em saneamento".

Contudo, o Instituto Trata Brasil é favorável à MP que agora passou a ser o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2019, o qual passará por votação tanto no Plenário da Câmara como no do Senado. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também se demonstrou a favor do PLV 8/2019, reconhecendo que "a proposta apresenta avanços importantes em demandas municipais, por exemplo, a prorrogação dos prazos dos lixões conforme o porte populacional. Além disso, a entidade defende a expansão dos investimentos públicos e privados em saneamento, bem como a facilitação da criação de parcerias público-privadas para impulsionar a universalização dos serviços de saneamento básico em todo o país".

O estudo "Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil", realizado pelo **Instituto Trata Brasil** em 2018, apresentou uma análise da evolução do saneamento no Brasil entre 2004 e 2016. O levantamento avaliou a política nacional de saneamento e demonstrou que a cobertura passou de apenas 38,4% dos habitantes em 2004 para 51,9% da população brasileira em 2016.

Todavia, os dados revelam que o número de brasileiros atendidos por rede de esgoto, em 2016, era de 96,2 milhões, quase a metade da população do país morando em residências sem coleta de esgoto, mas apenas 74,1% do esgoto coletado nas residências brasileiras recebia tratamento antes de retornar ao meio ambiente.

Coleta de esgoto



52,36% da população têm acesso à coleta de esgoto



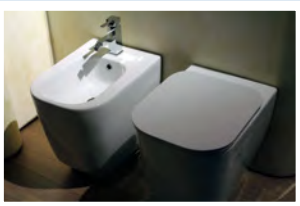
Quase **100 Milhões** de brasileiros não têm acesso a esgotos



Mais de **3,5 milhões** de brasileiros, nas 100 maiores cidades do país, despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis



Cerca de **13 milhões** de crianças e adolescentes não têm acesso ao saneamento básico



3,1% das crianças e dos adolescentes não têm sanitário em casa

Fonte: Instituto Trata Brasil (http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto).

Fotos: Creative Commons Zero (CC0) Pixabay



Marcello Casal Jr_ABr.

A moagem de cana-de-açucar. Cerca de 70% do produto original produz o melado, enquanto os 30% da parte sólida se transforma em biomassa. A partir do melado há um processo de fabricação do etanol, enquanto a biomassa serve para geração de energia na usina

Matrizes energéticas no Brasil e no mundo

No planeta Terra, as matrizes energéticas dependem de fontes não renováveis de energia. O uso de combustíveis fósseis, como petróleo, gás natural e carvão mineral predominam no mundo, enquanto a matriz energética brasileira é composta por fontes renováveis e não renováveis de energia

Segundo informações do relatório "Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis", de 2019, publicação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cuja finalidade é prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia (MME) na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, os indicadores de utilização de etanol, biodiesel e cogeração derivada da biomassa de cana-de-açúcar apresentaram uma evolução do consumo bastante elevada. Destaque-se que o bagaço da cana também passou a ser convertido em álcool, gerando o etanol de segunda geração.

Ainda no relatório que apresentou dados consolidados até o ano 2018, a demanda por biocombustíveis aumentou bastante a partir de 2009, fazendo com que o Brasil passasse de despejar na atmosfera cerca de 48 milhões de toneladas de CO_2. Destacou ainda que a modificação nos motores de veículos no Brasil, fabricados com a tecnologia flex (motor que trabalha com álcool, gasolina ou qualquer mistura dos dois combustíveis), ocasionou uma alteração nos hábitos dos brasileiros, que passaram a utilizar mais etanol do que gasolina desde 2003.

Presidido pelo ministro de Minas e Energia, o Conselho Nacional de Política

Energética (CNPE), ao regulamentar a Política Nacional dos Biocombustíveis – RenovaBio –, aprovou resolução, no início do mês de julho de 2019, em que definiu as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, estabelecendo as chamadas Unidades de Créditos de Descarbonização (CBIOs) para este e os próximos dez anos, até alcançar 95,5 milhões de CBIOs em 2029. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, "o país sinaliza que irá perseguir um caminho cada vez mais sustentável em sua matriz de combustíveis ao proporcionar menor emissão de gases de efeito estufa por unidade de energia, aumentando, assim, a diversificação da matriz de combustíveis".

Mercado nacional de combustíveis

O Plano Decenal de Energia – PDE2027 (documento informativo elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética sob as diretrizes e o apoio das equipes da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE/MME) e da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG/ MME), apresentou uma previsão de produção crescente de petróleo para a próxima década. As refinarias nacionais deverão conduzir o Brasil a se tornar um exportador líquido de petróleo, já que o parque de refino brasileiro foi adaptado para o processamento de petróleos mais pesados entre 2017 e 2027. A previsão do PDE2027 aponta que no total de energia do setor de transportes o destaque será o crescimento do uso de etanol hidratado e biodiesel, sendo para este último esperado que o óleo de soja permaneça como a principal matéria-prima no decênio. A frota nacional de veículos leves deverá permanecer do tipo flex fuel, com pequena proporção de híbridos e elétricos no final do decênio (menos de 2%).

O crescimento do biodiesel, do etanol e da lixívia (água sanitária ou alvejante), esta última largamente utilizada para produzir eletricidade, também foi destacado no relatório PDE2027. Já o consumo de gás natural no final do primeiro quinquênio deverá ter redução em função de haver maior geração de energia elétrica por conta da expectativa de alívio na severidade das condições hidrológicas e a inauguração de grandes empreendimentos hidrelétricos nos últimos anos.

A previsão do plano decenal para 2027 é que a eficiência energética brasileira atingirá 19 milhões de tonelada equivalente de petróleo (tep), número que representou 8% do consumo do Brasil em 2017.

Segundo o relatório do Balanço Nacional de Petróleo, o excedente da produção de petróleo brasileiro será destinado para a exportação. Tal superávit de produção é composto majoritariamente de óleos crus do tipo mediano e de baixo teor de enxofre encontrados na região do pré-sal, a maior parcela da produção de petróleo nacional.

Já os dados do Balanço Nacional de Derivados de Petróleo apontam que o Brasil poderá promover a ampliação da produção de alguns derivados, em especial o óleo diesel. Contudo, sem aumentar a produção de gasolina. Ainda segundo o balanço, a oferta e a demanda de gasolina deverão enfrentar períodos em que "o Brasil atuará no limiar da autossuficiência ou como importador", desde que a produção de etanol seja ampliada e a infraestrutura e logística sejam melhoradas para atender à necessidade de abastecimento de gasolina no mercado interno.

O relatório abordou também a utilização da cana-energia em pequenos percentuais, apontando que a produção de etanol de segunda geração (etanol 2G) deverá ser mais significativa somente no final do período, ao estimar que a produção de etanol de milho atingirá cerca de 2 bilhões de litros em 2027.

Dados da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), revelaram que o Brasil destinou mais de 42 milhões de toneladas de resíduos sólidos para aterros sanitários em 2018. Todavia, apenas 75% do volume de biogás gerado em aterros sanitários consegue ser captado.

Apesar de o Brasil ainda ser um tímido produtor de biocombustíveis para a aviação, o PDE2027 estima que, em 2027, o bioquerosene (BioQAV) alcance uma participação de mercado de 1% (91 mil m³) da demanda total de combustível de aviação, com linhas aéreas específicas adotando rotas tecnológicas certificadas. Por enquanto, o uso de combustíveis sustentáveis na aviação comercial brasileira apresenta ínfima participação. Muito embora algumas companhias aéreas tenham realizado voos experimentais locais nos últimos anos, estes ainda não alavancaram a utilização do bioquerosene. Durante a Copa do Mundo de 2014, uma importante companhia aérea brasileira realizou voos com uma mistura de 4% de querosene produzido com óleo de milho misturado ao combustível convencional. Entretanto, o uso de combustíveis sustentáveis na aviação não decolou. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), não há produção do bioquerosene no Brasil para atender à demanda, fator que faz o preço ser bem mais alto, inviabilizando a sustentabilidade do setor.

Ao que parece, o Brasil deverá chegar a 2027 precisando importar querosene

Tânia Rêgo_Agência Brasil



Uma importante companhia aérea brasileira realizou voos com uma mistura de 4% de querosene produzido com óleo de milho misturado ao combustível convencional

sustentável para que as companhias aéreas cumpram as metas obrigatórias de redução de emissões de gás carbônico estabelecidas pelo "Esquema de Redução e Compensação de Emissões da Aviação Internacional" (Corsia, na sigla em inglês), que prevê uma redução de emissões anual de 2% até 2050. Por enquanto, o país não aderiu ao acordo.

Por fim, vale destacar que em sua Contribuição Nacionalmente Determinada – o documento do Governo brasileiro que registrou os principais compromissos para o futuro, apresentados no Acordo de Paris – foi proposta a redução de 37% de suas emissões de gases causadores do efeito estufa (GEEs) em 2025, tendo como base as emissões de 2005. Em razão de não haver distribuição formal de metas entre os diferentes setores, o país pode atingi-las tanto com a produção de energia elétrica quanto a de combustíveis a partir de fontes renováveis, que seria uma estratégia de reduzir as emissões de GEEs ao manter elevada a participação dessas fontes na matriz energética.

Marcelo Casal_Agência Brasil

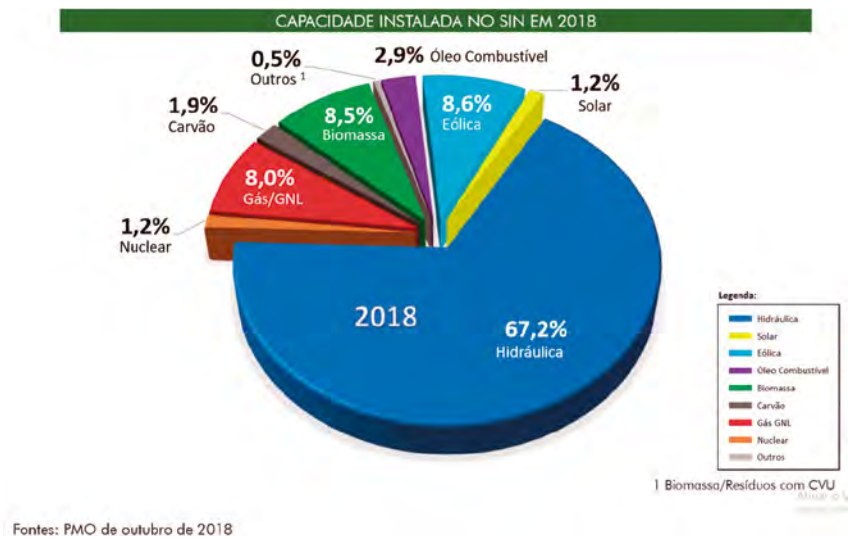


O Brasil continuará como importador líquido, com destaque para os grandes volumes de nafta, querosene de aviação (QAV) e óleo diesel A. Muito embora o Governo brasileiro tenha ampliado a adição de biodiesel ao óleo diesel e aumentado a produção doméstica do óleo diesel A – derivado com maior mercado no país – este será o maior volume de importação, mesmo considerando os incrementos.

Oferta de energia elétrica

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil (SIN) é hidro-termo-eólico, com predominância de usinas hidrelétricas distribuídas em dezesseis bacias hidrográficas nas diferentes regiões do país, segundo informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

Nos últimos anos, a instalação de usinas eólicas, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, tanto cresceu como também aumentou em importância em função de ter ampliado a oferta de energia elétrica para o atendimento do mercado. As usinas térmicas, em geral localizadas nas proximidades dos principais centros de carga, também têm relevante participação por conta da segurança do sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil (SIN). São usinas capazes de assegurar estoque de energia para atendimento futuro. Em 2018, o SIN contava com a capacidade instalada demonstrada por diferentes fontes de geração de energia, conforme demonstra o gráfico do Plano de Ampliações e Reforços (PAR) 2019-2023, elaborado pelo ONS, com a participação dos agentes associados, apresentando as ampliações e os reforços nas instalações de transmissão do SIN, de acordo com o Programa Mensal de Operação (PMO) de outubro de 2018.



Fontes: PMO de outubro de 2018

Para o ano 2023, as projeções do SIN para a capacidade instalada por diferentes fontes de geração de energia estão relacionadas no gráfico que apresenta os percentuais nas previsões a partir de 2019 (veja a tabela ao lado).

A taxa média anual de crescimento da carga no período até 2023 está prevista em 3,7% ao ano, significando uma expansão média anual de 2.653 MW médios. A projeção de carga do SIN é atingir 79.822 MW médios em 2023.

Já o Plano Decenal de Energia (PDE2027) aponta a estimativa de haver expansão de geração de bioeletricidade, incorporando palhas e pontas e ainda biomassas diferentes da cana. A previsão do Governo brasileiro é que haja 6.800 megawatts (MW) médios disponíveis para comercialização em 2027. O potencial de expansão do setor de biogás oriundo da biodigestão – processo de decomposição de matéria orgânica que ocorre na ausência de oxigênio, o qual gera o biogás e também um resíduo líquido utilizado como biofertilizante – da vinhaça – também conhecida por vinhoto, tiborna ou restilo, é o resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar fermentado, para a obtenção do etanol – e da torta de filtro – resíduo da indústria sucroenergética, proveniente da filtração do caldo extraído das moendas no filtro rotativo – deverá ter maior inserção na matriz energética. Estima-se a produção de 7,2 bilhões de normal metro cúbico (Nm^3) em 2027, podendo ser destinado à geração elétrica, substituição ao diesel e misturado ao gás natural fóssil, nas malhas de gasodutos.

Fontes	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Hidráulica	112.652	67,3	114.072	66,6	114.297	65,9	114.433	65,4	114.433	64,3
Nuclear	1.990	1,2	1.990	1,2	1.990	1,1	1.990	1,1	1.990	1,1
Gás/GNL	12.820	7,7	14.336	8,4	15.641	9,0	16.107	9,2	17.780	10,0
Carvão	3.420	2,0	3.420	2,0	3.420	2,0	3.420	2,0	3.420	1,9
Biomassa	13.730	8,2	13.754	8,0	13.863	8,0	13.863	7,9	14.017	7,9
Óleo + Diesel	4.638	2,8	4.924	2,9	4.924	2,8	4.924	2,8	4.924	2,8
Eólica	15.075	9,0	15.394	9,0	15.528	8,9	15.642	8,9	16.681	9,4
Solar	2.316	1,4	2.316	1,4	2.316	1,7	2.316	2,1	3.655	2,1
Outros	804	0,5	950	0,6	1.000	0,6	1.000	0,6	1.000	0,6
Total	167.445	100,0	171.156	100,0	173.553	100,0	175.034	100,0	177.899	100,0

A geração de energia elétrica por meio de fontes não emissoras de GEE deverá somar 91% do total em 2027. Portanto, o Brasil não poupa esforços para que tanto a expansão como a oferta e o consumo de energia sejam condizentes com a meta estipulada na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira para o setor de energia, a qual está alinhada com os compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris.

Matrizes energéticas no mundo

A situação da humanidade já é suficientemente grave e os danos à natureza considerados irreparáveis, segundo o relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

De acordo com o documento divulgado no final de 2018, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), a situação da humanidade já é suficientemente grave e os danos à natureza considerados irreparáveis. O relatório revela que o mundo tem apenas 12 anos para evitar um colapso ecológico, razão pela qual determinou uma meta de aquecimento global de 1,5°C, significando que as emissões de gases de efeito estufa precisam ser reduzidas em cerca de 45% até 2030, chegando a zero por volta de 2050.

Apesar de ainda ser incipiente, a utilização de fontes renováveis nas matrizes energéticas de vários países já é uma realidade. O Plano Decenal de Energia (PDE2027) aponta o desenvolvimento de culturas alternativas à soja para a produção de óleos vegetais, sendo que o de palma apresenta o maior volume no mercado internacional, com preços mais competitivos. A produção do biocombustível nos Estados Unidos

também atingiu elevado crescimento, baseado no etanol produzido a partir de milho, tornando o Brasil e os EUA responsáveis por mais de 80% da produção mundial.

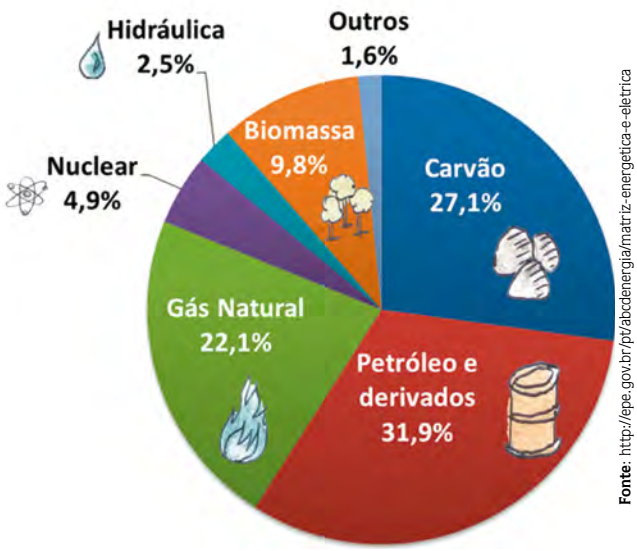
A cana-de-açúcar é cultivada em mais de 100 países, mas cerca de 80% da produção do planeta está concentrada em dez países, entre eles Índia China, México, Tailândia, Paquistão, Colômbia, Austrália, Indonésia e Estados Unidos, sendo os dois países maiores produtores Brasil e Índia, em conjunto respondendo por mais da metade da produção mundial.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, disse durante a Cúpula Mundial da Coalizão R20 – iniciativa para ajudar regiões, Estados e cidades a implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cumprir as metas de proteção climática global destacadas no Acordo de Paris –, realizada em maio de 2019, que é preciso acabar com subsídios a combustíveis fósseis. O chefe da ONU afirmou que a "ideia de subsidiar combustíveis fósseis como uma maneira de melhorar a vida das pessoas não poderia estar mais errada" segundo a **Nações Unidas Brasil**. Para Guterres, "significa gastar o dinheiro de contribuintes para impulsionar furacões, espalhar secas, derreter geleiras, branquear corais: destruir o mundo". Reiterou que as "ações subnacionais são essenciais para responder à crise climática, porque regiões e cidades são os principais motores da economia mundial".

Ainda de acordo com a reportagem da **ONU Brasil**, "Investidores precisam parar de financiar a poluição, ampliar empreendimentos verdes e aumentar empréstimos para soluções de baixa emissão de carbono [...] o setor privado e comunidades de investimentos precisam apoiar uma agenda climática ousada e ambiciosa, à medida que ações climáticas não são boas apenas para pessoas e para o planeta, mas também podem ser boas para os negócios".

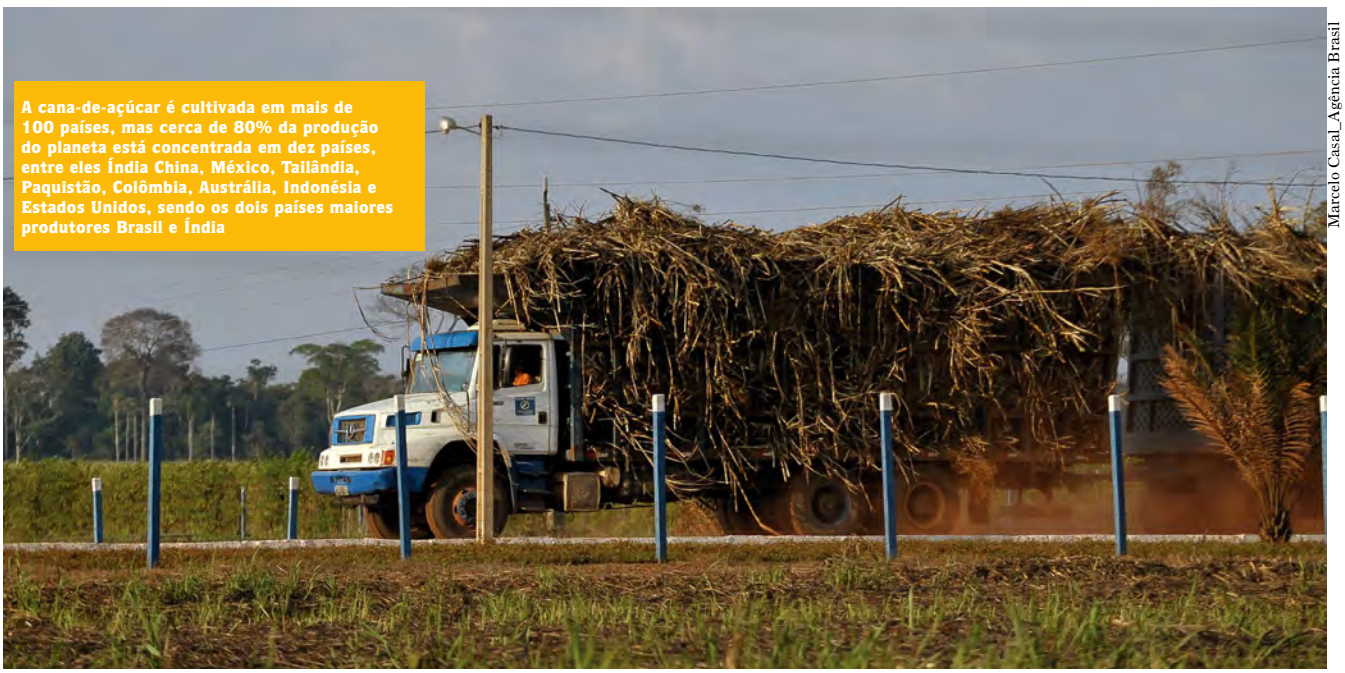
O gráfico elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética brasileira, de 2018, (mostrado ao lado) apresenta as principais fontes de energia do mundo, segundo a publicação da **International Energy Agency**, intitulada "Energy Efficiency 2018", que demonstrou as matrizes energéticas de fontes não renováveis, majoritariamente compostas por carvão, petróleo e gás natural.

A usina será a segunda do país em capacidade de geração de energia, atrás apenas de Itaipu. Por um lado, o Governo federal defende sua construção e diz que será essencial para suprir a demanda energética do país em razão do crescimento econômico. Por outro lado, entidades e movimentos sociais afirmam que os impactos socioambientais são prejudiciais ao Brasil. A usina, que terá capacidade de 11,2 mil megawatts (MW) quando concluída, entrou em operação no início de 2015.



Fonte: http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica

O consumo de carvão aumentou em função da crescente demanda da Índia e da China, ampliando as emissões de carbono. Em terceiro lugar, está o uso do gás natural, responsável pelo maior incremento no consumo de energia, atrás somente do carvão e do primeiro lugar como fonte de energia: o petróleo. A geração nuclear é mais utilizada na China, no Japão,


A cana-de-açúcar é cultivada em mais de 100 países, mas cerca de 80% da produção do planeta está concentrada em dez países, entre eles Índia China, México, Tailândia, Paquistão, Colômbia, Austrália, Indonésia e Estados Unidos, sendo os dois países maiores produtores Brasil e Índia

Marcelo Casal_Agência Brasil

Coreia do Sul e Taiwan. A energia eólica proporcionou mais da metade do crescimento das renováveis do mundo, enquanto a energia solar contribuiu com mais um pouco do total de renováveis. A energia hidráulica é proveniente da geração hídrica ou hidrelétrica.

Segundo o Atlas de Energia Elétrica do Brasil (Parte 2, Capítulo 4, p. 67), biomassa pode ser qualquer matéria orgânica que possa ser transformada em energia mecânica, térmica ou elétrica: florestal (madeira, principalmente), agrícola (soja, arroz e cana-de-açúcar, entre outras) e rejeitos urbanos e industriais (sólidos ou líquidos, como o lixo). Os derivados obtidos dependem tanto da matéria-prima utilizada (cujo potencial energético varia de tipo para tipo) quanto da tecnologia de processamento para obtenção dos energéticos.

Jovens comprometidos com a preservação do planeta

Estudantes secundaristas de diferentes países têm demonstrado uma consciência ecológica capaz de mudar o nosso mundo

A cidadania está diretamente relacionada ao fato de uma pessoa ter mais consciência ecológica, valor social que tem a ver com a própria sobrevivência. Isso porque a biodiversidade depende das atitudes dos cidadãos. Embora ainda falte muita consciência ecológica, a juventude de nosso planeta tem defendido políticas capazes de transformar o mundo para as futuras gerações.

Tanto a preservação do meio ambiente e das fontes de água como as práticas de uso racional dos recursos naturais, redução de geração de resíduos sólidos, saneamento básico, energia verde, limpeza urbana, lixo reciclável e prevenção de incêndio florestais são temas de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável. Inclusive, a consciência ecológica impulsiona novos negócios, já que muitos são os consumidores preocupados com a sustentabilidade.

O protagonismo da juventude com as questões socioambientais tem levado muitas empresas a fabricar os chamados produtos verdes, assim como vários novos negócios foram abertos por iniciativa de jovens preocupados com as políticas de defesa do meio ambiente.

Adolescente sueca mobiliza jovens do mundo todo

Greta Thunberg, a adolescente sueca que se tornou ativista pelo clima e recebeu o prêmio da Anistia Internacional com o título de Embaixadora da Consciência 2019, inspirou milhões de estudantes secundaristas de mais de 100 países a exigir dos governantes a criação de políticas ambientais de preservação e sustentabilidade. A secundarista sueca faz questão de dar o exemplo, tomando atitudes para reduzir sua própria pegada de carbono. Segundo informações do G1, desde que tinha 16 anos Greta falta às aulas todas as sextas-feiras para protestar contra as mudanças climáticas e o aquecimento global em frente ao Parlamento da Suécia, localizado em Estocolmo. Ela foi indicada ao Nobel da Paz e venceu o Prêmio Liberdade, e doou mais de R$ 100 mil que ganhou a quatro organizações envolvidas em lutas contra as mudanças climáticas: Care, Greenpeace, Adaptation Fund e 350.org.

A jornalista Elida Oliveira publicou a reportagem "Estudantes vão às ruas em protesto global contra mudança climática" no site G1, demonstrando que a atitude de Greta Thunberg ampliou o movimento chamado "Fridays For Future" (Sextas-feiras pelo futuro), que mobilizou milhões de estudantes secundaristas em março de 2019, em uma greve estudantil abrangendo mais de dois mil eventos em 123 países, incluindo o Brasil, quando 20 cidades receberam os protestos inspirados pelas palavras de Thunberg: "Vivemos uma crise existencial ignorada durante décadas. Se não agirmos agora, será muito tarde".

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



O movimento "Fridays For Future" mobilizou milhões de estudantes secundaristas em uma greve estudantil que abrangeu mais de dois mil eventos em 123 países

Pegada de carbono

A pegada de carbono (carbon footprint) é uma metodologia criada para medir as emissões de gases de efeito estufa, já que são emitidos na atmosfera durante o ciclo de vida de um produto, processos ou serviços, tais como a queima de combustíveis fósseis, a criação de pastagem para gado, o desmatamento, as queimadas, a produção de cimento. Assim, o método serve para analisar os impactos que causamos na atmosfera e as mudanças climáticas. A utilização de embalagem recicláveis ou recicladas, alimentos orgânicos, sacolas retornáveis, bicicleta e transporte coletivo, por exemplo, contribuem para a redução da pegada de carbono de um determinado indivíduo.

Trabalho decente e crescimento econômico

Fique por dentro do cenário de trabalho e emprego e entenda o significado de subutilização, desalentado, empregos parciais e intermitentes



O baixo nível de crescimento da economia brasileira fez com que o aumento da ocupação, ainda que tímida, ocorresse majoritariamente no trabalho sem carteira e por conta própria, o chamado mercado informal

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Apesar de o Governo brasileiro ter registrado a criação de quase 314 mil novos postos de trabalho com carteira assinada de janeiro a abril de 2019, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a Carta de Conjuntura 43, que analisou o segundo trimestre deste ano, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta um cenário nada otimista, na verdade, bastante temeroso para o setor de trabalho e emprego do país.

No período, o percentual de desocupados avançou para 24,8%, o que corresponde a 3,3 milhões de pessoas a mais, em comparação com o primeiro trimestre de 2015, quando havia 17,4% de pessoas desocupadas no Brasil. Com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, o Ipea demonstrou que, "no primeiro trimestre de 2019, a proporção de desempregados há mais de dois anos era maior entre as mulheres (28,8%), entre os adultos com mais de 40 anos (27,3%) e entre os trabalhadores com ensino médio completo (27,4%)". Portanto, o total de desempregados no país já atinge a marca de quase 13,5 milhões de pessoas.

De acordo com o secretário de Trabalho da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, os dados do Caged, divulgados em maio de 2019, indicam expansão do mercado de trabalho, com 32.140 novos postos, acumulando nos últimos 12 meses o total de 474.259 empregos formalizados. O setor da agropecuária foi o principal destaque no mês de maio, com a criação de 37.373 postos de trabalho.

Já as estatísticas de trabalho intermitente – regime de trabalho criado a partir da reforma trabalhista de 2017, em que o trabalhador é convocado para atividades esporádicas, com intervalos de inatividade –, respondeu por 7.259 postos, em maio de 2019, segundo Dalcolmo, enquanto o trabalho em regime parcial gerou 1374 posto no mesmo período.

O cenário não é nada animador para brasileiros e brasileiras, já que a Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que no trimestre encerrado em abril de 2019 a taxa de desocupação ficou em 12,5%.

O baixo nível de crescimento da economia brasileira faz com que o aumento da ocupação, ainda que tímida, ocorresse majoritariamente no trabalho sem carteira e por conta própria, o chamado mercado informal. A situação do país é responsável pelo fenômeno de haver uma parcela de desempregados sem conseguir carteira assinada há mais de dois anos, atingindo o percentual de 24,8% no primeiro trimestre de 2019, o que significa um contingente de 3,3 milhões de pessoas, segundo análise de Mercado de Trabalho divulgada pelo Ipea, a partir de dados da Pnad Contínua, em junho.

Já uma pesquisa da Confederação Nacional da Industria (CNI), divulgada no início de julho pela Agência Brasil, revelou que a pesquisa da Confederação Nacional da Industria (CNI) apontou crescimento do índice do medo do desemprego de 2,3 pontos em relação a abril, alcançando 59,3 pontos em junho, acima da média histórica, que é de 49,9 pontos.

A Carta de Conjuntura 43 do Ipea revelou ainda uma população desocupada na ordem de 13,2 milhões de pessoas no trimestre encerrado em abril. Além disso, segundo os microdados de transição da Pnad Contínua, observa-se que a média de desocupados que iniciavam um trimestre e se mantinham nesta situação até o fim do período chegou a 49,5% no primeiro trimestre de 2019, mantendo-se na situação há mais de dois anos, conforme demonstrado pela pesquisa do IBGE, segundo a qual o salário médio de admissão dos trabalhadores foi de R$ 1.571,58 em março.

Panorama da economia mundial

Ainda de acordo com a Carta de Conjuntura 43 do Ipea, nos meses iniciais de 2019 aumentaram as incertezas e o dinamismo da economia mundial não foi o esperado. A desaceleração do comércio internacional causada pelos conflitos comerciais, em particular entre Estados Unidos e China, o emperramento da saída (Brexit) do Reino Unido da União Europeia e a iminente recessão na Europa, especialmente na Alemanha e na Itália foram fatores de desaceleração para as projeções de crescimento.

O Ipea informou também que as revisões feitas pelo Panorama da Economia Mundial (World Economic Outlook – WEO) reduziram o crescimento previsto para 2019, de 3,7% no relatório de outubro do ano passado para 3,3%, enquanto a projeção para 2020 foi de 3,7% para 3,6%.

Mesmo com as revisões que reduzem as projeções de crescimento, especialmente por causa das incertezas da economia chinesa, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um crescimento global de 3,6% ao ano até 2024, conforme a Carta de Conjuntura 43, a qual também demonstra que o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado período – dos EUA, Área do Euro (Estados-membros da União Europeia que adotaram oficialmente o euro como moeda comum) e do Japão aumentou em 2018.

Projeção de redução do PIB brasileiro

Na reportagem da jornalista Laís Lis, do G1, o relatório Focus – que abrange mais de 100 instituições financeiras – divulgado pelo Banco Central (Bacen), no dia 8 de julho de 2019, prevê que a economia brasileira vai crescer 0,82% neste ano. Porém, nesta data foi a 19ª semana seguida de corte na previsão de crescimento do PIB no país. Contudo, os economistas não alteraram a previsão de crescimento do PIB para 2020, mantendo a expectativa em 2,20%. Vale destacar que o Bacen apresenta relatório sobre o o comportamento do PIB a cada três meses.

Na coletiva de imprensa do subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, Marco Cavalcanti, em que foram apresentados os dados da arrecadação de maio, destacou-se que o governo havia projetado alta acima de 2% no PIB para 2019. A estimativa de desaceleração do crescimento da economia brasileira neste ano fica evidente em razão de o PIB ter crescido 1,1% em 2018, segundo dados do IBGE.

Tanto a indústria de transformação (que transforma matéria-prima em um produto final ou intermediário para outras indústrias) quanto a indústria extrativa (que retira a matéria-prima da natureza para ser utilizada em outras indústrias), assim como o setor de construção civil deverão ficar estagnados em 2019, ainda segundo as previsões do Bacen.

Estagiários

Os estagiários e jovens que entram em empresas para se qualificar (jovem aprendiz) formaram um contingente de 498,3 mil jovens em 2017, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em conjunto com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), apresentado em junho de 2019. Desses, três quartos são estudantes de ensino superior. Em relação aos jovens entre 14 e 24 anos trabalhavam como aprendizes o estudo demonstrou haver mais de 380 mil no comércio e no setor industrial.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Subutilização, empregos parciais e intermitentes

A revelação de que chocou o país: quase um quarto dos jovens brasileiros (pouco mais de 23%) nem estuda nem trabalha, segundo dados da Pnad Contínua sobre educação divulgados em 19 de junho de 2019, com porcentual mais alto na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade, época em que deveriam estar na universidade e, assim, obter pelo menos um estágio

O IBGE informa que a pesquisa trimestral investiga mais de 210 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores, distribuídos em cerca de 3.500 municípios. A Pnad revelou que, dos 47,3 milhões de jovens brasileiros com idades entre 15 e 29 anos, um total de 13,5% estavam ocupados e estudando e que 28,6% não estavam ocupados, mas estudavam. Além disso, mostrou que 34,9% estavam ocupados e não estudavam.

Para preocupar ainda mais as famílias, a Agência de Notícias do IBGE informou que a taxa de subutilização da força de trabalho, no trimestre encerrado em março de 2019, registrou recorde na série histórica iniciada em 2012, atingindo 25% da população. O referido percentual significa 28,3 milhões de pessoas.

De acordo com o IBGE, que segue as recomendações internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), subutilizado é todo aquele desempregado que trabalha menos do que poderia, pessoa que não procurou emprego mesmo estando disponível para trabalhar ou que procurou emprego, mas não preencheu a vaga quando surgiu. Destaque-se que algumas pessoas podem ser classificadas como subocupadas por insuficiência de horas, isto é, pessoas de 14 anos ou mais que trabalharam menos de 40 horas em uma semana, mas gostariam de trabalhar mais horas em razão de estarem disponíveis dentro do mês.

Além da subutilização, a Pnad Contínua mostra ainda que a população desalentada – formada por pessoas que desistiram de procurar emprego – chegou a 4,8 milhões e também bateu recorde no primeiro trimestre de 2019. Desse total, 60,4% (2,9 milhões) estavam concentrados no Nordeste.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O trabalho intermitente é um regime de trabalho criado a partir da reforma trabalhista de 2017, em que o trabalhador é convocado para atividades esporádicas, com intervalos de inatividade

Emprego parcial

Em função de determinados tipos de negócios atingirem picos de demandas somente em alguns períodos do ano, tais como empresas de eventos que realizam casamentos, festas de formatura e outras, ou ainda lojas no comércio que têm crescimento das vendas na Páscoa, Natal ou Dia das Mães, por exemplo, há necessidade de contratação de trabalhadores para atender aos clientes somente em certos períodos ou datas comemorativas.

Assim, a reforma trabalhista introduziu um artigo na CLT, o artigo 58-A, que estabelece o "trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais".

Portanto, são duas as modalidades, uma com duração que não exceda a trinta horas semanais e outra que não exceda a vinte e seis horas semanais. Enquanto no primeiro caso não são permitidas horas extras ao funcionário, no segundo é permitida, mas serão limitadas a seis horas extras por semana. Também não é permitido implantar o banco de horas para esses empregados no regime de tempo parcial.

No que diz respeito à remuneração, o pagamento é realizado de forma proporcional ao tempo trabalhado, isto é, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, jornada de tempo integral.

Trabalho intermitente

A regulamentação do trabalho intermitente foi uma das novidades introduzidas na legislação por meio da chamada reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que criou um novo modelo de contrato em que o empregado só é chamado para prestar serviços quando o empregador precisa, recebendo, portanto só quando trabalha. O pagamento é correspondente às horas cumpridas e também inclui adicionais legais, como 13º e férias. O empregador deve convocar o empregado de trabalho intermitente com três dias corridos de antecedência, por qualquer meio de comunicação eficaz. Mas se o trabalhador não der resposta ou recusar ele não sofrerá qualquer penalidade. Trata-se, na verdade, da formalização do que costumou-se chamar de "bico".

O primeiro requisito para ocorrer o trabalho intermitente está no §3º do artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o qual determina ser um "contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses".

A principal polêmica surgida no período em que a reforma trabalhista era discutida dizia respeito à possibilidade de o trabalhador receber valor inferior ao salário-mínimo, mas o assunto ficou resolvido por meio de uma orientação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo a qual firmou-se o entendimento de que uma contratação para cumprimento de jornada inferior em função de ser esporádica deverá ser proporcional ao tempo trabalhado.

Contudo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria questionou dispositivos da reforma trabalhista que tratam do trabalho intermitente no Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive o §3º do artigo 443 da CLT, alegando que este tipo de trabalho viola princípios constitucionais como o da dignidade humana e do valor social do trabalho. O julgamento foi autorizado e será realizado pelo Plenário do Supremo.

Trabalhadores desalentados

As pessoas que há muito tentam conseguir emprego formal e, mesmo com muito esforço não conseguem, acabam perdendo as esperanças e desistem, são consideradas desalentados.

Já foi demonstrado pelo Ipea que a parcela da população brasileira de desempregados nesta situação há mais de dois anos atinge 3,3 milhões de pessoas. Eles são considerados desempregados de longo prazo. Entretanto, os que apesar de terem tomado providências para conseguir emprego não conseguem ser contratados, sendo que aceitariam uma vaga se surgisse, são 4,8 milhões, segundo o IBGE revelou em maio de 2019.

Composto de jovens entre 18 e 24 anos de idade, o grupo de desalentados é formado por aquelas pessoas que declaram aceitar qualquer vaga, para realizar qualquer serviço, de modo que possam sobreviver. Sociólogos dizem que os desalentados acabam aceitando trabalhar em condições degradantes, que flagelam a dignidade.

Liberdade econômica

A Medida Provisória 881/2019, formulada pelo Ministério da Economia e assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, criada com a intenção de descomplicar atividades econômicas inovadoras e, dessa maneira, incentivar o crescimento da economia e a geração de empregos no país, entrou em vigor em 30 de abril de 2019. Entretanto, como uma medida provisória só tem validade durante sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período, ela precisa ser aprovada pelo Congresso para se tornar lei.

A medida que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, no entanto, recebeu críticas em razão de realizar mudanças substanciais nas relações contratuais e empresariais, por exemplo, a criação de um regime especial trabalhista que suspende a proibição de trabalho aos fins de semana e feriados, além de extinguir artigos da CLT que estabelecem jornadas de trabalho diferenciadas para algumas categorias como a de jornalistas, músicos e do pessoal dos serviços de telefonia.

A desburocratização alegada pelo Governo na tal Medida Provisória da Liberdade Econômica, como ficou apelidada a MP 881/2019, prevê a retirada de toda a sorte de licenças e alvarás para funcionamento de atividades de baixo risco e até permissão de venda de remédios sem exigência de receitas em supermercados ou outras lojas do comércio varejista.

Em uma entrevista à revista Época, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, defendeu o Governo ao declarar que "a medida vai facilitar a abertura de negócios de baixo risco e permitir que o poder público possa se concentrar no controle e fiscalização do que realmente pode virar um problema sério, como barragens ou a boate Kiss, onde 242 jovens morreram num incêndio em 2013".

Entretanto, especialistas dizem que o "afrouxamento" da chamada "burocracia econômica" pode gerar insegurança jurídica no que diz respeito à responsabilização penal" do empreendedor em suas atividades.

Enquanto defensores da liberdade econômica pretendem até tornar facultativa a instituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), indispensável à segurança no ambiente do trabalho, outros que se opõem à MP que será votada no Plenário da Câmara dos Deputados afirmam que os princípios constitucionais da proteção do ser humano e de sua dignidade serão maculados.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Apesar de quase metade do número de empresas brasileiras cumprirem a Lei de Cotas (Lei 8.213/1991), que determina a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho, são muitos os empresários que ainda pensam que a contratação de uma pessoa com deficiência constitui imposição onerosa para o negócio

A Caixa Econômica Federal foi condenada, em maio de 2019, a contratar 2,5 mil trabalhadores PCDs para se adequar à norma que estabelece a obrigatoriedade de empresas com mais de mil funcionários a contratarem 5% de pessoas com deficiência para o seu quadro de funcionários.

A Lei de Cotas determina que empresas com 100 ou mais empregados deve preencher de 2% a 5% de suas vagas com trabalhadores que passaram por reabilitação no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) ou pessoas com deficiência. O escalonamento da lei obriga as empresas da seguinte forma: até 200 funcionários, 2%; 201 a 500, 3%; 501 a 1 mil, 4%; e de 1001 a acima, 5%.

Mesmo depois de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ter editado convenção (Convenção 159), recomendando que os países-membros devem considerar a finalidade da reabilitação profissional e, dessa maneira, contratar pessoas com deficiência a fim de haver inserção ou reinserção dela na sociedade, além de o Brasil ser signatário do tratado internacional Convenção Interamericana Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas Portadores da Deficiência – a chamada "Convenção da Guatemala", ratificada pelo Decreto 3.956/2001 – o Governo brasileiro precisou editar a Lei



José Cruz/Agência Brasil

Agência do Trabalhador promove Dia D de Inclusão com oferta de vagas para pessoas deficientes

13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

É como popularmente dizem, que as empresas procuram por pessoas com deficiência, mas que sejam sem deficiência, quando preferem contratar pessoas com deficiências que exigem menor esforço de adaptação, por exemplo, surdos deixam de ser contratados porque a empresa teria de assegurar a comunicação com eles em Libras (Língua Brasileira de Sinais), a segunda língua mais usada no Brasil.

De acordo com notícia de fevereiro de 2019, da Assessoria de imprensa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, as inspeções para verificar o cumprimento da Lei de Cotas levaram à contratação de 46,9 mil pessoas com deficiência e reabilitados em 2018, somando o número de empregados formais (44.782) e aprendizes (2.118).

Já a **Agência Brasil** apresentou reportagem, em junho, com informações da assessoria de imprensa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que a ministra Damares Alves declarou em discurso proferido na abertura da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), em Nova York, no dia 11 do mesmo mês, que "os governos devem oferecer oportunidades voltadas às pessoas com deficiência e que façam investimentos maiores em ações que promovam a inclusão", ressaltando o compromisso do presidente Jair Bolsonaro com a causa. Na posse, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, fez um discurso em Libras.

A ministra destacou a aprovação de duas leis brasileiras garantindo os direitos de pessoas com deficiência, uma que o deficiente visual deve receber cartões bancários em braile (escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão) e outra que obriga a polícia a informar se uma mulher vítima de agressão doméstica é pessoa com deficiência, uma mudança na Lei Maria da Penha.

Desigualdade salarial

A desigualdade nos salários recebidos por homens e mulheres é um problema social ainda longe de ser solucionado

No mercado de trabalho brasileiro, o avanço para igualar os gêneros caminha a passos bastante curtos. Um estudo divulgado pelo IBGE, em março de 2019, demonstrou que no ano passado as mulheres ganhavam, em média, 20,5% menos que os homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostrou pequena queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, de somente 2,9 pontos percentuais.

As informações da **Agência de Notícias do IBGE** revelam que "questões culturais e estruturais também afetam a participação das mulheres no mercado de trabalho de modo geral. De um total de 93 milhões de ocupados, apenas 43,8% (40,8 milhões) são mulheres, enquanto 56,2% (52,1 milhões) são homens. Na população acima de 14 anos, por exemplo, a proporção é bem diferente: 89,4 milhões (52,4%) são mulheres, enquanto 81,1 milhões (47,6%) são homens".



A incorporação das mulheres no mercado de trabalho continua a crescer significativamente, mas o casamento e a maternidade reduzem as taxas de participação no mercado de trabalho e, portanto, de renda e benefícios associados à participação

PxHere/Creative Commons Zero (CC0) license

Desigualdade no mundo

No mês de julho de 2019, após a final da Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada na França, o governador do Estado de Nova York, Andrew Cuomo, proibiu que haja diferença nos salários entre homens e mulheres que exerçam a mesma função. Segundo o G1, a seleção feminina de futebol que se sagrou campeã do torneio, especialmente a capitã Megan Rapinoe, realizou protesto contra a desigualdade salarial em relação aos homens, "transformaram as reivindicações em uma de suas bandeiras. Em março, o time processou a Federação Americana de Futebol por discriminação de gênero, levando em conta, inclusive, o salário recebido, menor que o masculino", conforme foi noticiado pelo site.

Ainda de acordo com o G1, "a lei que entrou em vigor faz parte da Agenda de Justiça para as Mulheres 2019, um programa que inclui leis contra o assédio laboral", entre outras medidas.

Já a **BBC**, segundo informou a **Agência Reuters**, no início de julho, mostrou que três mulheres passaram a figurar na lista das 10 estrelas mais bem pagas da emissora em razão de a rede britânica empreender esforços para acabar com a disparidade salarial por gênero. Uma reportagem das jornalistas Luiza Franco e Paula Adamo Idoeta, publicada pela **BBC Brasil**, em janeiro de

2019, informou que "o mundo avançou pouco na igualdade de gêneros no último ano: menos mulheres do que homens têm entrado no mercado de trabalho; sua participação na política e em cargos privados sêniores ainda é inferior à masculina, e sua presença em setores emergentes de tecnologia, como o de Inteligência Artificial, ainda é irrisória", segundo um relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), sobre igualdade de gênero que pesquisou dados em 149 países sob os aspectos político, econômico, educacional e de saúde.

Enquanto isso, na ONU as chefias de todas as comissões regionais – que existem há mais de 70 anos – pela primeira vez são ocupadas somente por mulheres em 2019. O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que tal conquista de alcançar a paridade de gênero até 2030 faz parte da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável. São elas: Alicia Bárcena, secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Ol'ga Algayerová, secretária-executiva da Comissão Econômica para a Europa (UNECE); Armida Alisjahbana, secretária-executiva da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP); Rola Dashti, secretária-executiva da Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA); e Vera Songwe, chefe da Comissão Econômica para a África (UNECA).

O relatório da ONU Mulheres, publicado em 25 de junho de 2019, com o título "O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança", declara que "A incorporação das mulheres no mercado de trabalho continua a crescer significativamente, mas o casamento e a maternidade reduzem as taxas de participação no mercado de trabalho e, portanto, de renda e benefícios associados à participação. No mundo inteiro, pouco mais da metade das mulheres com idades entre 25 e 54 anos são economicamente ativas, proporção que sobe para dois em cada três no caso de mulheres solteiras. Uma das principais causas destas desigualdades é que as mulheres continuam a realizar trabalho doméstico triplo".

De acordo com a ONU Mulheres, a publicação do relatório está em conformidade com a campanha denominada "Geração da Igualdade: por direitos das mulheres e um futuro de igualdade, que antecede a comemoração do 25º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995, considerada uma das agendas mais visionárias para o empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo".

Números do mercado de trabalho brasileiro

A força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) foi estimada em 105,9 milhões de pessoas. Esta população cresceu 1,1% (mais 998 mil pessoas) frente ao trimestre anterior. Frente ao mesmo trimestre de 2018, houve alta de 2,1% (mais 2,2 milhões de pessoas).

A população ocupada chegou a 92,9 milhões, com crescimento de 1,2% (mais 1,1 milhão de pessoas) em relação ao trimestre anterior e alta de 2,6% (mais 2,4 milhões de pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

O nível da ocupação foi de 54,5%, com alta de 0,6 p.p. frente ao trimestre anterior (53,9%). Em relação a igual trimestre de 2018, houve crescimento de 0,9 p.p.

O número de empregados no setor privado com carteira assinada (exclusive trabalhadores domésticos), chegou a 33,2 milhões, com estabilidade frente ao trimestre anterior. Contra o mesmo trimestre de 2018, houve alta de 1,6% (mais 521 mil pessoas).

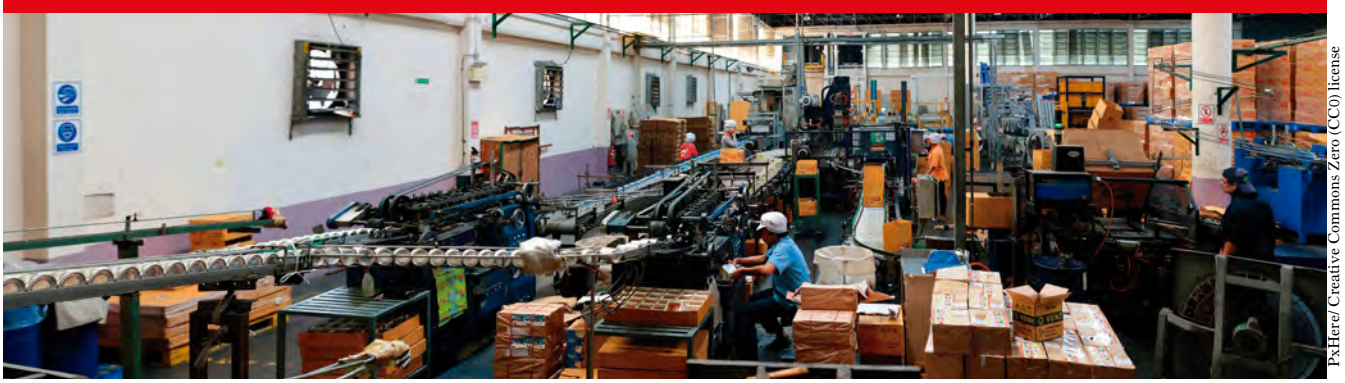
A categoria dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (11,4 milhões de pessoas) cresceu 2,8% em relação ao trimestre anterior (mais 309 mil pessoas). Em relação ao mesmo trimestre de 2018, houve alta de 3,4% (mais 372 mil pessoas).

A categoria dos trabalhadores por conta própria chegou a 24,0 milhões de pessoas, o recorde da série histórica iniciada em 2012. Houve alta de 1,4% na comparação com o trimestre anterior (mais 322 mil pessoas). Em relação ao mesmo período de 2018, houve elevação de 5,1% (mais 1,2 milhão de pessoas).

A categoria dos empregadores (4,4 milhões de pessoas) ficou estável em ambas as comparações, assim como a categoria dos trabalhadores domésticos, estimada em 6,2 milhões de pessoas.

O grupo dos empregados no setor público (inclusive servidores estatutários e militares), estimado em 11,5 milhões de pessoas, cresceu 2,3% frente ao trimestre anterior. Frente ao mesmo trimestre do ano anterior não houve variação estatisticamente significativa.

Fonte: Agência de Notícias do IBGE - 28/06/2019.



PxHere/Creative Commons Zero (CC0) license



O desafio de conciliar produção sustentável e consumo

Muito embora a economia esteja atrelada ao consumo, a sustentabilidade depende de haver consciência das pessoas em preferir produtos recicláveis, reaproveitáveis e que deixem menos resíduos prejudiciais ao meio ambiente

Em meados do mês de julho de 2019, um impasse atingiu a política brasileira após o presidente da República ter declarado a jornalistas, entre eles vários internacionais, que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou estatísticas "mentirosas" acerca de desmatamento na Amazônia cuja área devastada já é a segunda maior da série histórica, medida desde 2015. Ele se referia às informações destacadas pela imprensa a partir de dados do sistema Deter-B, do Inpe, que identifica em tempo quase real onde estão novos focos de destruição da mata nativa e os envia diariamente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela fiscalização e combate ao desmatamento.

Na coletiva de imprensa realizada no dia 19 de julho deste ano, o presidente Bolsonaro declarou ter "convicção que os dados são mentirosos", além de ressaltar que teria solicitado a presença do diretor do Inpe para ir prestar esclarecimentos em Brasília, afirmando que os dados técnicos não condizem com a realidade e que ele, o responsável pela análise de desmatamento, estaria "a serviço de alguma ONG, que é muito comum".

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) já apresentou estatísticas demonstrando que cerca de 1,6 bilhão de pessoas ganham a vida com atividades dependentes das florestas, essenciais para a vida no planeta, já que as árvores impedem a ampliação do efeito estufa.

O consumo de vários produtos na sociedade leva empresas a precisarem expandir suas atividades. Em variados setores da economia, por exemplo, o agronegócio, mineração, madeireiras e outras dependentes da exploração dos recursos naturais em busca de diversas matérias-primas, são causa do aumento de áreas das queimadas e desmatadas.

Desde a elaboração da Agenda 21 Global, assinada na Rio 92, foi estabelecido que o desenvolvimento econômico deveria ser mais consciente para o consumo que considere os diferentes impactos ambientais e sociais, alertando para o reuso de energia e várias outras medidas sustentáveis, assim como para a preocupação com a fabricação de produtos que possam ser reaproveitados ou reciclados.

Os consumidores também precisam se atentar para o fato de que deveriam comprar somente o necessário, considerando as consequências ambientais e sociais. Já os

governantes precisam ter plena consciência de seu papel na sociedade, de modo a consolidarem instituições que promovam práticas de preservação que considerem as limitações da exploração dos recursos do planeta e de suas responsabilidades para com os habitantes que ocuparão o mundo futuro.

O grande desafio é equilibrar consumo e sustentabilidade, uma vez que alguns países desenvolveram maquinários e uma indústria de transformação de matérias-primas que elevaram suas economias, enquanto outros vários dependem justamente da extração de commodities para vendê-las e, assim, proporcionar emprego e renda para suas populações. As commodities são produtos primários que podem ser comercializados mundialmente em estado bruto ou com pequena industrialização, tais como milho, café, açúcar, ouro, petróleo, madeira.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O processo de transformação de materiais diversos em matéria-prima para outros produtos é um comportamento capaz de auxiliar no desenvolvimento sustentável

O Brasil se destaca na produção e exportação de matérias-primas, divisas importantíssimas para a economia. De acordo com o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, somente em julho de 2019, o país teve exportações no valor de US$ 8,766 bilhões, com saldo positivo na balança comercial. Vale lembrar que o comércio internacional cresceu apenas 0,4% nos quatro primeiros meses de 2019, demonstrando uma forte desaceleração em relação ao crescimento de 4,1% de meados do ano passado, conforme revelado pela Carta de Conjuntura do terceiro trimestre de 2019, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Consumo e consumismo

Antes de tudo, vale destacar que o consumo consciente pode ser esclarecido a partir do conhecimento do princípio dos três "erres": reduzir, reutilizar e reciclar. O dicionário **Aulete** conceitua o termo "consumismo" como sendo o hábito que pessoas adquirem de adquirir bens de consumo e que as leva ao desejo compulsivo ou tendência de consumir muito além das necessidades práticas efetivas.

Um fenômeno que evidenciou bastante o consumismo foi o advento das redes sociais, já que possibilitam a divulgação de vídeos e fotos, ocasionando a ampliação da ostentação, ou seja, a exibição de uma vida abastada em que as postagens mais curtidas são aquelas com fotos de pessoas muito bem-vestidas, alimentando-se de pratos de culinária sofisticada, dentro ou ao lado de luxuosos veículos, sejam estes automóveis, embarcações ou mesmo bicicletas.

Muito embora seja interessante do ponto de vista da economia, já que o sistema econômico-social depende da produção e da aquisição de bens de consumo, cientistas do mundo todo alertam para os riscos da exploração desmedida dos recursos naturais do planeta. Portanto, a simples redução de produtos que gerem resíduos – por exemplo, canudos feitos de papel reciclável, material comestível ou biodegradável, embalados individualmente no mesmo material, em substituição aos canudos de plástico – e ainda aqueles com maior durabilidade já é uma atitude que evita menos riscos à natureza. A reutilização ou reaproveitamento de produtos que não descartáveis deveria ser um comportamento ensinado nos lares e desde os primeiros anos na escola. Como exemplo pode ser citada a iniciativa da PepsiCo, empresa do ramo de alimentos que começará a vender suco de laranja em garrafas de vidro e certos sabores de cereais em recipientes de aço.

O processo de transformação de materiais diversos em matéria-prima para outros produtos, a reciclagem, é um comportamento capaz de auxiliar no desenvolvimento sustentável por meio de usar objetos que iriam facilmente para o lixo. Garrafas de plástico ou de vidro, latas e outros metais, papelão e até CDs que não servem mais podem ser utilizados para a confecção de itens de decoração ou utensílios domésticos.

Uma organização não governamental criada para conscientizar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente, o Instituto Akatu, na "Pesquisa Akatu 2018 – Panorama do Consumo Consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações", que analisa o quanto algumas atitudes fazem parte da rotina dos entrevistados ou fazem parte dos seus hábitos de compra, classificando-as estatisticamente nos perfis "indiferente", "iniciante", "engajado" e "consciente", demonstrou que são 76% os menos conscientes ("indiferentes" e "iniciantes") em relação ao consumo.

Esta pesquisa verifica comportamentos de compra planejada, seguidos de averiguação das atitudes fora do domicílio, e ainda de consciências na comunidade e na cida pública. O questionário tem perguntas simples, tais como se o entrevistado fecha as torneiras, desliga as lâmpadas, se lê rótulos e planeja as compras levando em consideração se os produtos são orgânicos ou podem ser reaproveitados, ou mesmo se separa o lixo para reciclagem.

Nesta última pesquisa, de 2018, apesar de o Instituto Akatu ter percebido uma leve preferência pela sustentabilidade, o relatório indicou que a falta de políticas públicas para melhoria do transporte público aumentam o desejo pelo carro próprio – predominante nas classes mais baixas (CDE) – atrapalhando as estatísticas que poderiam pavimentar o que a ONG chama de "caminho da sustentabilidade".



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O descarte ambientalmente responsável de substâncias e resíduos tóxicos

O excesso de resíduos é um dos maiores problemas de sustentabilidade, já que decorre do aumento do consumo capaz de gerar lixões a céu aberto e riscos à saúde pela contaminação da natureza

Muito embora a Organização das Nações Unidas tenha estabelecido a ONU Meio Ambiente desde 1972, somente em 2004 o escritório de Brasília foi inaugurado com o objetivo de identificar prioridades e desenvolver iniciativas que atendam principalmente ao propósito de fiscalizar o descarte de substâncias e de resíduos tóxicos, assim como na tentativa de evitar a transferência desses resíduos de países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos

Desde 2002, as resoluções sobre meio ambiente e direitos humanos passaram oficialmente a ser classificados como elementos do desenvolvimento sustentável, após o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) ter demonstrado em 2018 que mais de uma centena de países incluíam direitos ambientais em suas constituições.

Antes de os países-membros da ONU terem firmado o Acordo de Paris, documento assinado na Conferência das Partes realizada na capital francesa, entre os dias 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, o Protocolo de Quioto era o acordo que regulava a governança global do clima, atribuindo aos países mais desenvolvidos da Europa e da Ásia, além dos Estados Unidos, a responsabilidades de transferir tecnologia e de financiar energias renováveis e limpas para um futuro mundial de baixo carbono. Entretanto, parece não ter sido eficiente a ponto de ser necessária a fixação de novo documento.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, cuja sigla em inglês é OHCHR) já demonstrou a direta relação entre o descarte ambientalmente responsável de resíduos tóxicos com os direitos humanos, já que as populações

ribeirinhas ou que vivem próximas a grandes empreendimentos do agronegócio ou de mineração podem facilmente ser afetadas em casos de irresponsabilidade para com a vida humana de empresas com pouca consciência ecológica, as quais podem ocasionar sérios riscos à saúde das comunidades expostas a substâncias químicas.

O relator da ONU, Baskut Tuncak, responsável por avaliar as implicações de direitos humanos associadas à gestão e ao descarte ambientalmente responsáveis de substâncias e resíduos tóxicos fará uma visita oficial ao Brasil do dia 2 a 13 de dezembro de 2019, e está solicitando informações sobre o tema de todos os indivíduos e organizações interessados.

Tragédias ambientais e direitos humanos

Em julho de 2019, a relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Tendayi Achiume, apresentou relatório em que foi abordada a tragédia ocorrida em Brumadinho, em Minas Gerais, em janeiro, quando a barragem da Mina de Córrego do Feijão, cuja gestão era de responsabilidade da mineradora Vale do Rio Doce, atingiu uma comunidade inteira, incluindo áreas dos indígenas Pataxó, ocasionando mortes e degradação do meio ambiente, além de graves prejuízos às atividades econômicas das populações que eram exercidas nas regiões atingidas.

De acordo com o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a "extração de recursos naturais pela indústria provoca violações agudas e rotineiras dos direitos humanos de minorias étnicas e raciais, povos indígenas e outros grupos marginalizados", sendo necessário, portanto, que os governantes



Lucas Hallel ASCOM/FUNAI

O rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão, cuja gestão era de responsabilidade da mineradora Vale do Rio Doce, atingiu uma comunidade inteira, incluindo áreas dos indígenas Pataxó, ocasionando mortes e degradação do meio ambiente

consigam implantar regramentos que obriguem as pessoas a consumirem com consciência sustentável.

Basta assistir a alguns minutos de noticiário televisivo ou passar os olhos pelos títulos das notícias em sites especializados para perceber as consequências dos desequilíbrios causados pelas mudanças climáticas. Desde enchentes ocasionadas por chuvas torrenciais em uma determinada região, enquanto ocorrem longos períodos de seca em outras localidades. Assim, fica fácil perceber que o comportamento dos cidadãos e das cidadãs interfere no futuro da vida no planeta.

A socióloga Valquíria Padilha, autora de "Shopping center: a catedral das mercadorias" (São Paulo: Editora Boitempo, 2006), aborda a marca registrada do consumismo de nossos tempos, ao defender a ideia de que o objetivo principal doso centros de compras é criar uma localidade com segurança, beleza, iluminação, conforto, limpeza e outros elementos capazes de fazer com que pessoas contribuam com a busca capitalista intensa pelo lucro. A desigualdade na sociedade se reflete também nas empresas, já que são poucas as que verdadeiramente relacionam os direitos humanos a políticas de preservação do meio ambiente, colocando a inovação no mesmo patamar de responsabilidade social. Assim sendo, a consciência sustentável tanto por parte dos empreendimentos de diferentes segmentos econômicos como da parte dos consumidores precisam considerar que o consumo tem de ser pensado com responsabilidade para não causar danos à vida no planeta e ao próprio ser humano, tais como as atividades do agronegócio, da mineração, da fabricação de bens e produtos em que os processos devem ser realizados com ética e sustentabilidade.

Tendências de consumo no século XXI

Em 2019, o relatório sobre tendências de consumo da Euromonitor International listou hábitos diretamente relacionados a um consumo mais consciente e sustentável



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A tendência dos consumidores na escolha de alimentos e bebidas, por exemplo, demonstra a mudança de consciência, já que a preferência é por produtos mais frescos e saborosos, que reflitam na redução do impacto ambiental ao eliminar a distância percorrida para serem distribuídos nos mercados locais. As pessoas preferem consumir produtos que usem ingredientes sustentáveis, além de embalagens compostáveis ou reutilizáveis. O vegetarianismo ou veganismo, segundo o relatório, "está alcançando às massas e existe em paralelo ao consumo de carne".

Maurício Andrés Ribeiro, o autor de "Ecologizar — Pensando o ambiente humano" (Brasília: EDUCB, 2005) e "Tesouros da Índia para a civilização sustentável" (Belo Horizonte: Rona; Rosa Bureau Cultural, 2003) diz que demanda por alimentos de origem animal consome grande quantidade de terra, água, recursos naturais e defensivos agrícolas, fatores que motivam os fazendeiros a expandir as áreas destinadas a pastagens, provoca a destruição de florestas e perdas de solo fértil.

A pesquisa do Instituto Akatu, realizada em 2018, também apontou que a sustentabilidade é uma realidade crescente nos hábitos de consumo dos brasileiros. Os dados revelaram que, entre os anos 2012 e 2018, o número de pessoas que preferiu comprar produtos feitos com material reciclado subiu de 29% para 48%, enquanto os alimentos orgânicos também foram a preferência, já que o consumo deles passou de 23% para 48%.

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha determinado que todos os lixões deveriam ser fechados até 2014, a maioria das cidades brasileiras ainda conta com os depósitos sem qualquer tratamento



Leopoldo Silva_Agência Senado

Instituída pela Lei 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contém instrumentos para evitar o avanço dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado do lixo, uma vez que apresenta propostas para a prática de hábitos de consumo sustentável e para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização, dando ainda a destinação ambientalmente adequada aos rejeitos.

O problema é bastante sério. Em artigo publicado pela jornalista Sucena Shkrada Resk no blog "Cidadãos do Mundo" ela afirmou que "Chegamos em 2019. E vemos a existência de cerca de três mil lixões ou aterros espalhados pelo território nacional em 3.331 municípios. Eles recebem cerca de 30 milhões de toneladas de resíduos por ano! Chorume, gases

tóxicos (emissões de Gases de Efeito Estufa – GEEs). E possível comprometimento de lençóis freáticos. Para não falar em trabalhadores em condições inaceitáveis, fazem parte do cenário."

Uma pesquisa Dados do último relatório divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o "Panorama dos Resíduos Sólidos", com base em dados coletados em 2017, mostrou que a falta de manejo adequado do lixo coletado traz sérios riscos, já que acaba acumulado nas redes de esgoto e traz consequências bastante prejudiciais para a saúde.

Em maio de 2019, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Programa Nacional Lixão Zero, um projeto que faz parte da segunda fase da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, com o tema Resíduos Sólidos. No evento, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que "Temos que solucionar esse problema, e rápido. Lixão e falta de saneamento são os dois grandes problemas para o meio ambiente, para a qualidade de vida nas cidades. Por isso, o ministério tem como prioridade a Agenda Ambiental Urbana."

De acordo com as informações do Governo, o programa é dividido em cinco partes. Na primeira, um diagnóstico do problema dos resíduos sólidos será realizado. Na segunda, apresentará a situação desejada para a gestão e destinação dos resíduos. Na terceira, serão apresentados os indicadores para auxiliar o monitoramento dos avanços relativos à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na quarta, deverão ser destacados os eixos para a concretização. Na quinta, o plano de ação com as medidas prioritárias e detalhadas para enfrentamento da realidade dos resíduos sólidos urbanos no país deverá ser apresentado.

É importante o destaque trazido pela nota técnica do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, afirmando que "a eliminação e recuperação de lixões devem ser associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o que também deve ser observado pelos municípios", apontando ainda que "não restam dúvidas de que o tratamento adequado dos resíduos sólidos é uma necessidade inquestionável para a humanidade".

A nota declara também que as catadoras e os catadores, responsáveis por fazer aquilo que o poder público nunca fez, sempre estiveram onde deveriam estar os agentes públicos responsáveis pela gestão, gerenciamento e execução dos serviços afetos aos resíduos sólidos. O poder público, portanto, tem dívida histórica com essa categoria de trabalhadoras e trabalhadores e, assim, reivindica que o Programa Lixão Zero deveria se adequar à legislação em pelo menos três principais aspectos.



Leopoldo Silva_Agência Senado

Samambaia Sul – DF, Brasília – Lixão da Estrutural – A Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou que deverá ser fechado ainda. Além do Aterro Sanitário de Samambaia, os catadores de lixo reciclável serão transferidos para galpões

O primeiro, seria incluir no programa a necessidade de o poder público observar a obrigação legal de inclusão social e econômica das cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no processo de encerramento das atividades nos lixões.

O segundo, inserir na parte que trata do sistema de coleta seletiva a obrigação legal de contratação direta das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

O terceiro ponto seria retirar o incentivo à incineração do programa ou suspender os efeitos das cinco metas (relacionadas acima) até que a sociedade conheça e discuta a questão em audiências públicas.

O Congresso Nacional analisa dois projetos que prorrogam o prazo para que municípios fechem seus lixões e se ajustem à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Uma solução seria a formação de consórcios entre médios e pequenos municípios.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Políticas públicas de mobilidade urbana

As modalidades de locomoção nos centros urbanos são modificadas com o surgimento de transportes alternativos

Com o tema "A vida integrada", no final do mês de junho foi realizado na capital paulista o evento denominado "Summit Mobilidade Urbana 2019", com organização do jornal O Estado de São Paulo (Estadão) em parceria com a 99 – que abrange desde o aplicativo 99Pop, de motoristas particulares, até a o 99Táxi. Já entre os dias os dias 22 de julho e 2 de agosto, o "Congresso Sustentar", cujo tema da edição deste ano foi "Mobilidade e Inclusão Urbana", foi instalado na sede do Centro Universitário UniFaesp, em Curitiba (PR), oferecendo fóruns com temas ligados à sustentabilidade.

Ambos os eventos trataram de mobilidade urbana, assunto importantíssimo para o Brasil e o mundo, já que impacta diferentes setores e demanda a implantação de políticas públicas específicas, incluindo a participação da população nos processos decisórios.

A Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), passou a exigir que as cidades com mais de 500 mil habitantes criassem seu plano de transporte urbano integrado compatível com o Plano Diretor, uma maneira de determinar que o deslocamento de pessoas fosse pensado para possibilitar o acesso aos bens e serviços para todos os cidadãos, integrando as atividades urbanas e rurais, de modo a alavancar o desenvolvimento socioeconômico. bApós onze anos, foi editada a Lei nº 12.587/2012, que define a Política Nacional de Mobilidade Urbana, atribuindo à União a função de organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. As normas mencionadas servem de base para a elaboração de políticas que priorizem serviços de transporte público coletivo, desestimulando o transporte individual. Mas o avanço das referidas leis foi de possibilitar a participação popular em audiências e consultas públicas e conselhos, a partir do estímulo ao princípio de que a gestão municipal deve ser democrática.

Já em 2016, o Governo precisou editar a Lei nº 13.406, ampliando de três para sete anos o prazo para os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborarem seus

planos de mobilidade. Assim, o limite ficou para abril de 2019.

No Governo Bolsonaro foi criada uma nova comissão de mobilidade urbana no Senado desde o final de março, a qual funciona junto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e tem os objetivos de acompanhar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, destravar os obstáculos para os serviços de transporte público, propor a redução do uso de carros particulares e estimular a implantação de ciclovias e calçadas transitáveis. Entretanto, dados de dezembro de 2016, do Ministério das Cidades – extinto desde a posse do presidente Bolsonaro – indicaram que, do total de 3.341 municípios que deveriam elaborar seus planos, apenas 175 conseguiram, o equivalente a 5%, segundo informou a Agência de Notícias do Senado.

A agenda do extinto Ministério das Cidades, na reestruturação do governo eleito em 2019, passou a integrar a do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), cujo ministro é Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto. De acordo com informações do MDR, de abril deste ano, o levantamento sobre os Planos de Mobilidade Urbana levou em conta 3.342 municípios (60% do total), apontando que 197 municípios (9% dos respondentes) declararam possuir o Plano de Mobilidade Urbana elaborado, correspondentes a 27% da população brasileira. As cidades com mais de 250 mil habitantes que declararam possuir Plano de Mobilidade são em número consideravelmente maior (36 municípios – 36% dos respondentes). Só estes municípios representam 21% da população de todo o país. Muitas cidades brasileiras implantaram ciclovias.



Fernanda Carvalho/ Fotos Públicas

Ciclovia da Avenida Paulista, no município de São Paulo

Programa Avançar Cidades

Em 2019, um levantamento realizado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) revelou que "existem mais de 600 empreendimentos de mobilidade urbana e transporte público em andamento no Brasil, entre eles: corredores de ônibus, BRTs, faixas exclusivas, ciclovias, VLTs, teleféricos, trens e outros", segundo o site da entidade.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio da Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos, criada no antigo Ministério das Cidades, cuja finalidade é formular e implementar políticas de mobilidade urbana sustentáveis, instituiu o "Programa Avançar Cidades", que divulgou, em abril, uma lista dos projetos pré-selecionados de 16 municípios que poderão receber até R$ 136 milhões em investimentos.

O site do MDR informa que o Programa Avançar Cidades foi dividido em dois grupos, um que abrange os municípios com até 250 mil habitantes, e outro que inclui cidades com população superior a 250 mil habitantes. Os recursos disponibilizados são do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo para pagamento de até 20 anos.Os municípios terão de apresentar seus projetos e participar de processo seletivo que avaliará e determinará quais serão os contemplados com as verbas públicas.

Ao lado, imagem do teleférico instalado no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro.



Tomaz Silva/Agência Brasil

Mudança de hábito de transporte

Uma pesquisa encomendada pela 99 e realizada pelo Instituto Ipsos, de junho de 2019, revelou que pelo menos um terço dos brasileiros deixariam de utilizar um carro particular para mudar seu estilo de vida



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A pesquisa encomendada pela 99 e realizada pelo **Instituto Ipsos** demonstrou que os brasileiros gastam, em média, 2 horas e 7 minutos para cumprir todos os seus deslocamentos diários. A pesquisa apontou que a população brasileira tem preferência por três modalidades de transporte: 70% preferem caminhar, 46% andam de ônibus e 48% se locomovem com seu próprio veículo, sendo somente 18% o percentual de pessoas que utiliza aplicativos. Todavia, a grande maioria está consciente de que o transporte público descongestiona as cidades e ainda propicia menos riscos à saúde, além de reduzir as taxas de mortalidade. Os dados foram apresentados no Summit Mobilidade Urbana 2019, em São Paulo.

Já uma reportagem do jornalista Rafael Balago, da **Folha de São Paulo**, publicada no final de maio deste ano, apontou que os passageiros de transporte coletivo, tais como metrôs e ônibus em Nova York, Los Angeles, Chicago e Washington, nos EUA, além de Londres, na Inglaterra, estão circulando com um número bem menor de passageiros, sendo que os ônibus têm queda mais acentuada de passageiros por causa dos congestionamentos.

No Brasil, o cenário não é muito diferente. Dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) demonstram redução de até 17% no número de passageiros de ônibus, enquanto a Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos) destaca o aumento de 21% no contingente de passageiros transportados em função também da implantação de novos modais de transporte coletivo sobre trilhos em novas localidades – segundo a ANPTrilhos, são nove os grandes centros urbanos brasileiros e o Distrito Federal atendidos por trens, metrôs e Sistemas de Veículos Leve Sobre Trilhos (VLT).

Outros motivos levam pessoas a não viajarem nos transportes coletivos, entre eles a inovação do home office e os aplicativos. Segundo o jornal **Folha de São Paulo**, a cidade de Nova York assistiu a um aumento de 60 para 600 mil viagens em aplicativos de 2015 para 2018.

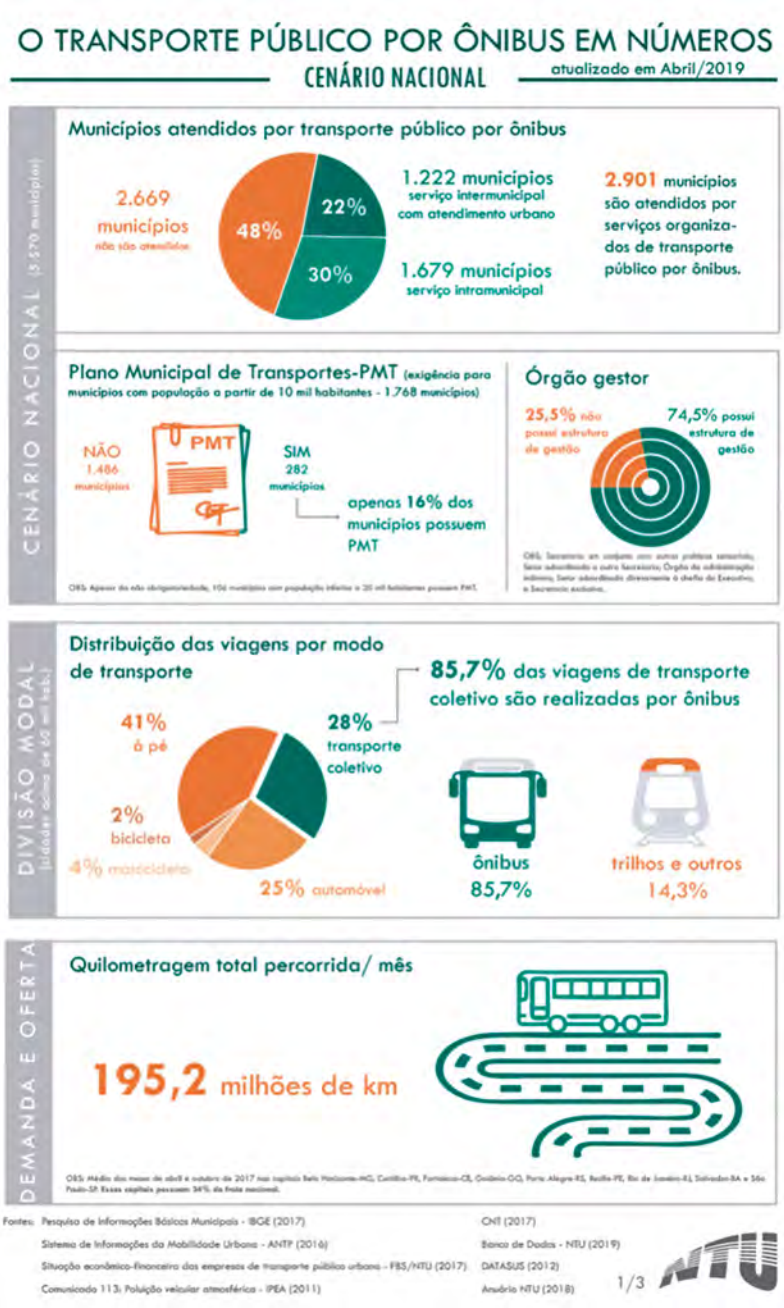
Bicicletas e patinetes também são bastante utilizados para a locomoção urbana. Chamados de micromobilidades, o

deslocamento que utiliza transportes individuais alternativos, como bicicletas, e-bikes – bicicleta com motor elétrico –, patinetes e outros ganham mais e mais espaço e são empreendimentos lucrativos. Até mesmo a segurança pública aderiu aos transportes alternativos individuais, formando pelotões de Polícia capazes de escapar do trânsito das cidades com maior facilidade.

O crescente uso dos patinetes elétricos ocasionou vários problemas nos grandes centros urbanos, fazendo com que prefeituras tivessem de regularizar o uso desse modal de transporte alternativo com urgência. Isso também ocorreu no Distrito Federal, onde o governo distrital corre para elaborar um projeto de lei para atualizar a política de mobilidade urbana cicloviária ao perceber o aumento do uso de bicicletas compartilhadas e patinetes, segundo informou a Agência Brasil. Em São Paulo, empresas de aluguel de e-bikes colocam postos de recarregamento de bateria em locais nobres.

Assim que o projeto de lei entrou em votação, o mundo virtual mostrou sua força. Uma mobilização geral promoveu um "blecaute" na web no dia 18 de janeiro. A Wikipédia suspendeu suas atividades por 24 horas, o Google e a página da revista de tecnologia *Wired* colocaram tarjas pretas sobre seus logos e manchetes. O Flickr, site de compartilhamento de fotos, lançou uma campanha para que os usuários colocassem tarjas sobre suas fotos. Na tarde de quarta, mais de 116 mil fotografias haviam sido "censuradas".

O Facebook também participou do protesto, divulgando os motivos pelos quais a rede social é contra as leis que proíbem micromobilidade. Vários outros sites e blogs também aderiram ao protesto deixando suas luzes apagadas.



Fonte: https://www.ntu.org.br/novo/AreasInternas.aspx?idArea=7

Bicicletas e patinetes também são bastante utilizados para a locomoção urbana. Chamados de micromobilidades, o deslocamento que utiliza transportes individuais alternativos, como bicicletas, e-bikes – bicicleta com motor elétrico –, patinetes e outros ganham mais e mais espaço e são empreendimentos lucrativos



Tomaz Silva_Agência Brasil

Conferências sobre o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável

A promoção da industrialização inclusiva e sustentável, um dos objetivos da Agenda da ONU 2030, constitui fonte de geração de renda e propicia emprego decente



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), agência especializada das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento industrial inclusivo orientado para reduzir a pobreza, destaca as principais áreas temáticas para a chamada construção de infraestruturas resilientes relacionada no Objetivo 9 dos 17 ODS da ONU, pensados com a finalidade de "promover a indústrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação".

A redução da pobreza por meio de atividades produtivas, a capacitação de países em desenvolvimento para que possam participar do comércio global e o auxílio para que tais nações dominem metodologias de produção de energia limpa para alavancarem o setor indústrial são objetivos da UNIDO para facilitar o desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2019, foi realizada uma conferência, em Lima, no Peru, promovida pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, em parceria com a Associação Nacional das Indústrias (SNI) do Peru e pelo Ministério da Produção daquele país visando ao desenvolvimento industrial sustentável na América Latina, uma troca de experiências sobre a geração de condições apropriadas para alavancar parques industriais. Na ocasião, atenderam ao evento mais de 700 participantes de 30 países, da América Latina, África, Ásia e Europa. Paralelamente, também foi realizado o evento "Impulsionando a Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento de Parques Industriais Inclusivos e Sustentáveis", debatendo projetos para o futuro no âmbito da Cooperação Indústrial Sul-Sul e Triangular (CSST). De acordo com informações da Nações Unidas Brasil, "a cooperação triangular envolve três atores, dois do Sul e um do Norte. O do Norte, que também pode ser uma organização internacional, fornece os recursos financeiros para que países do Sul possam trocar assistência técnica em um tópico específico".

Há dez anos, o Programa de Parceria Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul foi criado, a partir da implementação do Programa de Parceria OIT/Brasil para Promoção da Cooperação Sul-Sul, quando o Brasil firmou um compromisso com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de haver cooperação entre países em desenvolvimento no âmbito da Agenda do Trabalho Decente da ONU, tendo como referência seus quatro eixos estratégicos (respeito aos direitos no trabalho, mais e melhores empregos para homens e mulheres, extensão da proteção social e diálogo social).

Entre os dias 20 e 22 de março deste ano, a capital da Argentina, Buenos Aires, sediou a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, ou BAPA+40. No evento foi comemorado o 40º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em 1978. Segundo a ONU, a Cooperação Sul-Sul deriva da

adoção do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA), assinada por 138 Estados-membros, que foi realizada na Argentina, em 18 de setembro de 1978.

Ao ser entrevistado pelo Centro de Informação da ONU para o Brasil (UNIC Rio), o representante brasileiro da UNIDO – organismo que elaborou o documento "Diretrizes Internacionais para Parques Industriais" – declarou que "os parques industriais têm um potencial único de contribuir eficientemente para o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável [...] em toda a região latino-americana, levando à transformação econômica e que esse modelo deve ser replicado em todo o mundo", além de ter destacado que, na Conferência do Peru, "as discussões [devem ter contribuído] para forjar mais parcerias futuras e promover os vínculos para desenvolver iniciativas conjuntas com alto impacto no desenvolvimento de parques industriais".

As conferências que envolvem diferentes nações também discutem o setor financeiro, a chamada finança verde, como ocorreu em julho de 2019, no evento denominado Fórum Político de Alto Nível, em Nova York, quando foi lançada a Green Finance Platform com o objetivo de orientar bancos, seguradoras e empresas de investimento de modo a assegurar que estas empresas financeiras contribuam para a economia ecológica, isto é, que empresas e investidores sejam conscientes em suas atividades e efetuem uma exploração sustentável da natureza ao destinarem investimentos para os negócios.

No Fórum Mundial Econômico 2019, realizado em Davos, na Suíça, o Banco do Brasil foi considerado a instituição financeira mais sustentável do mundo e está entre as top 10 Corporações Mais Sustentáveis no ranking Global 100, da Corporate Knights, segundo informou a Agência Brasil. Um dos critérios foi pelo desempenho da instituição financeira brasileira na chamada economia verde, cujas caraterísticas são a baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social. O encontro reuniu as Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo tema "Globalização 4.0: moldando uma arquitetura global na era da quarta revolução industrial" tem muita relevância para a globalização e digitalização industrial.

Cooperação Sul-Sul e Triangular

A Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) pode ser definida como a colaboração entre dois ou mais países em desenvolvimento, geralmente apoiada por parceiros tradicionais, orientada pelos princípios de solidariedade e não condicionalidade (dependência), tendo em vista a implementação de modelos de desenvolvimento inclusivos e distributivos que são impulsionados pela demanda. A CSST complementa a cooperação Norte-Sul num esforço concentrado para promover oportunidades de desenvolvimento. Conforme expresso na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a CSST tornou-se uma modalidade-chave da cooperação internacional para o desenvolvimento e um instrumento fundamental para o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Princípios da Cooperação Sul-Sul

Solidariedade e não condicionalidade;

Interações baseadas na colaboração mútua;

Relações horizontais e peer-learning – uma expressão da Psicologia, que consiste em uma prática educacional na qual estudantes interagem uns com os outros, trocando experiências, de a modo a atingirem metas de ensino.

Fonte: http://www.southsouthpoint.net/about-south-south-cooperation/?lang=pt-br.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Quarta Revolução Industrial

No Fórum Mundial de Davos, em janeiro deste ano, vários foram os painelistas que palestraram acerca da Revolução 4.0. As tecnologias apresentadas foram nanotecnologias, neurotecnologias, robôs, inteligência artificial, biotecnologia, sistemas de armazenamento de energia, drones e impressoras 3D.

Criada pelo engenheiro e economista alemão Klaus Schwab, a expressão "Quarta Revolução Industrial" é uma mudança de visão na forma de consumo que causa impactos no trabalho e na economia. Schwab, compreende as inovações a partir de dois diferenciais em relação às revoluções anteriores. O primeiro é que as transformações tecnológicas estão em andamento ao mesmo tempo que se discute sua especificidade, enquanto as revoluções anteriores só foram estudadas e analisadas após as transformações que ocasionaram. A Revolução 4.0 consiste na fusão de diversas tecnologias, com interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos. Nanotecnologia, sequenciamento genético, novas máquinas, computação quântica, energias renováveis, são exemplos das inovações cujo marco inicial se deu na virada do século XXI, a partir de novas descobertas que em pouco tempo levaram ao avanço da tecnologia digital.

Cidades inteligentes

O Brasil recebe um empreendimento que oferece, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico e qualidade de vida

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



A consultoria Deloitte publicou o seu Índice de Mobilidade Urbana 2019, em o destaque da mobilidade como fator de "prosperidade econômica de uma cidade". O relatório aponta que os municípios podem "redesenhar completamente o cenário de mobilidade nos próximos cinco ou dez anos", bastando que os gestores públicos em parceria com empresas privadas implementem "soluções avançadas que resolvam alguns dos problemas perenes do transporte. As iniciativas bem-sucedidas são aquelas que priorizam integrações inteligentes entre os diferentes meios de locomoção".

As smart cities ou cidades inteligentes constituem o avanço da gestão pública e geram crescimento econômico onde quer que estejam sendo implantadas. No Brasil, a primeira iniciativa de construção de cidade inteligente acontece na cidade de São Gonçalo do Amarante, próxima da capital do Rio Grande do Norte, Natal. Batizada de Smart City Natal, a cidade inteligente tem previsão para 16 mil habitantes, com planejamento para partes habitacional, industrial e comercial.

A cidade inteligente é um local planejado para utilizar a tecnologia como forma de propiciar maior bem-estar aos moradores, oferecendo infraestrutura urbana com qualidade de vida. A Smart City Natal receberá parques e calçadas 100% acessíveis, as residências terão água de reuso nos vasos sanitários, videomonitoramento pelo celular, bicicletas e carros controlados por aplicativo, iluminação pública de LED, que reduz em 70% o consumo de energia, ilhas de coleta seletiva e área de compostagem comunitária, torneiras de fechamento automático nas áreas de uso comum, entre outras tecnologias.

No mundo, as cidades mais reconhecidamente inteligentes são Nova York, seguida de Londres e Paris. De acordo com o Cities in Motion Index, do IESE Business

CRITÉRIOS QUE DEFINEM A CIDADE INTELIGENTE

O **Grupo CCR** utilizou o ranking elaborado pelo Cities in Motion Index, do IESE Business School na Espanha para explicar os critérios que indicam a "inteligência" de uma cidade.

1. Capital humano

Atrair e reter talentos em diferentes áreas. Há um consenso internacional de que o acesso à cultura e o nível de educação são parâmetros importantes para medir o capital humano.

2. Coesão social

O ranking considera como coesão social o grau de coexistência entre grupos de pessoas com diferentes rendas, culturas, idades e profissões. Faz-se uma avaliação de fatores como imigração, desenvolvimento das comunidades, cuidados com o idoso, eficiência do sistema de saúde, inclusão pública e segurança. Indicadores como criminalidade, saúde, taxas de desemprego e distribuição de renda, entre outros, são levados em conta.

3. Economia

Este critério leva em conta a promoção do desenvolvimento econômico do território, como planos locais para a indústria, inovação e iniciativas empreendedoras. Os indicadores para o cálculo do ranking incluem o PIB da cidade, a produtividade e o tempo necessário para iniciar um negócio, entre outros.

CRITÉRIOS QUE DEFINEM A CIDADE INTELIGENTE

4. Governança

Considera-se a eficiência, qualidade e estabilidade das intervenções estatais. As reservas econômicas das cidades, certificações que comprovem a qualidade de seus serviços e a percepção de corrupção estão entre os indicadores para este critério.

5. Meio ambiente

Crescer de forma sustentável é a principal preocupação de quem se destaca nesta categoria. A ONU definiu essa questão quando afirmou que ela se refere ao "desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações suprirem suas necessidades".

6. Mobilidade e transporte

A IESE Business School elenca dois desafios principais nesse quesito: facilitar a movimentação nas cidades e ampliar o acesso aos serviços públicos. A cobertura dos sistemas de metrô, sistemas de compartilhamento de bicicletas, tempo médio de deslocamento para o trabalho e índices de tráfego são os principais indicadores.

7. Planejamento urbano

Sustentabilidade é a palavra-chave para definir o critério de planejamento urbano. Indicadores como o percentual da população com acesso ao saneamento básico, número de pessoas por moradia e número de edifícios construídos na cidade são considerados aqui.

8. Conexões internacionais

O impacto global de uma cidade é medido neste quesito. Sua marca e reconhecimento internacional por meio de planos estratégicos de turismo, além da capacidade de atrair investimentos estrangeiros, são aspectos decisivos. Alguns dos indicadores usados no levantamento são o número de aeroportos, hotéis e conferências e congressos sediados na cidade.

9. Tecnologia

O acesso à tecnologia é tratado como um aspecto decisivo para melhorar a qualidade de vida da população. Os principais indicadores são o percentual de lares com acesso à internet, à banda larga e à telefonia móvel.

Fonte: https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/2018/09/10/saiba-quais-sao-os-9-criterios-que-definem-uma-cidade-inteligente.ghtml. (Adaptado).

School na Espanha, as dimensões que indicam o nível de inteligência de uma cidade são: governança; administração pública; planejamento urbano; tecnologia; meio ambiente; conexões internacionais; coesão social; capital humano e a economia.

Segundo o "Em Movimento", blog do Grupo CCR, a expressão "cidade inteligente" substituiu denominações como "cybervila" ou "flexcidade" e "MESHcity". Tais empreendimentos consistem em municípios planejados que recebem "sistemas de tráfego e transporte, usinas de energia, redes de abastecimento de água, gerenciamento de resíduos e mesmo a aplicação da lei são feitos com base em dados coletados e processados enquanto os eventos acontecem". Estas inovações em áreas urbanas dependem, ainda de acordo com o Grupo CCR, de haver "integração de tecnologias de informação e comunicação (TIC) alimentadas por dispositivos físicos conectados no que se conhece hoje como IoT – ou Internet das Coisas".

INTERNET DAS COISAS (IOT)

O pesquisador britânico Kevin Ashton, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) cunhou a expressão "Internet das Coisas" (Internet of Things – IoT, na sigla em inglês), em 1999.

Em 2015, Ashton veio ao Brasil e concedeu entrevista à empresa pública brasileira Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), na coluna "Inovação em Pauta", esclarecendo vários aspectos tecnológicos. Veja alguns trechos.

Inovação em Pauta: E do que se trata a IoT?

Kevin Ashton: O fato de eu ter sido provavelmente a primeira pessoa a dizer "Internet das Coisas" não me dá nenhum direito de controle sobre como os outros usam a frase, obviamente. Mas o que eu quis dizer à época, e ainda considero isso válido, se baseia na ideia de que estamos presenciando o momento em que duas redes distintas – a rede de comunicações humana (exemplificada na internet) e o mundo real das coisas – precisam se encontrar. Um ponto de encontro onde não mais apenas "usaremos um computador", mas onde o "computador se use" independentemente, de modo a tornar a vida mais eficiente. Os objetos – as "coisas" – estarão conectados entre si e em rede, de modo inteligente, e passarão a "sentir" o mundo ao redor e a interagir.

Inovação em Pauta: O que falta para os computadores e outros objetos se tornarem independentes?

Kevin Ashton: Hoje em dia, os computadores – e, por conseguinte, a internet – são quase que completamente dependentes dos seres humanos para obter informação. Quase a totalidade dos dados disponíveis na internet foram, primeiramente, coletados e criados por pessoas – seja digitando um teclado, pressionando um botão de gravação, tirando uma foto digital ou escaneando um código de barras. Os diagramas convencionais que ilustram a internet incluem computadores, servidores, roteadores e outras máquinas, mas omitem os mais numerosos roteadores de todos – gente.

Fonte: http://finep.gov.br/noticias/todas-noticias/4446-kevin-ashton-entrevista-exclusiva-com-o-criador-do-termo-internet-das-coisas

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



Gestão de municípios sustentáveis

A sustentabilidade impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos em razão de permitir o desenvolvimento econômico sem deixar de preservar o meio ambiente

A política urbana foi implantada pela primeira vez no Brasil pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que positivou a dignidade humana e o bem-estar da coletividade. Ao impor aos gestores públicos o dever de planejamento das suas atividades, a Carta Magna reafirmou a sustentabilidade comum a todos como inerente ao Estado Social. Uma cidade sustentável é aquela que atende aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos.

A Administração pública, seja em qual esfera de poder – municipal, estadual ou federal –, tem o dever de buscar o equilíbrio entre saneamento ambiental com moradia, trabalho, infraestrutura urbana e lazer com desenvolvimento econômico, propiciando qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, assegurando um padrão de sustentabilidade, com definição adequada para a destinação final dos resíduos sólidos e líquidos, decorrentes do consumo e da industrialização.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, no evento para celebrar o Dia Mundial da População, em julho de 2019, ressaltou a previsão de que 68%

da população mundial passará a viver em áreas urbanas até 2050, fator que aumentará ainda mais a responsabilidade tanto com o desenvolvimento sustentável como com as mudanças climáticas dos administradores públicos para que o crescimento urbano seja ordenado.

As autoridades também não podem desprezar os problemas das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, deixando de assegurar o direito social de moradia, uma vez que o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Assim sendo, a implantação de políticas públicas voltadas à promoção de oportunidades iguais de acesso aos espaços públicos e à mobilidade são imprescindíveis para promover interações e convivência comunitária com a finalidade de reduzir o desequilíbrio e as desigualdades na coletividade. Além da busca constante por soluções para a utilização adequada de recursos naturais, destinação correta do lixo e ocupação de partes do município pela indústria e comércio, áreas de moradia e de lazer, os gestores públicos e a sociedade civil precisam atuar unidos pela concretização da sustentabilidade social, integrando os vulneráveis, com foco na promoção da cidadania.

Ademais, a conscientização acerca da preservação dos recursos ambientais se torna fator preponderante para que os centros urbanos sejam sustentáveis ambientalmente, garantindo acesso a tecnologias limpas, como a geração de energia renovável e o tratamento de resíduos.



Antonio Cruz_Agência Brasil

Metrô do Distrito Federal, uma solução de mobilidade que contribui bastante para a redução de emissão de gases de efeito estufa

Autódromo no Rio de Janeiro

O Governo Federal resolveu criar um autódromo para que os eventos de grande porte dos automobilismos nacional e internacional fossem sediados na capital do estado, na Floresta do Camboatá, uma área de mata atlântica preservada.

Em julho de 2019, as empresas que venceram a licitação para construir o autódromo do Rio receberam a notificação de que o processo licitatório foi suspenso pela Justiça Federal em razão de o Ministério Público Federal ter entrado com uma ação civil pública para determinar que qualquer obra só possa se realizar se o consórcio de empresas elaborar primeiro o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do empreendimento, o qual foi instituído no Brasil pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Lei 6.938/1981. Além disso, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) por meio da Resolução 001/1986, regulamentou os critérios básicos e as diretrizes gerais para aplicação da chamada Avaliação de Impacto Ambiental.

Na sentença que determinou a suspensão da construção do autódromo, o juiz da causa mencionou os termos "supressão de flora e desequilíbrio do ecossistema, possibilidade de processos erosivos e comprometimento da fertilização de solo".

As instituições públicas de qualquer dos Poderes da República têm o dever funcional de gerenciar os possíveis danos ao meio ambiente. No caso em tela, do autódromo, foram o Ministério Pùblico e o Poder Judiciário os garantidores da preservação da Mata Atlântica, um exemplo para o Legislativo e o Executivo seguirem. O equilíbrio entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico deve ocorrer.

Prêmio de sustentabilidade aos municípios

O Brasil tem o "Prêmio Destaque Nacional em Gestão Ambiental", promovido pela Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual tem o objetivo de valorizar os municípios por ações e iniciativas que promovam sustentabilidade socioambiental. Em 2019, o vencedor foi Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, destaque nacional em modelo de gestão ambiental municipal e no desenvolvimento de políticas ambientais. Ao lado, vista do Parque das Nações Indígenas, localizado na capital do Mato Grosso do Sul.



CG Notícias

Diversificação industrial promove sustentabilidade

Conheça algumas inovações na indústria em conformidade com as metas de desenvolvimento sustentável

O nono objetivo da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas compreende diferentes metas de promoção da industrialização inclusiva e sustentável, tais como modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias, fortalecer a pesquisa científica a fim de melhorar as capacidades tecnológicas, o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação.

A diversificação industrial tem a ver justamente com a inovação, com a criação de tecnologias capazes de propiciar sustentabilidade, preservação da natureza, de modo que a humanidade e os demais seres vivos possam conviver com o desenvolvimento industrial, já que os cientistas comprovaram que gases podem interferir na atmosfera e destruir a camada de ozônio. Especialistas afirmam que a recuperação da camada de ozônio protege animais, plantas e humanos dos raios ultravioleta emitidos pelo Sol.

Em fevereiro de 2019, o relatório "Scientific Assessment of Ozone Depletion: 2018", elaborado conjuntamente pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, a Organização Mundial de Meteorologia, o Departamento de Comércio e a Administração Aeronáutica e Espacial norte-americanas e a Comissão Europeia, revelou que há recuperação da camada de ozônio desde a última avaliação, em 2014, ao demonstrar que "parte da estratosfera se recuperou a uma taxa de 1% a 3% desde 2000 e, segundo projeções, o ozônio do Hemisfério Norte e de latitude média deve se recuperar completamente até 2030, seguido pelo Hemisfério Sul na década de 2050, e regiões polares na década de 2060", segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Autoridades internacionais no assunto, incluindo a professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Dra. Damaris Kirsch Pinheiro, atribuíram o avanço ao Protocolo de Montreal, documento assinado pelos países-membros da ONU com obrigações específicas para a redução progressiva até a total eliminação da produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), entre as quais estão Clorofluorcarbonos (CFCs), Halons, Tetracloreto de Carbono (CTC), Metilclorofórmio e Brometo de Metila – este já proibido no Brasil – e Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), em fase de eliminação.

Emenda de Kigali

As autoridades estão ansiosas também com a implementação da chamada Emenda de Kigali, que inclui os Hidrofluorcarbonos (HFCs) na lista de substâncias controladas, e que deve ser ratificada pelos Estados-partes neste ano. Em outubro de 2016, na



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Uma rede de supermercados passou a utilizar equipamentos com tecnologia que contribui para o cumprimento da meta do Protocolo de Montreal de substituir os gases refrigerantes sintéticos, nocivos ao meio ambiente

28ª Reunião das Partes ocorrida em Kigali, Ruanda, a emenda foi aprovada para ser inserida no Protocolo de Montreal. Apesar de os HFCs não causarem danos à camada de ozônio, o impacto ao sistema climático global é evidente, uma vez que têm potencial de aquecimento. O Protocolo de Montreal mantém alguns projetos para alguns setores, entre eles o de manufatura de espumas de poliuretano, para fábricas e também serviços de assistência técnica de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado.

Tecnologia industrial no Brasil

Em março de 2019, o anúncio da parceria entre a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) com o Centro Internacional de Energias Renováveis–Biogás (CIBiogás) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Paraná ocorreu. Trata-se de uma cooperação para que estas instituições atuem no projeto "Aplicações do Biogás na Agroindústria Brasileira", liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês).

Já no mês de maio, a fábrica da Eletrofrio, de Curitiba, inaugurou um setor de equipamentos de refrigeração à base de gases que não afetam o meio ambiente, que teve presença do ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles.

Na capital paranaense, um modelo de negócios já foi implantado com resultados promissores para a redução da emissão de gases de efeito estufa. A rede de supermercados Condor passou a utilizar os equipamentos da Eletrofrio, com tecnologia que contribui para o cumprimento da meta do Protocolo de Montreal de substituir os gases refrigerantes sintéticos, nocivos ao meio ambiente, escolhendo para seus sistemas de resfriados um hidrocarboneto, fluido que não agride a camada de ozônio: o propano – obtido a partir de diferentes procedimentos petroquímicos ou do gás natural, também chamado de gás liquefeito de petróleo (GLP), essencial para liquefação do gás natural (GNL) em processos industriais para refrigeração – e para os sistemas de congelados a rede de supermercados usa o dióxido de carbono (CO_2) combinado com o propano. Toda esta mudança contribui bastante para a negociação de créditos de descarbonização.

Crédito de Descarbonização (CBIO)

Como funcionará o Crédito de Descarbonização (CBIO)?

A emissão primária de Créditos de Descarbonização será efetuada, sob a forma escritural, nos livros ou registros do escriturador, mediante solicitação do emissor primário, em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido, importado e comercializado.

O que será considerado para definição da quantidade de CBIOs?

A definição da quantidade de Créditos de Descarbonização a serem emitidos considerará o volume de biocombustível produzido, importado e comercializado pelo emissor primário, observada a respectiva Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis do emissor primário. A solicitação deve ser efetuada em até sessenta dias pelo emissor primário da nota fiscal de compra e venda do biocombustível, extinguindo-se, para todos os efeitos, o direito de emissão de Crédito de Descarbonização após esse período.

Como será feita a negociação?

A negociação dos Créditos de Descarbonização será feita em mercados organizados, inclusive em leilões. O escriturador será o responsável pela manutenção do registro da cadeia de negócios ocorridos no período em que os títulos estiverem registrados. Regulamento disporá sobre a emissão, o vencimento, a distribuição, a intermediação, a custódia, a negociação e os demais aspectos relacionados aos Créditos de Descarbonização.

Como serão realizadas as avaliações de desempenho das unidades produtoras?

Para o cálculo da intensidade de carbono de cada biocombustível certificado será utilizada a RenovaCalc, ferramenta desenvolvida com base na metodologia de avaliação de ciclo de vida especificamente para esta finalidade, que será disponibilizada pela ANP.

Fonte: https://www.renovabio.org/cbios/

Conheça a RenovaBio

RenovaBio é como ficou conhecida a política nacional de biocombustíveis do Governo brasileiro que, pela primeira vez, objetiva traçar uma estratégia conjunta para reconhecer o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis (etanol, biodiesel, biometano, bioquerosene, segunda geração etc.) na matriz energética brasileira, tanto no que se refere à sua contribuição para a segurança energética, com previsibilidade, quanto para mitigação de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa no setor de combustíveis.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em 24 de junho de 2019, as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis para o ciclo de 2020 a 2029. A confirma o reconhecimento do papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira e de sua importância para viabilizar uma oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura.

Com os novos índices, o país continuará a trajetória para promover a redução da intensidade energética da matriz de combustíveis, que em 2017 era de 74,25 g CO2/MJ para 66,1 g CO2/MJ em 2029.

Objetivos da Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

- fornecer uma contribuição para o cumprimento do Acordo de Paris;
- promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis;
- assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

Fonte: Nota Explicativa sobre a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis.

Empresa sustentável

A Natura, no Brasil, é um modelo de empresa sustentável, reconhecida por ser uma fabricante de cosméticos com preocupação socioambiental. Ela tem atuado com responsabilidade na proteção à natureza e das riquezas naturais das florestas, as quais fornecem as matérias-primas de que a fábrica necessita.

A fábrica figura na lista da Corporate Knights, que reúne as empresas globais com as melhores práticas do mercado, sendo a única brasileira do setor a ser relacionada entre as 100 mais sustentáveis. O anúncio foi apresentado durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em 2019.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

As empresas dos mais diversos setores da indústria que participaram do ranking Global 100, já em sua décima quinta edição, foram selecionadas entre 7,5 mil companhias de 21 países, sendo os critérios de avaliação relacionados à energia, emissões de carbono, consumo de água, resíduos sólidos, capacidade de inovação, salários, segurança do trabalho, percentual de mulheres na gestão, entre outros que promovam sustentabilidade.

Indígenas participam da evolução da consciência ecológica

Segundo informou a ONU Brasil, o "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e instituições parceiras anunciaram em junho os ganhadores do décimo Prêmio Equatorial, que reconheceu 22 comunidades locais e indígenas por suas estratégias para enfrentar as mudanças climáticas. Entre os vencedores, estão a Associação Indígena Kisêdjê, de Mato Grosso, e o Conselho Indígena de Roraima".

Em 2019, 847 inscritos, de mais de 127 países, participaram da edição do prêmio, uns oferecendo soluções capazes de promover ações para novos negócios de sustentabilidade ou de conservação de culturas agrícolas tradicionais. Além do prêmio de US$ 10 mil, os vencedores participarão da cúpula da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Já a jornalista Daniela Chiaretti, do jornal **Valor Econômico**, mostrou em reportagem, no final de abril de 2019, que um punhado de indígenas da etnia guarani mbya participaram da Assembleia Geral Ordinária da Rumo S.A., em Curitiba, a maior operadora ferroviária do Brasil depois da fusão com a antiga América Latina Logística (ALL), em que compraram ações que garantam o direito de participar de reuniões e, assim, opinar sobre os investimentos.



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Na política, a indígena Joênia Batista de Carvalho (Rede-RR), conhecida como Joênia Wapichana, foi eleita a primeira deputada federal indígena do Brasil, depois de ter sido a primeira mulher indígena a se formar em Direito, na Universidade Federal de Roraima. Para Joênia, que se vale do mandato para proteger a biodiversidade, "existem várias proposições anti-indígenas na Câmara e que serão combatidas por ela e por todo movimento indígena do país usando dos meios legais, para que nenhum abuso e inconstitucionalidade possa ser aprovado", declarou à **Agência de Notícias da Câmara dos Deputados**.

São várias as etnias que protegem as espécies de plantas dentro de terras indígenas, tais como as sagradas e medicinais, madeira de lei e de frutas nativas. Além disso, na caça os povos originários procuram identificar a época de reprodução de cada animal e caçar menos no tempo de filhotes como a paca, a capivara, a cotia, entre outros.

Do mesmo modo, na pesca a piracema é preservada, enquanto não limpam a beira dos lagos que são usados para pescar. Entre os indígenas há uma política para preservar as sementes naturais dos povos para não correr o risco de perder a biodiversidade dos roçados.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Proteção da Amazônia ajuda a combater o aquecimento global

Contingenciamento do Ministério do Meio Ambiente coloca em risco o combate ao desmatamento da floresta amazônica

Com texto de Estela Renner e Marcos Nisti, em julho de 2019, a **Globo Play** lançou a série "Aruanas", uma ficção revelando interesses comerciais e políticos, além de abordar a questão indígena, protagonizada pelas ativistas Natalie (Débora Falabella), Luiza (Leandra Leal), Verônica (Taís Araujo) e Clara (Thainá Duarte), as quais participam de uma organização não governamental denominada Aruana que, ao tomarem conhecimento de degradação do meio ambiente ocasionada por uma mineradora que atua na Amazônia, decidem investigar as atividades da empresa. As ativistas conseguem identificar um grande esquema de crimes ambientais envolvendo garimpos ilegais atuando sob o comando de uma mineradora nacional de destaque no meio empresarial. Apesar de não estar na TV aberta, Aruanas está disponível para mais de 150 países e em 11 idiomas levantando o debate sobre a necessidade urgente de ações em defesa do meio ambiente e também para deter a escalada das mudanças climáticas.

Muito embora cientistas especializados em clima tenham alertado a respeito dos perigos para todo o planeta se ocorrer um aquecimento médio de 1,5°C nos próximos anos, ocasionando falta de água, de alimentos em função do derretimento de geleiras e a consequente elevação do nível do mar, secas, enchentes e a perda de biodiversidade, além de várias outras mazelas que atingirão a humanidade, a defesa do meio ambiente visando ao combate das alterações do clima global incrivelmente não é um comportamento unânime dos seres humanos.

Enquanto na ficção as ativistas são heroínas, na realidade há críticos da ecologia, gente que considera enfadonho o assunto, inclusive chamando ativistas de "ecochatos". Só se esquecem de que a economia depende do clima. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) não se cansam de alertar que a degradação de matas nativas influencia as mudanças climáticas e prejudicam diretamente o agronegócio no Brasil – responsável por 21,6% do PIB brasileiro –,

especialmente no que se refere à distribuição das chuvas, já que somente 10% das lavouras são irrigadas.

Segundo a reportagem da jornalista Letícia Mori da **BBC News Brasil**, publicada em julho deste ano, o estudo "Efeitos do Desmatamento Tropical no Clima e na Agricultura", elaborado pelas cientistas norte-americanas Deborah Lawrence e Karen Vandecar, revelou que "quando o desmatamento na Amazônia atingir 40% do território (atualmente ele está em 20%), a redução das chuvas será sentida a mais de 3,2 mil km de distância, na bacia do Rio da Prata".

A bacia do Rio da Prata é formada pelas águas dos rios Paraná, Paraguai, e Uruguai, além do Oceano Atlântico. Trata-se do maior estuário do mundo, medindo 256 km de extensão, segunda em extensão na América do Sul, depois da do rio Amazonas, e a quarta do mundo. O Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, no dia 23 de abril de 1969, integra a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai em uma exploração integrada do sistema hidrográfico.

Política Nacional Sobre Mudança do Clima

O Brasil elaborou a sua Política Nacional sobre Mudança do Clima em 2010, instituída pela Lei 12.187/ 2009, com o objetivo de reduzir em até 39% as emissões de gases de efeito estufa até 2020. Composta por diversos planos regionais (Amazônia, Cerrado) ou por setores econômicos (agricultura, indústria, mineração, energia), em conformidade com o Acordo de Paris.

Entretanto, uma reportagem do **G1** informou, em maio de 2019, que os repasses ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), orçamento para o combate às mudanças climáticas aprovado pelo Congresso em 2018 e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em janeiro, no valor de R$ 437 milhões, dos quais R$ 357 milhões deveriam ser investidos no Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima, não foi efetuado.

Segundo o site **G1**, os cortes atingiram também as operações do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e programas do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA). Quando o ministro Ricardo Salles exonerou Alfredo Sirkis, o coordenador do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), Sirkis declarou não ter ficado surpreso, afirmando ainda que achou "um milagre ter permanecido no cargo até maio num governo empenhado no desmonte das políticas de meio ambiente. Tenho me oposto a medidas tomadas pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, como a desmoralização da fiscalização, o desmantelamento do Ibama e o combate do desmatamento".

Em janeiro, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, já havia declarado publicamente a sua visão a respeito das mudanças climáticas, quando disse que são uma "trama marxista".

Fundo Amazônia ameaçado

Criado com o objetivo de captar doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas da Amazônia, o Fundo Amazônia foi instituído pelo Decreto 6.527/2008

O Fundo Amazônia tem como parceiros a Noruega, que responde por 94% dos investimentos para a iniciativa, totalizando R$ 3,396 bilhões, e a Alemanha, que já doou R$ 192,6 milhões ao programa. Contudo, os governos destes dois países estiveram envolvidos em um impasse com o Ministério do Meio Ambiente brasileiro por discordarem de uma ideia do ministro Ricardo Salles, que pretendia alterar algumas regras para usar recursos do fundo – doações dos dois países – e, assim, pagar indenizações a ruralistas que mantêm terras em unidades de conservação.

A intenção de mudar a gestão do fundo pelo Governo do Brasil está baseada na declaração de que foram encontradas "irregularidades" nos contratos com as ONGs, mas a auditoria feita pela assessoria do ministro Ricardo Salles não foi divulgada nem enviada ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), gestor oficial do fundo, para se pronunciar a respeito da desejada alteração.

No início julho de 2019, foi lançado o site "Em Defesa do Fundo Amazônia" por iniciativa da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) e da Associação dos Servidores Públicos do Ibama e ICMBio (Asibama), quando disseram que "O Fundo Amazônia não é um projeto de governo, mas uma conquista da sociedade brasileira, fruto de negociações internacionais climáticas, cujo consenso gira em torno da construção de um modelo economicamente sustentável na Amazônia que inclua, em sua concepção, os interesses dos povos originários e tradicionais que vivem para e pela floresta".

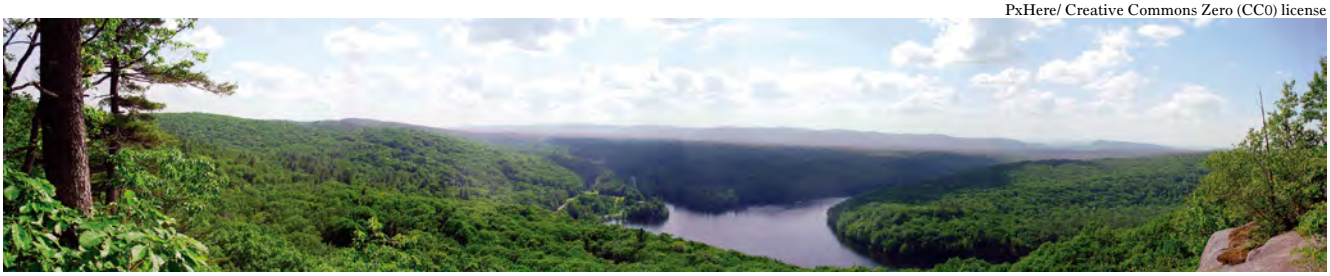
Em julho, o jornal **Estado de S. Paulo** informou que a Embaixada da Noruega no Brasil "continua seu diálogo sobre a governança e a eficiência do Fundo Amazônia com representantes do governo federal", enquanto a reportagem do **G1** informou que o ministro da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha, Gerd Müller, se reuniu com Ricardo Salles para conversar sobre o acordo de cooperação de proteção das florestas e declarou que "a extinção do Fundo Amazônia está aparentemente mais longe", após o ministro brasileiro ter sido questionado sobre a saída da Alemanha do fundo.

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nos contratos do Fundo Amazônia. Além disso, em junho os países doadores publicaram uma carta esclarecendo que "nenhuma das auditorias financeiras ou de impacto realizadas descobriu quaisquer atos ilícitos ou má administração dos recursos do fundo", segundo a reportagem do **G1**.

Hábitos que ajudam a reduzir mudanças no clima

O comportamento das pessoas influencia diretamente as ações de combate ao aquecimento global

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



Logo no início de 2019, a **Nações Unidas Brasil** publicou reportagem abordando as ações sugeridas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para combater o aquecimento global, as quais levam em consideração tanto o crescimento da população mundial como também o desafio da necessidade de mais pessoas terem de ser alimentadas em condições ambientais imprevisíveis.

A FAO faz um alerta para que os hábitos sejam cada vez mais conscientes das alterações climáticas sofridas pelo planeta. Assim, a organização faz cinco recomendações capazes de auxiliar todo o ecossistema com simples escolhas que podem ser facilmente adequadas pelas sociedades de todo o mundo.

Uma dieta um pouquinho modificada é o primeiro conselho da FAO, que recomenda, ao menos uma vez por semana, uma refeição vegetariana, que pode ser composta de leguminosas como lentilhas, feijões, ervilhas e grão de bico em substituição à carne, já que mais recursos naturais são utilizados para produzir carne, principalmente água. Além disso, a floresta tropical é degrada para transformar as terras em pastos para o gado.

A redução do desperdício de comida aparece em segundo lugar nas recomendações da FAO. Um estudo liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2018, mostrou que cada família desperdiça, em média, 128 quilos de alimentos por ano. Já a FAO estima que um terço dos alimentos produzidos é desperdiçado. O problema é que o desperdício de alimentos desperdiça também água, mão de obra e transportes usados na produção.

A organização mundial aconselha o aproveitamento das sobras e restos, que podem servir de ingredientes para outras receitas ou ser congelados para consumo futuro. Ademais, comprar frutas e legumes "feios", que são frequentemente desperdiçados por causa da aparência é uma prática que contribui bastante com a vida no planeta, uma vez que eles têm o mesmo gosto.

A economia de água é um costume que precisa ser contabilizado na conta de evitar o desperdício. Segundo a FAO, a este elemento fundamental da vida é essencial para se produzir comida. Enquanto os



Fonte: https://nacoesunidas.org/onu-5-atitudes-que-voce-pode-tomar-para-combater-as-mudancas-climaticas/

agricultores precisam aprender a utilizar menos água em suas lavouras, os consumidores têm o dever de proteger os recursos hídricos. A comida jogada fora desperdiça a água necessária para a produção de vários outros alimentos. A higiene pessoal também precisa considerar a economia de água com banhos mais curtos e não deixar a torneira aberta ao escovar os dentes.

A quarta recomendação diz respeito à conservação do solo, diretamente relacionada à qualidade da água, já que os resíduos domésticos jogados em uma lixeira comum podem atingir o lençol freático e, assim, oferecer riscos aos rios, lagos e córregos que abasteçam a coletividade. Itens como pilhas, tintas, celulares, remédios, produtos químicos, fertilizantes, cartuchos e principalmente plástico são capazes de contaminar recursos naturais que possibilitam a produção de comida.

O apoio aos agricultores é uma recomendação importantíssima, já que eles são os mais duramente afetados pelas mudanças climáticas. A opção de compra por produtos locais ajuda os agricultores familiares e as pequenas empresas. O combate à poluição é um hábito essencial. A preferência por produtos locais reduz as distâncias de frete percorridas por caminhões e outros veículos.

Programa ProAdapta

O acordo de cooperação firmado entre o MMA e o governo alemão, que prevê a transferência de 5 milhões de euros pelo país europeu para apoiar as políticas brasileiras de adaptação às mudanças climáticas e, assim, reduzir os perigos em regiões ameaçadas pelo aumento do nível do mar, também ficou prejudicado em função de o repasse que deveria ter sido realizado pelo Governo brasileiro, de 2 milhões de euros, ainda não ter ocorrido.

Diversidade, inclusão e equidade de gênero nas empresas públicas e privadas

A preocupação com a inclusão e a eliminação de preconceitos nas empresas está cada vez mais destacada nas estratégias de crescimento, com vistas a se tornar uma vantagem competitiva, alavancando o crescimento dos negócios



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Basta assistir aos comerciais na televisão brasileira para notar que são muitas as marcas que passaram a inserir em sua comunicação toda a diversidade possível. A inclusão de negros e negras, de pessoas LGBTQI – sigla para designar a orientação sexual e a diversidade de gênero – e ainda de outros grupos compostos de pessoas alternativas aparecem nas propagandas como nunca antes havia acontecido no Brasil. Há bem pouco tempo, costumava-se dizer que uma família com pai e mãe loirinhos de olhos azuis, com seus filhos também do mesmo biotipo é que poderia protagonizar um comercial de margarina.

Apesar de serem muitos os estudos que demonstram a possibilidade de empresas privadas lucrarem mais e empresas públicas terem maior desempenho se elas se valerem de implantar políticas inclusivas, de respeito à diversidade e de equidade de gênero, no que diz respeito ao quadro de funcionários e de relacionamento com colaboradores, fornecedores e clientes, no Fórum Econômico Mundial 2018, realizado em Davos, na Suíça, houve previsão de que as mulheres só ganharão o mesmo que homens dois séculos no futuro.

Já a população LGBTQI parece ter conseguido avançar em cargos de chefia e liderança dentro das empresas. Conforme destaca o educador Reinaldo Bugarelli, em seu livro "Diversos Somos Todos" (Editora de Cultura, 2008), o idealizador do Fórum de Empresas e Direitos LGBT+, a sustentabilidade está inter-relacionada com a qualidade das relações. Para este autor, "um dos principais desafios da humanidade é tornar o planeta mais sustentável por meio de relações de qualidade. Para isso, devemos não apenas 'aceitar', mas valorizar a diversidade em nossas vidas".

Em uma reportagem do jornalista Matheus Pichonelli para a **Universa**, do site UOL, em junho de 2019, Bugarelli declarou que mais de três mil pessoas trans foram contratadas por grandes empresas no Brasil em virtude da atuação do Fórum por ele criado.

Campanha #ProudAtWork

Segundo uma reportagem do **G1**, a pesquisa #ProudAtWork revelou que as relações de trabalho de pessoas LGBTQI estão se normalizando bastante, já que nas questões acerca de falarem abertamente sobre a orientação sexual ou diversidade de gênero dentro do ambiente empresarial 51% dos entrevistados disseram não ver necessidade de contar sobre isso; 37% declararam não gostar de falar sobre a vida pessoal; enquanto 32% afirmaram que ninguém sabe sobre a orientação sexual dentro e fora do trabalho e 22% que têm medo de represália por parte dos colegas.

Os negros e indígenas

A população negra no Brasil ainda enfrenta dificuldades para se posicionar melhor no mercado de trabalho. Em junho de 2019, uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) em parceria com a Aliança Jurídica pela Equidade Racial, formada por escritórios com apoio do próprio Ceert e da Fundação Getulio Vargas, apontou que, entre os advogados, os cargos de sócios e advogados juniores, plenos ou seniores das bancas de advocacia nem 1% é de negros.

Pesquisas do IBGE, realizadas em 2018, indicaram aumento de trabalhadores negros e pardos no mercado, porém em posições que exigem menos qualificação. Já na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, divulgada em maio de 2019, a taxa de desemprego entre os que se declararam brancos foi de 10,2%, abaixo da média nacional (12,7%) no primeiro trimestre deste ano. No entanto, para negros foi de 16% e para pardos de 14,5%, acima da média.

Os indígenas não têm melhor sorte quando o assunto é trabalho e emprego. A discriminação muitas vezes impede o acesso de



Cerimônia de outorga de grau aos 15 indígenas integrantes da primeira turma do povo Kayapo do curso de licenciatura intercultural indígena da Uepa, em São Félix do Xingu (PA)

Nailana Thiely – ASCOM UEPA

indígenas a boas vagas. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, cerca de 320 mil indígenas viviam na zona urbana, mas uma reportagem de 2018 da **Agência Brasil** revelou que a maioria deles luta para ampliar a comercialização de seus produtos e obter renda com o turismo, "alternativas para diminuir a dependência dos recursos cada vez mais escassos da Fundação Nacional do Índio (Funai)". Contudo, os indígenas atuam em trabalhos sustentáveis, já que o Instituto Socioambiental (ISA) apresentou um levantamento à reportagem em que, "somente na safra 2017/2018, índios da etnia Kaiapó do Pará obtiveram cerca de R$ 1 milhão com a venda de 200 toneladas de castanha. Outros R$ 39 mil foram obtidos com a venda de sementes de cumaru, planta utilizada para a fabricação de medicamentos, aromas, bem como para indústria madeireira".

Infelizmente, ao contrário da população LGBTQI, que conseguiu encontrar maneiras de ser aceita no ambiente empresarial, o desenvolvimento econômico e grandes projetos têm ameaçado os povos indígenas no Brasil. Muitas são as denúncias de empresas do agronegócio avançarem sobre as terras de diferentes etnias e até relatos de assassinatos são registrados pelas autoridades.

O significado da sigla LGBTQI

Enquanto LGB tem a ver com a orientação sexual de uma pessoa, ou seja, lésbica (L), uma mulher com preferência sexual por outra mulher; gay (G) um homem cuja preferência sexual seja por outro homem; e bissexual (B), aquele indivíduo que tanto pode preferir um homem ou uma mulher sexualmente; TQI diz respeito ao gênero. Os transexuais, travestis e transgêneros (T) não se identificam com o gênero de seu nascimento; queer (Q) é quem transita entre os gêneros em razão de não aceitar um padrão imposto; e intersexuais (I) não se definem como totalmente femininos ou masculinos.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Inclusão social da população negra no Brasil

A **Agência de Notícias da ONU Brasil** publicou reportagem na qual a entrevistada pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) foi a diretora-executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, que ao ser perguntada sobre as oportunidades de educação e trabalho e renda que teve na vida e que sua mãe não pode ter em razão da cor da pele, respondeu que "O acesso a quaisquer oportunidades de desenvolvimento, de qualquer espécie, num país em que o racismo patriarcal heteronormativo [termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas] é mediado por sua raça/cor, identidade de gênero, classe social, região geográfica onde nasceu ou vive [...] significa dizer que não existem oportunidades disponíveis, mas conquistas a serem alcançadas a partir do esforço de muitas e muitos e, às vezes, de comunidades inteiras", declarando ainda que várias foram as gerações de mulheres negras (inclusive da família dela) que não tiveram oportunidades, mas sim tiveram de conquistar o seu "lugar ao sol".



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O Banco Mundial publicou o documento intitulado "Afrodescendentes na América Latina – Rumo a um marco de inclusão", em julho de 2019, apontando a distância que ainda precisa ser percorrida para eliminar as barreiras estruturais que impedem a inclusão social e econômica completa da população negra no Brasil.

O relatório do Banco Mundial mostrou que existem 113 milhões de afrodescendentes na América Latina, sendo a maioria composta de brasileiros, demonstrando ainda que, apesar de mais de 80 milhões destas pessoas historicamente segregadas terem saído da pobreza entre 2002 e 2012, os grupos minoritários ainda precisam lutar para reduzir a desigualdade de renda que os separa de outros cidadãos latino-americanos. O documento revelou que os afrodescendentes têm 2,5 vezes mais chances de viver na pobreza crônica do que os brancos e mestiços na América Latina. Já o secretário-geral da ONU, António Guterres, no evento para celebrar Dia Mundial da População, realizado em julho, em Salvador, na Bahia, ressaltou a estreita ligação entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a necessidade de dar a todos "oportunidades para aqueles deixados para trás e ajudar a abrir o caminho para um desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo".

Equidade de gênero pode elevar o PIB

Pesquisa realizada pela empresa de consultoria empresarial norte-americana McKinsey & Company constatou que a equidade de gêneros poderia elevar o PIB mundial



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

A pesquisa realizada em 2015 pela empresa de consultoria empresarial americana McKinsey & Company demonstrou que o Brasil também teria maior desenvolvimento econômico e consequentemente aumento do PIB se combatesse a desigualdade dos gêneros no ambiente empresarial. Apesar de as mulheres serem metade da população brasileira e serem 44% da força de trabalho no país, contribuíam com somente 35% do PIB no ano da pesquisa.

Segundo a **Nações Unidas Brasil**, o secretário-geral da ONU, António Guterres, no evento para celebrar Dia Mundial da População, em julho deste ano, destacou que os líderes mundiais primeiro detalharam as ligações entre população, desenvolvimento e direitos humanos há 25 anos, na Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, na qual ficou reconhecido que "promover a igualdade de gênero é a coisa certa a se fazer e um dos caminhos mais confiáveis para o desenvolvimento sustentável e melhor bem-estar para todos".

Conferência do Cairo

A Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento foi realizada no Cairo, Egito, entre os dias 5 a 13 de setembro de 1994, e resolveu que a população e o desenvolvimento estão relacionados e que a atribuição de poder à mulher é a chave para a sustentabilidade. Pela primeira vez, a saúde reprodutiva e sexual e os direitos da mulher tornaram-se o elemento central de um acordo internacional.

A conferência resultou em uma agenda de compromissos comuns para melhorar a vida de todas as pessoas por meio da promoção dos direitos humanos e da dignidade, apoio ao planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e direitos, promoção da igualdade de gênero, promoção da igualdade de acesso à educação para as meninas, eliminação da violência contra as mulheres, além de questões relativas à população e proteção do meio ambiente.



A Pnad revelou que a taxa de desemprego no período foi de 11,6%, mas com diferenças significativas entre homens (10,1%) e mulheres (13,5%)

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Panorama das mulheres

Já a pesquisa "Um panorama atual das mulheres no mercado de trabalho 2018", realizada pela McKinsey em parceria com a LeanIn.Org, analisou problemas utilizando dados de 279 empresas que empregam mais de 13 milhões de pessoas, além de um estudo em que foram ouvidos mais de 64 mil funcionários e uma série de entrevistas, demonstrou que, apesar de as mulheres estarem conquistando mais diplomas de ensino superior do que os homens, reivindicarem promoções e negociarem aumentos salariais no mesmo ritmo que os homens, elas permanecem sub-representadas na força de trabalho, sendo que as mulheres negras estão em maior desvantagem ainda, ficando atrás de homens brancos, homens negros e mulheres brancas.

Enquanto isso, no Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do 4º trimestre de 2018, revelou que a taxa de desemprego no período foi de 11,6%, mas com diferenças significativas entre homens (10,1%) e mulheres (13,5%).

Em 2019, a pesquisa da **Oxfam Brasil** em parceria com o **Datafolha** "Nós e as desigualdades brasileiras", mostra que 64% concordam total ou parcialmente que "mulheres ganham menos no mercado de trabalho por serem mulheres". No ano passado, a mesma organização realizou o estudo "País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras", e com base em dados de 2017 constatou que as mulheres recebiam 70% dos rendimentos dos homens. O Cadastro Central de Empresas (Cempre), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da coleta de dados de 2017, revelou que naquele ano os homens receberam R$ 3.086,00, em média, e as mulheres salário médio de R$ 2.555,84.

Dados a respeito do tema são escassos e difíceis de contabilizar. Em 2016, apenas 7,3% de mulheres ocupavam assentos nos conselhos diretores das 100 maiores empresas da América Latina. Os dados são do relatório mais recente sobre a região feito pelo Corporate Women Directors International (CWDI), centro de estudos ligado ao instituto norte-americano GlobeWomen.

Dia Mundial da Mulher Negra

No Brasil, o dia 25 de julho é comemorado o Dia Mundial da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, geralmente marcado por marchas em várias cidades do país. Trata-se de uma campanha que envolve cultura, identidade e empoderamento feminino. A luta contra o racismo, o machismo, o sexismo, o feminicídio e todas as formas de violência contra as mulheres também são bandeiras que as participantes defendem. A Marcha foi idealizada em 2011 no Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, que aconteceu em Salvador (BA), promovida por várias entidades ligadas ao movimento negro.

O muro das mulheres na Índia

No início de 2019, milhões de mulheres indianas reivindicando justiça e igualdade de gênero se reuniram para formar um muro que compreendeu mais de 600 quilômetros para protestar contra a desigualdade no Sul do país, ocasião em que, pela primeira vez, duas mulheres entraram no templo hindu Ayyappa, em Sabarimala, o local onde acontece a maior peregrinação religiosa do mundo. Elas são consideradas impuras por causa da menstruação, já que o templo é dedicado ao deus da castidade hindu Ayappa. Entretanto, a Suprema Corte indiana decidiu que a proibição é inconstitucional e discriminatória.

Na manifestação, que ficou conhecida como Muro das Mulheres, houve confronto entre dois grupos políticos rivais: o direitista Partido do Povo Indiano (BJP, na sigla em inglês), do primeiro-ministro Narendra Modi, que nega o direito das mulheres indianas – 48,5% da população – de frequentar o templo por considerar ser contra os valores do hinduísmo; e o esquerdista Partido Comunista da Índia (CPI), que governa Kerala e apoia o direito das mulheres de usarem o local. As mulheres desafiaram tradições e conseguiram mobilizar a imprensa mundial em seu favor.

No quesito violência, a realidade de exploração e negligência social das mulheres negras pode ser constatada nos dados sobre o mercado de trabalho, no mapa da violência ou na representatividade política.



Rovena Rosa/Ag Brasil



Agência Brasil

Participação política das mulheres

A representatividade das mulheres ainda é muito baixa no Brasil, por isso foi criada uma cota com o objetivo de aumentar a participação política delas

No Brasil, uma simples olhada em uma foto ou imagem na TV do Congresso Nacional ou mesmo na Câmara de Vereadores de qualquer cidade já é o suficiente para verificar a baixa participação das mulheres na política. Mas a situação está mudando. Segundo dados do Cadastro Eleitoral, são mais de 77 milhões de eleitoras em todo o Brasil, o que representa 52,5% do total de 147,5 milhões de eleitores. Nas últimas eleições nacionais, em que o povo brasileiro escolheu os deputados federais, foram eleitas 77 parlamentares para a Câmara dos Deputados, um aumento de 51% em relação ao último pleito, quando foram eleitas apenas 51 mulheres para mandatos de deputada federal. O Senado teve sete mulheres eleitas, representando 13% do total de senadores.

Contudo, nas assembleias legislativas somente 161 mulheres foram eleitas em todos os estados brasileiros para exercerem o cargo político de deputada estadual.

A Lei 12.034/2009 determinou uma cota de 30% de candidaturas para mulheres – deputado federal, estadual ou distrital e vereador –, mas os partidos lançavam candidaturas de mulheres apenas para preencher a cota. Nas eleições de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu que os partidos políticos deveriam destinar 30% do Fundo Partidário para financiar as campanhas das candidatas com a finalidade de ampliar a participação feminina na política, como forma de haver maior representatividade. O contingente de mulheres eleitas em 2018 cresceu 52,6% em relação às eleições gerais de 2014.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) mantém o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, o qual demonstrou que o percentual de mulheres em congressos e parlamentos latino-americanos aumentou em 2019, após as últimas eleições. Ressaltando que nas comparações internacionais são utilizados dados do equivalente à Câmara dos Deputados, tendo Cuba (53,2), Bolívia (53,1), México (48,2), Granada (46,7), Nicarágua (45,7) e Costa Rica (45,6) liderando o ranking dos países

que mantêm maior representatividade de mulheres na política.

A presença de mulheres no Poder Legislativo de seus respectivos países aumentou de maneira gradual nos últimos anos na América Latina e no Caribe. Apesar de os cargos na esfera política federal (Câmara dos Deputados) continuarem a ser ocupados em sua maioria por homens, a região ocupa a vanguarda mundial, alcançando uma média de 29,8% (dados de 2018) de representação parlamentar por mulheres.

Todavia, 14 países não alcançam 20% de representação de mulheres em seus parlamentos. O Haiti apresenta o mais baixo percentual da região, com apenas 2,5% de mulheres entre seus parlamentares.

A novidade de partidos políticos ocorreu na Alemanha, onde o Partido Social-Democrata (SPD) anunciou, em junho de 2019, ter decidido adotar um modelo de "liderança dupla", com um homem e uma mulher no comando da legenda.



Seminário de equidade de gênero e representação política das mulheres

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

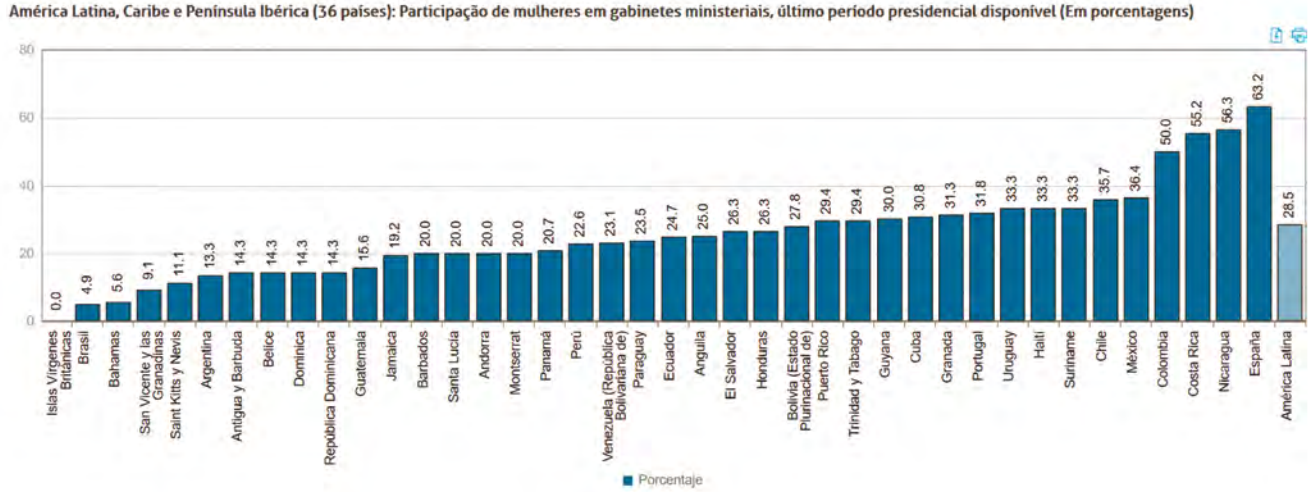
No biênio 2019-2020, dos 11 cargos da Mesa do Senado, apenas um é ocupado por uma mulher, a senadora Leila Barros (PSB-DF), como suplente. A representação das mulheres no Legislativo cresceu na Câmara dos Deputados nas últimas eleições, enquanto a bancada feminina do Senado diminuiu no pleito de 2018. Na atual legislatura o Brasil tem somente 12 senadoras, uma a menos que na anterior, o que corresponde a apenas 14,8% do total das 81 cadeiras. É um percentual muito abaixo da parcela feminina na população, que corresponde a mais da metade dos brasileiros.

Segundo informou a **Agência Senado de Notícias**, entre as ações afirmativas de equidade de gênero da Procuradoria Especial da Mulher, o Senado criou o Observatório da Mulher contra a Violência, o Programa Pró-Equidade e o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, todas com o objetivo de "combater o machismo e fortalecer a posição das mulheres na política e na sociedade. Por meio desses órgãos e programas, são coletados e analisados dados estatísticos sobre a violência contra a mulher no Brasil; consultadas e avaliadas opiniões de especialistas para instruir os parlamentares na elaboração de projetos de lei, bem como a indicação dessas proposições para a votação; e atendidas as funcionárias do Senado (30% do pessoal efetivo) por meio de campanhas de reforço à igualdade de gênero".

O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, órgão das Nações Unidas, divulgou o gráfico de participação feminina de países com regime presidencial ou parlamentarista, que pode ser visto abaixo.

Poder executivo: porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais

América Latina, Caribe e Península Ibérica (36 países): Participação de mulheres em gabinetes ministeriais, último período presidencial disponível (Em porcentagens)



https://oig.cepal.org/pt

A redução das desigualdades envolve a erradicação da pobreza

Enquanto algumas pessoas vivem uma vida abastada, até luxuosa, a imensa maioria da base da pirâmide social sofre as mazelas da miséria



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Um relatório divulgado em julho de 2019, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em parceria com a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI, na sigla em inglês – Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford), um centro de pesquisa econômica da Universidade de Oxford, Inglaterra, revelou novos dados que demonstram com especificações bem mais claras como nunca antes a forma superficial, segundo o entendimento dos pesquisadores, de rotular ricos e pobres. Trata-se de inovadora metodologia capaz de visualizar com profundidade os problemas. A conceituação tradicional de riqueza ou pobreza ficou desatualizada.

Esta é a constatação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global de 2019, documento elaborado com a finalidade de fornecer informações detalhadas para a criação de políticas capazes de reduzir a pobreza de forma mais efetiva, uma vez que o estudo verificou pobres espalhados de maneira não uniforme, vivendo em uma multiplicidade de locais, e não apenas nos locais de baixa renda.

De acordo com o administrador do Pnud, Achim Steiner, "Para combater a pobreza, é preciso saber onde as pessoas pobres vivem. Elas não estão uniformemente espalhadas por um país, nem mesmo dentro de um domicílio", afirmou para a reportagem da **Nações Unidas**.

Os agora chamados dimensionalmente pobres recebem este nome em função de o IPM global 2019 demonstrar

detalhadamente as muitas diferenças das formas como pessoas vivenciam a pobreza. De acordo com este estudo, "as privações entre os pobres variam enormemente: em geral, valores mais altos de IPM andam de mãos dadas com maior variação na intensidade da pobreza". A pesquisa que analisou a situação de 101 países, cobrindo 76% da população global, também mostrou que as crianças sofrem mais intensamente com a pobreza do que os adultos, com dificuldades como a falta de água potável, saneamento, nutrição adequada ou educação primária. O índice ainda constata que, entre as 1,3 bilhão de pessoas multidimensionalmente pobres do mundo, 886 milhões vivem em países de renda média, como é o caso do Brasil.

Situação brasileira

A sexta edição do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil, divulgada em maio de 2019, um estudo sobre a população de 0 a 19 anos, elaborado pela Fundação Abrinq com dados coletados em 2018, revelou que, dos 68,8 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade, mais de 10,5 milhões são consideradas pobres e outras mais de 9,5 milhões extremamente pobres, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2017.

A inovação dos pesquisadores de Oxford, com o seu Índice de Pobreza Mutltidimensional não é novidade para os pesquisadores brasileiros, uma vez que a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), que faz uma análise estrutural dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, já em 2017 havia apresentado uma análise de pobreza multidimensional por meio de inserir no estudo o acesso da população a bens e a serviços relacionados aos direitos sociais.



Cabe destacar que os direitos sociais foram positivados na Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, que em seu art. 6º relaciona que são sociais os direitos à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

Linha de pobreza

O critério para a linha de pobreza do Banco Mundial para países com renda média-alta, em desenvolvimento, como o Brasil é considerado pela instituição, abrange as pessoas que vivem com US$ 5,50 por dia. Já a extrema pobreza significa viver com renda domiciliar per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo.

Medidas de combate à pobreza

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou um novo caderno de recomendações para implantação de políticas em prol das famílias, em julho de 2019. Intitulado "Family-Friendly Policies: Redesigning the Workplace of the Future", o documento, segundo a Nações Unidas Brasil, fornece orientações com base em evidências

Recomendações da Unicef

Licença parental remunerada: pelo menos seis meses de licença remunerada combinada para todos os pais, das quais 18 semanas de licença remunerada devem ser reservadas para as mães. Governos e empresas devem se esforçar para conceder até 12 meses de licença remunerada combinada. A licença parental remunerada também contribui para reduzir as taxas de rotatividade de pessoal, reduzir os custos de recrutamento e treinamento e reter funcionários experientes. Para os países que adotaram essas políticas nas últimas décadas, o aumento do emprego feminino impulsionou o crescimento do Produto Interno Bruto per capita entre 10% e 20%.

Apoio à amamentação: intervalos regulares para lactação durante o horário de trabalho para encaixar a amamentação ou a ordenha do leite materno, e um ambiente de apoio à amamentação, incluindo instalações adequadas, permitem que as mães continuem amamentando de forma exclusiva ou complementar após retornar ao trabalho. O aleitamento materno contribui para taxas mais baixas de doenças infantis agudas e crônicas, bem como para melhores resultados cognitivos e educacionais. Os benefícios para a saúde materna incluem menores taxas de depressão pós-parto, melhoria da saúde física e redução do risco de câncer de mama ao longo da vida.

Cuidados infantis universais: acesso universal a cuidados infantis de qualidade e disponíveis, desde o final da licença parental até a entrada da criança no primeiro ano escolar, incluindo cuidados anteriores e posteriores para crianças pequenas e programas pré-primários. As crianças que recebem cuidados infantis precoces e de qualidade são mais saudáveis, aprendem melhor e permanecem mais tempo na escola e têm rendimentos maiores quando adultas.

Benefícios para crianças: expandir a cobertura de benefícios em dinheiro (programas de transferência de renda) para todas as crianças, começando com as crianças mais novas e trabalhando em prol da cobertura universal. Os benefícios para crianças devem fazer parte do sistema de proteção social para crianças pequenas de todos os países.

Fonte: https://nacoesunidas.org/unicef-empresas-e-governos-precisam-investir-nas-familias-para-reduzir-pobreza/

sobre os benefícios de saúde, educacionais e econômicos de políticas em prol das famílias e faz quatro recomendações.

Também em julho deste ano, por meio de um empréstimo de US$ 100 milhões, o Banco Mundial aprovou um projeto para ajudar comunidades rurais do Ceará a ampliar o acesso a mercados, água e saneamento com a adoção de práticas e tecnologias sustentáveis. A iniciativa deverá beneficiar 90 mil pessoas na área rural do estado que tem 91% de seu território em regiões semiáridas e é um dos estados mais secos do Brasil, segundo informou a **ONU News**.

O Governo Federal também promove programas de combate à pobreza, por exemplo, a implantação de políticas públicas por meio do Cadastro Único, que reúne informações sobre famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, promovem melhorias na vida de famílias brasileiras. O Bolsa Família é um dos programas, uma vez que realiza transferência de renda para 14,1 milhões de beneficiados em todo o Brasil, segundo dados de dezembro de 2018 do site **Gov.Br**.

O critério para classificação de família extremamente pobre para o Programa Bolsa Família é aquele com renda mensal entre R$ 89,01 e R$ 178,00 por pessoa, enquanto a extremamente pobre tem renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa. Para participar do programa as famílias devem comprovar que têm em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 15 anos. O valor de cada benefício é de R$ 41,00, e cada família pode acumular até cinco benefícios por mês, chegando a R$ 205,00. Já as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos, o valor do benefício é de R$ 48,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 96,00.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular os benefícios denominados básico, variável e variável jovem, até o máximo de R$ 372,00 por mês. As informações são do site da Caixa Econômica Federal.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Alerta sobre a acidificação dos oceanos

A acidez dos oceanos está 26% mais alta do que nos tempos pré-industriais e deve ter aumento de 100% a 150% até 2100, com a atual taxa de emissões de CO_2

A conservação e uso sustentável dos oceanos, a meta dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, está diretamente relacionada ao advento, em junho de 2017, da Conferência sobre os Oceanos, encontro global com o objetivo de apoiar as ações para a preservação dos recursos marinhos.

Durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado na cidade de Nova York, em julho de 2019, foi lançada a edição especial do Relatório do Secretário-Geral sobre os Progressos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, revelando que o ano de 2018 foi o quarto mais quente já registrado. Segundo a **ONU News**, "Os níveis das concentrações de dióxido de carbono continuaram a aumentar em 2018. A acidez dos oceanos está 26% mais alta do que nos tempos pré-industriais e deve ter aumento de 100% a 150% até 2100, com a atual taxa de emissões de CO_2".

A chamada acidificação dos oceanos – aumento do nível de alcalinidade que resulta na redução do pH dos oceanos por longos períodos de tempo – tem impactos diretos na vida marinha. Os pesquisadores do Instituto Oceanográfico da USP (IO), Marilia Nagata Ragagnin e Wellington Fernandez, indicaram que "o pH (escala de medida de acidez que vai de 0 a 14, quanto mais baixo, mais ácido) do oceano atualmente está em 8,1, o que indica uma queda de até 0,2 unidade em relação ao nível pré-Revolução Industrial (1750). Embora pareça pouco, o fato de a escala de pH ser logarítmica faz com que esse número represente uma elevação da acidez de cerca de 30%", segundo a matéria publicada na **Agência Universitária de Notícias**.

As reações químicas entre o dióxido de carbono e a água do mar geram ácido carbônico, o qual se dissocia em íons carbonato (CO32-) e hidrogênio (H+). Os íons H+ são os responsáveis pelo aumento da acidez dos oceanos e são causados pelo gás carbônico lançado na atmosfera pelas atividades dos seres humanos.

O pesquisador Wellington Fernandez explicou os problemas que podem ocorrer com a ampliação da alcalinidade dos oceanos. Para ele, a estrela-do-mar ou os crustáceos têm exoesqueleto formado por carbonato de cálcio, e por isso são vulneráveis à acidificação oceânica. "Os oceanos são um sistema tamponado, isto é, ele tem mecanismos para manter o pH da água constante. Quando existe a entrada de CO_2 na água, ela tende a ficar ácida, então, o oceano retira íons de cálcio do ambiente para neutralizá-la. Assim, quanto mais CO_2, mais cálcio é necessário para a neutralização. O resultado é que haverá menos cálcio disponível no ambiente para que o organismo forme seu exoesqueleto e este ainda sofre uma espécie de 'corrosão', como um osso de galinha na Coca-Cola. Ou seja, ele é afetado de duas formas", esclareceu.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

ONU News: "A acidez dos oceanos está 26% mais alta do que nos tempos pré-industriais e deve ter aumento de 100% a 150% até 2100, com a atual taxa de emissões de CO_2"

O site de notícias socioambientais **EcoDebate** apresentou matéria baseada em um estudo conduzido por pesquisadores do Centro de Excelência ARC de Coral Reef Studies (Coral CoE) cujos "resultados sugerem que alguns corais e algas coralinas – a 'cola' que mantém os recifes juntos – não podem sobreviver aos esperados oceanos mais ácidos causados pela mudança climática".

Em março de 2019, a 25ª edição da Declaração da Organização Meteorológica Mundial (OMM), elaborada a partir de dados de 2018, revelou que mais de 90% da energia armazenada pelos gases do efeito estufa vai parar nos oceanos. O relatório aponta que "os níveis de dióxido de carbono, que eram de 357,0 partes por milhão (ppm) em 1994, quando a Declaração foi publicada pela primeira vez, seguem aumentando, tendo alcançado 405,5 ppm em 2017. É previsto que em 2018 e 2019 as concentrações de gases causadores do efeito estufa aumentem ainda mais".

No que diz respeito ao gelo marinho, o relatório da OMM destacou que a extensão de geleiras no Ártico "ficou abaixo da média durante 2018 e se manteve em níveis baixos sem precedentes durante os dois primeiros meses deste ano. O pico anual ocorreu em meados de março e foi o terceiro menor já registrado em um mês de março do período 1979-2018 mediante observações de satélites".

Já a extensão de gelo marinho da Antártida diminuiu em grande velocidade e os valores das extensões mensais estão entre os cinco registros mais baixos desde o fim de 2018, enquanto a da Groenlândia aumentou graças a uma queda de neve acima da média, em particular na zona oriental, e a uma estação de degelo perto da média, segundo informou a **Nações Unidas Brasil**.

O calor na atmosfera ocasiona as mudanças na circulação oceânica, ou seja, os padrões de direção e intensidade dos ventos, que podem acelerar o derretimento das calotas de gelo. Esse fenômeno implica diretamente na salinidade e densidade da água do mar cuja consequência imediata é a redução da biodiversidade marinha, conforme explica o biólogo e membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Mundial de Ciências Luiz Drude Lacerda, em artigo publicado no site do Museu do Amanhã, com o título "Oceanos em perigo".

Acidificação dos oceanos

Atualmente, os oceanos absorvem mais de 26% do dióxido de carbono emitido pela atividade humana na atmosfera, resultando em elevada acidez dos oceanos (pH reduzido). Essa acidez elevada tem diversos efeitos sobre organismos e ecossistemas, sendo o mais significante a diminuição na concentração/disponibilidade de íon carbonato para o plâncton e espécies de conchas que fixam carbonato de cálcio. Uma vez que o pH "limite" é atingido por um dado organismo, ele não pode mais fixar carbonato de cálcio nas suas conchas e é ameaçado de extinção local. Esses organismos de carbonato de cálcio, principalmente fitoplâncton e zooplâncton, e também alguns moluscos, servem como base de muitas das cadeias alimentares marinhas em vários tipos de ecossistema, realçando o impacto potencial da acidificação em ecossistemas inteiros. A cultura marinha de moluscos também pode ser afetada.

Fonte: http://www.unesco.org/new/pt/natural-sciences/ioc-oceans/focus-areas/rio-20-ocean/10-proposals-for-the-ocean/1a-ocean-acidification/

Branqueamento de corais

A reportagem de Damares Alves no site Socientífica demonstrou que não é somente o aquecimento global o responsável pela redução de corais e ameaças à vida marinha em geral. A jornalista usou o Estado da Flórida, nos Estados Unidos, como exemplo para demonstrar a degradação de recifes de corais. Naquela localidade, o escoamento agrícola e o esgoto tratado indevidamente foram os causadores da poluição das águas oceânicas, elevando os níveis de nitrogênio e diminuindo a temperatura do recife para o branqueamento, resultando na redução da cobertura de corais na região em quase 33%, em 1984, para menos de 6% em 2008.

Em outra notícia, o jornalista Evanildo da Silveira, da Associação O Eco, em abril de 2019, destacou que uma equipe de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) "detectaram o mais intenso evento de branqueamento de corais já registrado no Atlântico Sul". Em razão de as águas terem ficado com temperatura bem acima do normal durante o mês de janeiro – o normal é de cerca de 27ºC e passou para 31-32ºC – a espécie Mussismilia hispida, conhecida como coral-cérebro, uma das mais resistentes que se conhece, teve 80% das colônias da região estudada branqueadas e 2% morreram.

Ainda segundo a reportagem de O Eco, ficou esclarecido que "os corais são como árvores e os recifes que formam como florestas tropicais nos mares. [...] e produzem criam uma grande variedade de habitats para inúmeros outras espécies de animais, entre as quais uma enorme quantidade de peixes. Nada menos que 25% da biodiversidade marinha estão associadas aos recifes". Portanto, a proteção da vida marinha é fundamental para a vida de outros seres humanos que vivem no Planeta Terra.

Ao site O Eco, Marcelo Soares, da Universidade Federal do Ceará (UFC), que estuda como ocorre o branqueamento de corais na costa brasileira, em matéria publicada em abril deste ano, elaborada pelo jornalista Evanildo da Silveira e intitulada "Cientistas detectam imenso branqueamento de corais no sudeste brasileiro", explicou que "as zooxantelas fornecem alimento para o coral, funcionando como pequenas fábricas de produção de comida, que usam a luz do sol, carbono e nutrientes. Essas microalgas também fornecem a coloração dos corais [...] Quando elas saem do coral, eles perdem uma fonte importante de nutrição e também sua cor".



Marcelo Soares: "As zooxantelas fornecem alimento para o coral, funcionando como pequenas fábricas de produção de comida, que usam a luz do sol, carbono e nutrientes"

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Papa Francisco inspira iniciativa da ONU Meio Ambiente

Na comemoração do quarto aniversário da segunda encíclica do papa Francisco especificamente direcionada ao meio ambiente, autoridades religiosas mundiais são convocadas para defender o planeta



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

O coordenador da iniciativa "Fé pela Terra" da ONU Meio Ambiente, Iyad Abyumoghli, teve reunião com o sumo pontífice durante a primeira Conferência Internacional do Laudato Si', em Roma, realizada em 2018. Em julho de 2019, foi lançada a campanha "Fé pela Terra", cujo slogan é "um planeta, várias religiões, um objetivo", convocando autoridades religiosas mundiais e de seus devotos para se engajarem na luta em prol do meio ambiente.

A segunda encíclica do Papa Francisco, Laudato Si' (Louvado sejas), conclama autoridades religiosas e também os religiosos em geral para que ajam "de maneira global, unificada e rápida" contra práticas insustentáveis.

Protetores de ecossistemas sofrem perseguições e muitos são assassinados em função de suas tentativas de reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. O programa televisivo **Fantástico**, exibido em abril de 2019, demonstrou que o Brasil é o país em que defensores da terra e do meio ambiente correm maior risco em todo o mundo. Em 2017, segundo a reportagem, foram 57 assassinatos, enquanto em 2018, esse número caiu para 28. Mas fez a revelação de que a maior parte das vítimas é de lideranças comunitárias.

O Governo brasileiro já havia cancelado o Climate Week (Semana Climática) América Latina e Caribe, evento da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), a ser realizado entre os dias 19 e 23 de agosto deste ano, mas voltou atrás e confirmou que será na Arena Fonte Nova, em Salvador (BA). Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) não participou do evento internacional organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em Lima, Peru, para tratar de gestão florestal e agricultura, com foco na Amazônia, a Conferência do Bom Crescimento, realizada em maio.

Asa florestas vivem em estado de ameaça pelas empresas de mineração, madeireiras, agronegócio e ainda sofrem apropriação de terras sem título, a grilagem, fatores que levam muitas pessoas que dependem do extrativismo a demarcarem territórios com a intenção de reivindicar suas terras ou por meio de programas de regularização ambiental para conseguirem a titulação, evitando que a exploração dos recursos naturais acabe expulsando os povos nativos de seus territórios.

A declaração de unidades de conservação, sejam reservas extrativistas ou consideradas florestas nacionais também é uma maneira de se obter o registro para ocupar determinado território. Mas é preciso obter o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação das áreas de preservação permanente (APP), das áreas de reserva legal, florestas e remanescentes

de vegetação nativa, para fins de controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, segundo informações do Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A referida encíclica do sumo pontífice recebe o nome, em português, "Louvado sejas", porque São Francisco de Assis assim cantava. "Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: 'Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras'", diz o início do documento papal.

Ao discorrer acerca do "uso irresponsável e do abuso dos bens" a Terra, segundo o versículo dois da encíclica, Francisco faz um alerta ao dizer que "Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos", complementando ainda com a advertência de que "Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos".

Sínodo para a Pan-Amazônia

Entre 6 e 27 de outubro de 2019, os bispos do Brasil e dos demais países que abrangem a Amazônia – Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia – foram convocados ao Vaticano para debater os principais problemas da região e a presença da Igreja Católica junto aos povos amazônicos. O encontro chamado "Sínodo dos Bispos", uma reunião de responsáveis pastorais da Igreja designados pelo próprio do papa, abordará o tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral" e deverá servir para refletir, rezar e orientar as restruturações necessárias da Igreja, além de advertir os governos, ambientalistas e empresas que atuam na região sobre a necessidade de preservação da Amazônia e promoção do o uso sustentável dos recursos naturais.

Segundo informações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Sínodo Pan-Amazônia servirá para proteger o "bioma e seus povos ameaçados em seus territórios, injustiçados, expulsos de suas terras, torturados e assassinados nos conflitos agrários e socioambientais, humilhados pelos poderosos do agronegócio e dos grandes projetos econômicos desenvolvimentistas".

Estudo sobre a implementação do Código Florestal

A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, estabeleceu normas para proteção da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados

No início de julho de 2019, o estudo "Do papel à prática: a implementação do Código Florestal pelos Estados brasileiros", elaborado pelo **Instituto Centro de Vida**, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), em parceira com o **Observatório do Código Florestal** (OCF), rede formada por diferentes instituições com o objetivo de monitorar a implantação da nova Lei Florestal (Lei nº 12.651/2012), foi divulgado com apontamentos a respeito do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs), documentos essenciais para a proteção da vegetação nativa.

No relatório produzido por Ana Paula Valdiones em coautoria com Paula Bernasconi, publicado no **Transparência Florestal**, em maio deste ano, foi destacado que o registro público eletrônico de imóveis rurais (CAR) é necessário para "integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais compondo uma base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e combate ao desmatamento", enquanto os PRAs servem ao propósito de "promover a regularidade dos passivos ambientais dos imóveis rurais, ou seja, as obrigações de adequação em relação às regras legais para Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)".

De acordo com as autoras, a sociedade civil tem liderado iniciativas de acompanhamento da implementação do Código Florestal em cada unidade da federação com o objetivo de monitorar as políticas públicas florestais e, assim, mapear os principais desafios. O resultado do estudo demonstrou que somente 18 estados concluíram suas regulamentações implementando os programas de regularização ambiental.

Conheça o Acordo de Escazú

Em setembro de 2018, na 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, o Brasil assinou o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú)

Adotado em 4 de março de 2018, em Escazú, Costa Rica, o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe consiste em uma plataforma para propiciar o acesso pleno à informação, de modo a promover justiça ambiental, já que aplica o Princípio 10 da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (Cepal), elaborada na Conferência Rio-92, estabelecendo 27 princípios sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

Ao completar um ano da adoção do Acordo de Escazú, a secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, publicou uma carta aberta convocando todos os países da região a assiná-lo e ratificá-lo o mais breve possível. O documento destaca que o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe é "o primeiro no mundo a estabelecer disposições específicas para a promoção, proteção e defesa dos defensores de direitos humanos em assuntos ambientais. Com o objetivo último de garantir às gerações presentes e futuras o direito a um meio ambiente saudável".

Natalia Gómez Peña, membro da divisão de advocacy – prática para ajudar pessoas – e engajamento da **Civicus**, uma aliança global da sociedade civil dedicada a fortalecer ações de cidadania com sede em Johannesburgo, África do Sul, declarou ao site de jornalismo independente **Diálogo Chino** que "Nos últimos anos, a **Civicus** tem documentado uma piora global nas condições de vida da sociedade civil. As crescentes restrições têm afetado especialmente defensores dos direitos humanos e aqueles que lutam para proteger o meio ambiente", enfatizando ainda que a luta em defesa do meio ambiente "tem se tornado mais perigoso a cada ano que passa, especialmente na América Latina, a região com os maiores números de assassinatos de ativistas ambientais".



Antonio Cruz / Agência Brasil

O procurador da República em Belo Horizonte, Edmundo Antonio Dias Netto Junior, publicou artigo no site **Jota**, em outubro de 2018, com o título "O Acordo de Escazú e nossa democracia socioambiental não realizada" em que esclareceu os "mecanismos de reparação, conforme o caso, tais como a restituição ao estado anterior ao dano, a restauração, a compensação ou a imposição de uma sanção econômica, a satisfação, as garantias de não repetição, a atenção às pessoas afetadas e os instrumentos financeiros para apoiar a reparação" (art. 8, item 3, "g", do Acordo de Escazú) no caso da tragédia ambiental de Mariana (MG), na bacia do rio Doce, decorrente do rompimento, em 5 de novembro de 2015, da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues. O autor abordou os desafios para a reparação integral dos danos causados pelas empresas Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e sua controlada Samarco Mineração S/A, uma vez que no próprio processo de reparação ocorreram violações dos direitos das vítimas em razão de não haver a oportunidade de participação delas, de forma que pudessem "apresentar informações por meios apropriados e disponíveis, conforme as circunstâncias do processo", como estabelece o art. 7, item 7, do Acordo de Escazú.

A Suprema Corte do México declarou que o direito de viver em um ambiente adequado e sadio da natureza constitui uma garantia fundamental ao julgar um processo de reparação por danos ecológicos irreversíveis a ecossistemas e manguezais na região da cidade de Tampico, ocasionados pela construção do Parque Temático Ecológico Laguna del Carpintero.

Já o Brasil, país acusado pela **Global Witness** de assassinar mais de 653 ambientalistas desde 2002, o maior número em todo o mundo, está sendo pressionado pelo grupo de quase 20 órgãos e relatores da ONU para ratificar o primeiro acordo internacional que obriga os Estados a garantir a proteção de pessoas que promovem e defendem os direitos humanos nos temas ambientais.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais alterou o Marco Civil da Internet e criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cuja vigência se dará a partir de agosto de 2020, teve sua redação alterada pela Lei 13.853/2019, passando a ter como órgão fiscalizador a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada com o objetivo de controlar todo o tratamento de dados pessoais no Brasil. Trata-se de uma importante adequação do Brasil ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), o qual exige que as autoridades de controle de dados sejam independentes.

Por banco de dados entende-se o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico, enquanto o controlador consiste na pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

O escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica – organização que combinou extração e análise de dados e utilizou em estratégias de comunicação de processos eleitorais – teve cerca de 87 milhões de usuários da rede social com suas informações coletadas para o direcionamento de propaganda que orientava a opinião política com o objetivo de manipular tanto o processo eleitoral norte-americano de 2016, quando Donald Trump foi eleito presidente, como também o polêmico referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

O Facebook ultrapassou 500 milhões de perfis, enquanto o Twitter tem mais de 145 milhões, redes sociais que tiveram diversos problemas de segurança relacionados à privacidade dos dados pessoais de seus usuários.

A startup brasileira **PSafe**, que desenvolve ferramentas para telefones celulares, publicou o "Relatório da Segurança Digital no Brasil" com dados do segundo trimestre de 2018, revelando que foram detectados mais de 120 milhões de ciberataques via links maliciosos nos primeiros seis meses de 2018, número 95,9% maior do que o registrado no mesmo período de 2017.

A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira deverá poroteger a transferência de dados pessoais nos âmbitos público e privado, ao garantir maior controle dos cidadãos sobre suas informações, já que passará a exigir o consentimento explícito para coleta e uso dos dados e obrigar a oferta de opções para o usuário visualizar, corrigir e excluir dados.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Risco de vazamento de dados

Recentemente, um aplicativo que simulava como seria a foto de uma pessoa na velhice viralizou, quando surgiram milhares de imagens utilizando o filtro no Facebook, Instagram, WhatsApp e Twitter, até de pessoas famosas aparentando já estarem no futuro, em idades avançadas. Criado pela empresa russa Wireless Lab e denominado FaceApp, o aplicativo exige que sejam informados dados pessoais, como foto, localização e páginas visitadas na internet.

Nos Estados Unidos, o líder dos democratas no Senado, Chuck Schumer, solicitou ao FBI e à agência de defesa do consumidor norte-americana (Comissão Federal de Comércio dos EUA, em inglês Federal Trade Commission – FTC) que investiguem os riscos à segurança nacional e à privacidade das pessoas por causa do FaceApp.

Escândalo das candidaturas femininas laranjas

Após o resultado do processo eleitoral de 2018 – que elegeu o presidente da República, deputados federais e estaduais e senadores – indícios de desvio de dinheiro público foram anunciados

Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas assembleias legislativas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal a proporção de deputadas estaduais não atingiu a representatividade feminina, isto é, a cota de 30% para mulheres que deverá ser cumprida por cada partido em 2020.

Apesar de o eleitorado brasileiro ser composto de 52,6% mulheres e 47,3% de homens (dados do mês de junho), de cada 100 parlamentares estaduais somente 15 são deputadas. Dos 1.060 eleitos em 2018 para os Poderes Legislativos estaduais e o distrital, apenas 163 mulheres foram escolhidas pelos eleitores de suas regiões.

A Emenda Constitucional (EC) 97/2017, que a partir de 2020 vai proibir a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais, por causa do princípio da anterioridade eleitoral estabelecido no art. 16 da Constituição Federal, segundo o qual a legislação nova que alterar o processo eleitoral só poderá ser aplicada nas eleições que ocorrerem um ano depois da data de vigência, começará a valer desde o ato do pedido de registro de candidaturas à Justiça Eleitoral. Isso se dará deste modo porque, com o fim das coligações que a EC 97/2017 promoveu, cada partido deverá indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito.

Candidatas de fachada e desvio de recursos públicos

Em março de 2019, uma pesquisa elaborada por professoras de universidades nos Estados Unidos e no Reino Unido, divulgada com exclusividade pela **BBC News Brasil**, revelou quantas candidatas laranjas cada partido brasileiro lançou para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2018, revelou que "35% de todas as candidaturas de mulheres para a Câmara dos Deputados na eleição de 2018 não chegaram a alcançar 320 votos".

Antes de os escândalos envolvendo candidaturas femininas com a exclusiva



José Cruz/Agência Brasil

Apesar de o eleitorado brasileiro ser composto de 52,6% mulheres e 47,3% de homens, de cada 100 parlamentares estaduais somente 15 são deputadas



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Cerca de 20% de todas as candidaturas femininas em 2018 teriam sido de fachada, apenas para cumprir formalmente a lei de cotas

artimanha de preencher a cota obrigatória de representatividade das mulheres eclodir, o então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, foi demitido do cargo pelo presidente Jair Bolsonaro, ambos do mesmo partido político, o Partido Social Liberal (PSL). O incidente aconteceu em função de Bebianno, que ocupava o cargo de presidente da sigla, ter autorizado verba do fundo partidário para Maria de Lourdes Paixão, considerada candidata laranja em Pernambuco por ter concorrido ao cargo de deputada federal e recebido R$ 400 mil, sendo a terceira maior beneficiada com verba do partido em todo o país, mas obtido só 274 votos.

O estudo que a **BBC Brasil** divulgou também revelou que "20 anos após a introdução da lei de cotas, em 1998, pouco se avançou na representatividade de mulheres na Câmara". Além disso, a eportagem mostrou ainda que "Das candidatas mulheres do PT à Câmara, 11% receberam menos de 1% dos votos obtidos pelo candidato menos votado. Entre os homens do partido, esse percentual é bem menor – de 4%".

Para o TSE, as candidaturas que "não receberam qualquer apoio das legendas partidárias, com aporte insignificante de recursos ou com votação ínfima ou não existente" podem ser consideradas candidaturas laranjas, ou seja, mulheres que se candidataram com o exclusivo objetivo de transferir recursos financeiros para outros políticos, e não de serem eleitas.

As fraudes nas candidaturas ocorrem em função de o TSE ter decidido, em maio de 2018, que 30% das verbas públicas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, deveriam obrigatoriamente ser repassadas pelos partidos políticos às candidatas. Na mesma decisão foi resolvido que o mesmo percentual deveria ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

O entendimento do TSE seguiu a mesma linha daquele anteriormente firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 15 de março do ano passado, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.617/2018, em que a foi determinada a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas, segundo informações da **Agência de Notícias do TSE**. O ineditismo da decisão do STF foi a determinação de que os partidos políticos não deveriam simplesmente reservar 30% das vagas para mulheres, mas sim preenchê-las com candidatas.

Em meados de 2019, a Polícia Federal indiciou um assessor do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio – à época presidente do PSL em Minas Gerais –, além de dois coordenadores da campanha de 2018, por falsidade ideológica, uso indevido de verba e associação criminosa na Operação Sufrágio Ostentação, que apura o suposto esquema de desvio de recursos do Fundo Eleitoral através de candidaturas laranjas.

De acordo com a reportagem dos jornalistas Bruno Góes e Naira Trindade, publicada no jornal **O Globo**, em 9 de julho de 2019, "o valor destinado ao Fundo Eleitoral para as eleições municipais de 2020 pode mais que dobrar em relação ao montante reservado para as últimas eleições, em 2018", quando foi disponibilizado o valor total de R$ 1,7 bilhão. Já para 2020, "a perspectiva é que os políticos tenham R$ 3,7 bilhões para fazer campanha", informou o periódico.

Líderes de alguns partidos políticos apresentaram projetos para reduzir de 30% para até 10% o porcentual mínimo de candidatas mulheres a cargos do Poder Legislativo, além de terem proposto o abrandamento das punições para agremiações políticas que não seguirem as regras. Contudo, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) lançou sugestão contrária, a de paridade entre os sexos, ou seja, subindo a cota de 30% para 50% (PL1984/2019).

Saiba o significado de coligação

O TSE mantém o Glossário Eleitoral, publicação online que explica exatamente o que é uma coligação partidária, isto é, consiste na "união de dois ou mais partidos com vistas na apresentação conjunta de candidatos a determinada eleição. A coligação, apesar de não possuir personalidade jurídica civil, como os partidos, é um ente jurídico com direitos e obrigações durante todo o processo eleitoral. É uma entidade jurídica de direito eleitoral, temporária, com todos os direitos assegurados aos partidos, e com todas as suas obrigações, inclusive as resultantes de contratos com terceiros, e as decorrentes de atos ilícitos".

Fonte: http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/glossario-eleitoral



Foto: Ministério Público do Trabalho - Pará

Centenário da Organização Internacional do Trabalho

Parte integrante do Tratado de Versalhes, em 1919, documento que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem como objetivo promover a justiça social

A elaboração e também a aplicação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho são realizadas por representantes de governos, de empregadores e de trabalhadores de todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas. O Brasil faz parte da OIT desde sua fundação, contando com uma representação desde a década de 1950.

A OIT foi a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 1969, em vista de sua campanha em defesa do princípio de que a paz deve ser baseada na justiça social. Agora, em 2016 e 2017, em antecipação à comemoração do centenário de sua criação, em 2019 o escritório brasileiro da organização realizou a série "Diálogos Nacionais sobre o Futuro do Trabalho" como parte de um conjunto de atividades destinadas a preparar seus representantes para assumirem com êxito os desafios de seus mandatos com relação à justiça social no futuro.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) informou, em abril deste ano, durante a apresentação de um estudo intitulado "Índice da Condição do Trabalho" que a situação do Brasil não é nada boa. De acordo com o diretor técnico do instituto, Clemente Ganz Lúcio, "o país está na UTI", referindo-se aos dados do estudo que se equipara ao IDH do trabalho. Os dados utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

Em reportagem do jornalista Vitor Nuzzi, da **Rádio Brasil Atual** (RBA), Ganz Lúcio afirmou que "Além das inovações tecnológicas, temos observado que a organização das empresas também se transforma. E o sistema de relações do trabalho vem sendo alterado", ao mencionar a reforma trabalhista. "Há um novo mundo do trabalho em termos de direitos. São múltiplas dimensões que afetam o mundo do trabalho".

O mesmo jornalista da RBA elaborou matéria, em julho deste ano, intitulada "'Modernização' trabalhista, vendida como solução, fechou duas vezes mais vagas do que criou", explicando que, "de janeiro de 2018 a junho deste ano, o saldo total de postos de trabalho formais no país foi de 938.054, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que com a extinção do Ministério do Trabalho passou a ser divulgado pela pasta da Economia, comandada por Paulo Guedes, um entusiasta da flexibilização. Já o saldo somado de trabalho intermitente (88.437) e parcial (33.315) é de 121.752 vagas no período. Enquanto isso, os desligamentos por acordo totalizaram 276.284 – 2,27 vezes mais".

2021 é declarado o Ano para a Eliminação do Trabalho Infantil

Em julho de 2019, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por unanimidade de uma resolução que declara 2021 como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e delegou a tarefa de liderar a realização para a Organização Internacional do Trabalho, de acordo com notícia divulgada no próprio site da OIT.

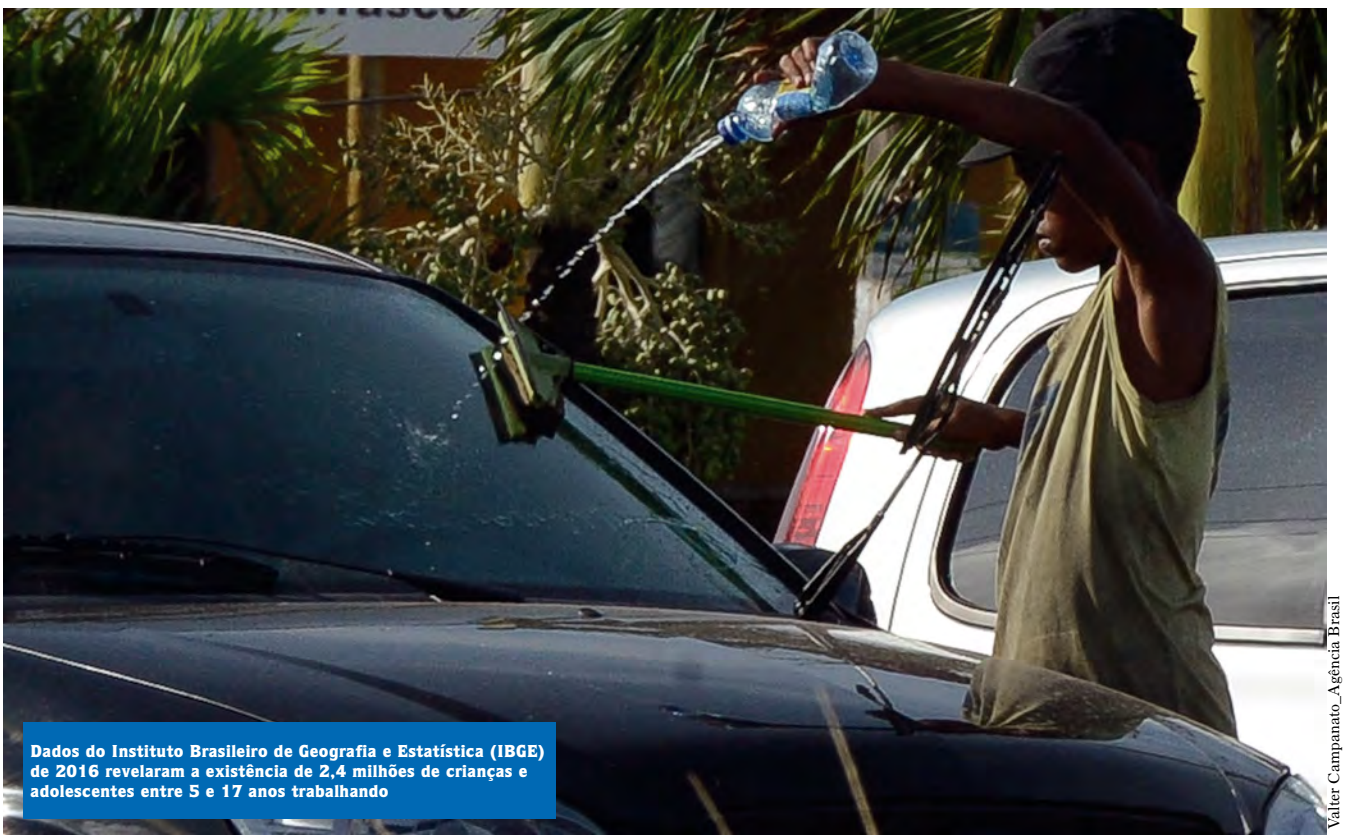
Um levantamento elaborado pela OIT, ao analisar dados de trabalho infantil no mundo todo entre 2012 a 2016, revelou uma estimativa de haver mais de 150 milhões de crianças com idades entre 5 e 17 anos envolvidas em trabalho infantil, sendo do metade envolvidas em trabalho infantil considerado perigoso.

O trabalho infantil perigoso recebeu destaque na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação), a qual conceituou as piores formas de trabalho infantil. Podem ser classificados como trabalho infantil perigoso as formas de trabalho que exponham a criança a abuso físico, psicológico ou sexual; utilização de mão de obra infantil para realizar trabalhos subterrâneo, debaixo d'água, em alturas perigosas ou em espaços confinados; com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; em ambiente insalubre que possa, por exemplo, expor a criança a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e ainda o trabalho em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou em que a criança seja injustificadamente confinada ao estabelecimento do empregador.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, que serve de apoio à avaliação das doenças de notificação compulsória previstas em lei e que devem ser informadas às autoridades brasileiras, registrou mais de 43 mil acidentes de trabalho com crianças e adolescentes com idades entre cinco e 17 anos em 2007 e 2018, mesmo período em que foram notificadas 261 mortes de meninas e meninos no ambiente de trabalho.

A Assembleia da ONU reconheceu também a importância da Convenção sobre Idade Mínima para Admissão (Convenção 138), de 1973, em que recomenda aos "Estados-membros deveriam ter como objetivo a progressiva elevação, para dezesseis anos, da idade mínima para admissão a emprego ou trabalho"; e ainda a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por 196 países-membros das Nações Unidas e o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal.

A Constituição Federal do Brasil permite o trabalho para adolescentes que já tenham completado 16 anos de idade, desde que não seja em condições insalubres,



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016 revelaram a existência de 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando

Valter Campanato_Agência Brasil



perigosas ou no período noturno, casos em que o trabalho é proibido até que a pessoa complete os 18 anos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, a legislação brasileira permite que seja firmado contrato especial de trabalho na condição de aprendiz para adolescentes com 14 anos de idade, com o objetivo de oferecer ao jovem formação profissional compatível com a vida escolar.

A campanha está em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, já que uma das metas diz respeito à eliminação do trabalho infantil. A OIT atua para abolir a utilização de mão de obra de crianças ao longo dos seus 100 anos de história. Uma das primeiras convenções adotadas versava sobre a Idade Mínima na Indústria (Convenção 5, de 1919).

Erradicação do trabalho infantil no território brasileiro

Segundo a reportagem da jornalista Yara Aquino, da Agência Brasil, em pronunciamento por ocasião do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil (12 de junho de 2019), a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, afirmou que "atualmente ainda há uma naturalização do trabalho infantil, como se fosse algo positivo para crianças e adolescentes. Mas é interessante observar que essa naturalização é para crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, que são vítimas de exclusão social", destacando ainda que" negros são maioria entre crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil".

Isa Oliveira fez as declarações com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, os quais revelaram a existência de 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando, ainda segundo a Agência Brasil. O levantamento do IBGE demonstrou ser verdadeira a afirmação da secretária executiva da FNPETI, cujo contingente de "adolescentes pretos e pardos correspondem a 66,2% do total do grupo identificado em situação de trabalho infantil".

A importância da OIT para a promoção e harmonização dos direitos do trabalho está relacionada aos serviços de aplicação de normas internacionais para que os países-membros da ONU implantem políticas sociais que resguardem direitos humanos e civis. Segundo o saudoso jurista brasileiro Arnaldo Lopes Süssekind, integrante da Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho, "o objetivo da OIT não se restringe a melhorar as condições de trabalho, mas a melhorar a condição humana no seu conjunto".

O Ministério Público do Trabalho anunciou o lançamento de uma plataforma em parceria com a Organização Internacional do Trabalho em julho deste ano.

Denominada Observatório da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (https://smartlabbr.org/), a plataforma fornecerá as informações que permitirão erradicar o uso de mão de obra infantil por diversos setores da sociedade brasileira.

Consequências do trabalho infantil

O trabalho infantil deixa marcas na infância que, muitas vezes, tornam-se irreversíveis e perduram até a vida adulta. Traz graves consequências à saúde, à educação, ao lazer e à convivência familiar. Exemplos dos impactos negativos do trabalho infantil:

Aspectos físicos: fadiga excessiva, problemas respiratórios, lesões e deformidades na coluna, alergias, distúrbios do sono, irritabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em atividades laborais porque têm menor percepção dos perigos. Fraturas, amputações, ferimentos causados por objetos cortantes, queimaduras, picadas de animais peçonhentos e morte são exemplos de acidentes de trabalho.

Aspectos psicológicos: os impactos negativos variam de acordo com o contexto social do trabalho infantil. Por exemplo, abusos físicos, sexuais e emocionais são os principais fatores de adoecimento das crianças e adolescentes trabalhadores. Outros problemas são: fobia social, isolamento, perda de afetividade, baixa autoestima e depressão.

Aspectos educacionais: baixo rendimento escolar, distorção idade-série, abandono da escola e não conclusão da Educação Básica. Cabe ressaltar que quanto mais cedo o indivíduo começa a trabalhar, menor é seu salário na fase adulta. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo rendimento escolar e ao comprometimento no processo de aprendizagem. É um ciclo vicioso que limita as oportunidades de emprego aos postos que exigem baixa qualificação e com baixa remuneração, perpetuando a pobreza e a exclusão social.

Fonte: https://fnpeti.org.br/12dejunho/



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A celebração do aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos ocorreu em 10 de dezembro de 2018. Todavia, segundo a ONU, são milhões de pessoas no mundo que têm seus direitos violados cotidianamente

A organização não governamental criada em defesa dos direitos humanos em todo o mundo **Human Rights Watch** publicou um artigo produzido pela diretora de sua Divisão das Américas, Maria Laura Canineu, em coautoria com o pesquisador César Muñoz, na data comemorativa dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), registrando a afirmação de que a Declaração "consagrou uma ideia muito simples, mas poderosa: todos os seres humanos gozam dos mesmos direitos e liberdades fundamentais, independentemente de raça, sexo, credo ou qualquer outra distinção".

Nas palavras dos autores, a DUDH não pende nem para a esquerda nem para a direita, uma vez que seus artigos contêm regras de conduta universais, ou seja, que valem para todos, isto é, "esses direitos e liberdades se aplicam a pessoas de qualquer país, seja uma ditadura ou uma democracia, se o governo é de direita ou de esquerda". Os autores lembraram que a viúva do presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, "a ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Eleanor Roosevelt – que presidiu a comissão que a elaborou – perguntou em um discurso onde começam os direitos humanos universais". Mas a resposta foi dada pela própria palestrante, ao afirmar: "Em pequenos lugares", perto de casa – tão perto e tão pequenos que eles não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo".

A afirmação de uma importante liderança política feita somente 10 anos após a adoção da DUDH ainda é verdadeira hoje em dia. O simples desrespeito a uma mulher, uma ofensa dirigida a alguém em função de sua cor de pele ou de sua orientação sexual, religiosa ou política já significa uma violação aos direitos humanos, pois logo no primeiro artigo a Declaração aconselha que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

Na primeira consideração registrada no Preâmbulo da DUDH, a dignidade humana fica elevada ao status de "fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo". Do mesmo modo, em sua Proclamação, a Declaração deixa uma mensagem capaz de unir os seres humanos em um objetivo único ao expressar que todos têm o dever de, através do ensino e da educação, promover o respeito aos direitos e liberdades.

Breve histórico

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) havia se espalhado por toda a Europa e Ásia destruindo milhões de vidas, cidades e o meio ambiente. Multidões passavam por privações e enfrentavam a fome. Tudo isso por causa de um líder fascista que imaginava ser superior aos demais seres humanos e, assim, poderia criar as regras que desejasse para organizar o mundo de acordo coma sua visão de como as pessoas deveriam se comportar e de como o governante deveria agir, sem se importar com nada além de sua sede de poder. Hitler desprezava a vida de seu próprio semelhante.

No entanto, forças russas conseguiram vencer o remanescente da resistência do exército alemão de Berlim, enquanto soldados norte-americanos ainda combatiam as forças japonesas no Oceano Pacífico, colocando um fim na intenção de conquista da humanidade liderada pelo nazismo.

Em abril de 1945, reunidos em em São Francisco, nos Estados Unidos, foi realizada uma Conferência das Nações Unidas com o objetivo de prevenir futuras guerras, conforme ficou estabelecido no Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade".

Na ocasião, a viúva do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, referiu–se à Declaração como a Carta Magna internacional para toda a humanidade, tornando-a adotada pelas Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948.

Princípios da Revolução Francesa

A fraternidade, termo utilizado logo no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi um dos ideais da Revolução Francesa (1789-1799), levante popular influenciado pelo Iluminismo cujo lema difundido boca a boca era "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". A filosofia dos iluministas ensinava que o ser humano somente poderia evoluir intelectualmente deixando que a razão prevalecesse sobre as crenças religiosas e o misticismo, em uma época em que as respostas para os questionamentos eram baseadas na fé religiosa.

A partir do pensamento de que deveria haver embasamento lógico e real para os problemas que afetavam as sociedades de toda a Europa, os franceses se rebelaram contra a imposição política absolutista dos monarcas, que determinavam as regras e se apossavam do poder como senhores ou donos da nação.

Assim, em 1789, o primeiro ano da revolução, ocorreu a Tomada da Bastilha – fortaleza medieval utilizada como prisão, símbolo das arbitrariedades com a quais os governantes tratavam seus adversários políticos – e a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento elaborado pelos representantes do povo francês que resultou na universalização dos direitos sociais e das liberdades individuais, em cujo Preâmbulo é possível ler: "tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, [...] a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral".

Estado Democrático de Direito

O grande legado da Filosofia foi eleger o valor supremo da dignidade como alicerce para que as assembleias constituintes de diferentes países inserissem em suas Cartas Magnas direitos fundamentais que tenham a finalidade de assegurar a todos existência digna. Já a Filosofia Política criou o Estado Democrático de Direito, ou seja, um estado de coisas em que as regras de conduta são criadas pelo povo e para o povo, bastante diferente do simples Estado de Direito, no qual o governante decreta uma determinada regra por meio da qual ele mesmo pode gerenciar ao nação sem ter de receber aprovação do Congresso Nacional.

Assim, um conceito imposto pela Revolução Francesa que ficou estabelecido nas constituições dos países-membros das Nações Unidas foi a separação dos poderes (a distinção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), já que a Assembleia Constituinte francesa, influenciada pelos filósofos Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Montesquieu (1689-1755), estabeleceu regras para que o governante ficasse impossibilitado

de ele mesmo elaborar leis e ainda participar da execução delas ou julgar seus próprios atos.

A revolução que significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza inspirou a forma de governo denominada república, em que o poder emana do povo.

Direitos violados

Mesmo após 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos ter estabelecido que as atrocidades vivenciadas por diversas sociedades não deveriam ocorrer novamente, as notícias do mundo todo demonstram que violações aos direitos internacionalmente reconhecidos continuam a ser motivo de preocupação das Nações Unidas.

No dia 30 de julho, o Dia Mundial do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Ministério Público do Trabalho (MPT), junto com a ONU Brasil e parceiros lançaram a campanha "Somos Livres: todos contra o tráfico de pessoas", com o objetivo de chamar a atenção para a proteção dos direitos humanos, já que são comercializadas mais de 25 mil vidas humanas a cada ano no mundo, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

A ONU denuncia que a maior parte das pessoas traficadas servem para fins de exploração sexual ou trabalho escravo, a maioria mulheres. Além disso, as Nações Unidas alertam para o fato de a subnotificação e a insuficiência de dados confiáveis permanecerem um grande desafio para o enfrentamento do problema.

No Brasil, apesar de o Ministério Público do Trabalho fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores, combatendo as situações de trabalhadores em condição análoga à de escravo, constantemente há relatos e notícias de pessoas resgatadas da escravidão contemporânea, isto é, relações de trabalho em que pessoas são forçadas a exercer uma atividade contra sua vontade, sob a ameaça de detenção, violência ou mesmo morte. Vale lembrar que muitos trabalhadores são aliciados com

Entenda a diferença entre "forma, "sistema" e "regime"

Quando se trata de definir a atribuição do poder do Estado, muitas pessoas costumam confundir os termos "forma", "sistema" e "regime" ou não os compreendem perfeitamente. Por isso, cabe um esclarecimento sobre as corretas definições.

Forma de governo – o modo como o Estado se organiza para exercer o seu poder sobre os governados e as relações que serão desenvolvidas entre os detentores do poder e membros da sociedade. Atualmente, as formas podem ser a monarquia, em que o poder político está concentrado nas mãos de uma só pessoa; ou república, em que o povo exerce o poder diretamente ou por meio de representantes, que são eleitos para governar visando ao bem-estar coletivo.

Sistema de governo – tem a ver com o modo como os poderes se relacionam, ou seja, como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário mantêm suas interdependências e respeitam-se mutuamente por acatarem a teoria da separação dos poderes. Na atualidade, os sistemas são o presidencialismo, em que o poder é concentrado no chefe do Estado, representado pelo presidente escolhido pelo povo; e o parlamentarismo, em que os parlamentares são escolhidos pelo povo, mas são estes que escolhem o chefe de Estado, fator de descentralização do poder nas mãos de um único chefe do Governo.

Regime de governo – a forma com a qual as autoridades exercem as suas funções. Assim, os regimes existentes são a democracia e a autocracia. Na democracia o poder é exercido pelo povo diretamente ou por meio de representantes eleitos. A população participa da criação das normas que conduzem a sociedade. Ao contrário da democracia, o regime autocrático é aquele em que o poder é exercido por um governo autoritário, de poder absoluto.



Wilson Dias/Agência Brasil

Abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, onde as leis são criadas e votadas para todo o país

promessas de uma vida melhor, mas a realidade se transforma quando ficam endividados com o patrão e, assim, não conseguem se libertar da servidão

Condições consideradas degradantes de trabalho, por exemplo, não ter banheiro no local ou refeitório sujo, além de jornada exaustiva, aquela sobrecarga ou jornadas extremamente longa e intensa que acarrete danos à sua saúde, também são consideradas situações análogas à escravidão.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, afirmou que os fiscais do trabalho andam recebendo ameaças de patrões que costumam manter trabalhadores em situação análoga à de escravo em 2019, após o Governo ter flexibilizado o acesso às armas no país.

Na ocasião da data em que o mundo comemorava os 70 anos da DUDH, a alta-comissária da ONU para os direitos humanos, Michelle Bachelet, disse que o documento deixou de ser um "tratado de aspiração" para um conjunto de padrões que "permearam praticamente todas as áreas do direito internacional". O aumento do nacionalismo e da xenofobia em países de refúgio, em um momento de crescente migração forçada também foram mencionados no ato comemorativo.

Na celebração do Dia Mundial da Paz, em 21 de setembro de 2018, a diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay, alertou para "a proliferação do populismo e do extremismo, que constituem um obstáculo aos ideais de paz e direitos universais". Azoulay afirmou que "A paz será imperfeita e frágil, a menos que todos se beneficiem dela. Os direitos humanos são universais ou não são". A defesa dos direitos humanos depende de todos.

Defenda os Direitos Humanos

A campanha da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), comemorativa dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi intitulada "Stand Up 4 Human Rights" (Apoie os Direitos Humanos) com objetivos bem definidos acerca das ações que devem ser promovidas. Conheça as propostas.

A Declaração empodera todos nós. Ela preconiza que todos os seres humanos têm o mesmo grau de dignidade e valor. Confirma que o Estado tem um dever central de promover padrões de vida que nos permitam exercer nossa dignidade e igualdade, em liberdade.

Os direitos humanos são relevantes para todos nós, todos os dias. Os direitos humanos incluem o direito de viver livre da insegurança e de não passar necessidade, o direito à liberdade de expressão, saúde e educação; e a desfrutar dos benefícios do avanço da justiça econômica e social.

Somos todos seres humanos e compartilhamos dos mesmos valores universais. Somos interligados. Estamos interconectados. Os direitos humanos que partilhamos, a solidariedade e o cumprimento da responsabilidade relativa a esses direitos são o que nos une no planeta que compartilhamos.

Com igualdade, justiça e liberdade, prevenimos a violência e mantemos a paz. Um Estado de direito imparcial e sólido, que respeita os direitos humanos e que possibilita a resolução de conflitos, é essencial para o desenvolvimento e a paz.

Todas as vezes que se abandonam valores fundamentais, a humanidade como um todo corre risco. Aqueles que disseminam o ódio e exploram os outros, em benefício próprio, destroem a liberdade e a igualdade, tanto em suas comunidades, como no mundo todo. Podemos e devemos resistir.

Precisamos defender os nossos direitos e os dos outros. Todos nós podemos apoiar os direitos humanos. Precisamos mudar a forma como agimos no cotidiano para defender os direitos que nos protegem e, assim, promover a fraternidade entre todos os seres humanos.

Fonte: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/prizes-and-celebrations/70-years-of-the-universal-declaration-of-human-rights/



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Encerrado o Tratado de Desarmamento Nuclear

No início do mês de agosto, os Estados Unidos e a Rússia encerraram oficialmente o Tratado de Desarmamento Nuclear assinado em 1987, durante a Guerra Fria, assinado em Washington, em 8 de dezembro de 1987, pelo então presidente norte-americano, Ronald Reagan, e o líder soviético à época, Mikhail Gorbatchev

O Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, também conhecido por INF (Intermediate-Range Nuclear Forces) foi encerrado por iniciativa dos Estados Unidos, cujo governo acusa a Rússia de descumprimento. Dessa maneira, os mísseis balísticos e de cruzeiro com alcance entre 500 e 5,5 mil quilômetros poderão voltar a ser fabricados livremente tanto pelos EUA como também pela Rússia.

O governo norte-americano acusou o governo Russo de violar o tratado em razão de a Rússia ter desenvolvido mísseis proibidos pelo acordo e que ameaçam tanto os Estados Unidos com também seus aliados europeus.

Os problemas tiveram início em fevereiro de 2019, quando o presidente dos EUA, Donald Trump, demonstrou o desejo de suspender o tratado, seguido pelo presidente russo Vladimir Putin, que também declarou sua intenção de encerrar a participação da Rússia no tratado.

Uma reportagem de Pablo Guimón, do **El País**, insinuou que "a Rússia não é a potência nuclear que os Estados Unidos procuram neutralizar com seus novos mísseis". Para o jornalista, "a China, que não está sujeita a nenhum acordo de controle de armas e há anos vem investindo em defesa, foi um fator determinante nessa decisão".

A guerra comercial travada por EUA e China tem ocasionado diversas modificações nas políticas internacionais. Enquanto os Estados Unidos denunciavam ser os únicos a respeitar o tratado, acusando a Rússia de descumpri-lo, a China não estava inserida no acordo e, por isso, avançava em sua corrida armamentista.

A revista **Exame** elaborou reportagem questionando se o encerramento do tratado internacional de desarmamento nuclear seria uma nova corrida armamentista.

Segundo a revista, Putin estaria planejando lançar novos armamentos de médio-alcance e tem planos de desenvolver uma versão terrestre do míssil Kalibr, usado com sucesso pela marinha russa durante a guerra da Síria. Já os Estados Unidos também estariam desenvolvendo novos tipos de mísseis de médio-alcance, para ogivas convencionais, não nucleares, capazes de atingir alvos situados a mil quilômetros, e outros que poderiam chegar a distâncias de quatro mil quilômetros.

O mundo todo observa atônito.



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Depois do encerramento do tratado para limitação de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, o governo norte-americano anunciou que desenvolverá outros mísseis terra-ar, dando início a uma nova corrida armamentista entres as duas potências nucleares globais

Banco Central dos EUA reduz juros pela primeira vez em 11 anos

Com o corte de 0,25 ponto percentual, levando as taxas à faixa de 2% a 2,25%, o Banco Central dos Estados Unidos reduziu a taxa de juros pela primeira vez desde a crise financeira de 2008



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

Também conhecido por Fed (Federal Reserve), o banco central norte-americano anunciou, no último dia do mês de julho, que a taxa ficará na faixa de 2% a 2,25%, próximo da meta de 2%, em razão de ter ocorrido uma moderada recuperação da atividade econômica que resultou na ampliação dos empregos.

Segundo o jornal **O Estado de São Paulo**, "dirigentes apontam que, nos últimos 12 meses, as leituras da inflação e do núcleo da inflação, que exclui os componentes de alimentos e energia, 'estão vindo abaixo de 2%'. [...] 'Medidas baseadas nos mercados de compensação da inflação permanecem baixas' e 'medidas de expectativas de inflação no prazo mais longo mudaram pouco'".

O presidente do FED, Jerome Powell, ainda de acordo com o **Estadão**, afirmou ter considerado na decisão de rebaixar as taxas de juros "fatores como crescimento global modesto, comércio e inflação contida", ao declarar que "Sem dúvida há um aspecto de seguro na decisão de cortar juros", ao afirmar que "o crescimento no exterior desapontou, especialmente na zona do euro e na China".

Analistas dizem que a economia dos Estados Unidos poderá deixar de ser a maior do mundo, já que a China amplia sua influência nos negócios globais. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), que medem o produto interno bruto (PIB) de ambos os países, revelaram que a China aumentou as exportações aos EUA, enquanto os produtos norte-americanos importados pela China foram reduzidos.

A China tem um comércio eletrônico (e-commerce) bem mais forte em volume e receita em dólares do que os EUA. O FMI já prevê que o PIB chinês crescerá 6,2% em 2019 e 6% em 2020. Uma onda de consumo de produtos chineses vislumbrou do varejo em todo o mundo. Segundo estimativas da consultoria Frost & Sullivan, mais de US$ 413 bilhões em mercadorias serão vendidos por meio de e-commerce da China até 2022, com a participação da gigante Alibaba Group Holding.

No entanto, o presidente Donald Trump anunciou, no início de agosto deste ano, tarifas adicionais de 10% sobre US$ 300 milhões de produtos chineses, medida que começa a valer em setembro, uma ameaça de sobretaxa capaz de colocar em risco o crescimento econômico global.

Banco central brasileiro

O Banco Central brasileiro (Bacen) também reduziu as taxas de juros após o corte do FED. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Bacen reduziu a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), criado em 14 de novembro de 1979, para 6% ao ano, a menor da série histórica iniciada em 1986.

Criada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e pelo Banco Central, a taxa Selic é considerada a taxa básica de juros, influenciando toda a economia brasileira em razão de ser utilizada tanto nas operações do governo federal como nas dos bancos, que tendem a reduzir suas taxas de juros após o corte na Selic.

Com a taxa de juros mais baixa os empréstimos ficam mais baratos e o consumo estimulado, já que os consumidores aumentam suas intenções de compra parcelada, mas o problema é que pode ocasionar aumento da inflação, cuja meta para 2019 é de 4,25%. A meta de inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estados Unidos retomam pena capital para crimes federais violentos

O chefe do Departamento de Justiça dos EUA, William Barr, anunciou que o governo federal voltará a executar condenados à pena de morte a partir de dezembro

Depois de 21 dos 50 estados norte-americanos terem acabado com a pena de morte e 11 terem interrompido esse tipo de castigo aos criminosos violentos não executando prisioneiros há anos, sob a liderança de Donald Trump os Estados Unidos retornarão a executar condenados. No ano passado, 25 execuções ocorreram por autoridades estaduais. A última execução pelo governo federal foi em 2003.

A injeção letal é o método primário de execução em todos os 29 estados norte-americanos onde a pena capital é autorizada como punição por crimes considerados hediondos. Texas foi o primeiro estado a usar o método, em 1982.

Dezesseis estados mantêm um método de execução secundário, já que leis estaduais também valem no país. A legislação do Alabama, Arkansas, Mississippi, New Hampshire, Oklahoma, Carolina do Sul, Tennessee, Utah e Wyoming têm uma opção para o caso de a injeção letal ser considerada inconstitucional ou não seja fornecida pelos fabricantes do coquetel. Enquanto Arizona, Kentucky, Tennessee e Utah possuírem uma opção secundária para os condenados sentenciados à morte antes da introdução da injeção do coquetel letal,



Condenados à pena capital têm o direito de fazer apelações para as cortes judiciais norte-americanas, enquanto permanecem presos em uma prisão estadual ou federal, conhecida como corredor da morte

Texthere Creative Commons Zero (CC0) license

Alabama, California, Florida, Missouri, Carolina do Sul, Virginia e Washington têm outros métodos disponíveis para o caso de o condenado requisitar uma alternativa. Os métodos secundários incluem a execução por eletrochoques, gás letal, enforcamento, pelotão de fuzilamento.

Os condenados à pena capital têm o direito de fazer apelações para as cortes judiciais norte-americanas, enquanto permanecem presos em uma prisão estadual ou federal, conhecida como corredor da morte. Na década de 1970, a Suprema Corte dos Estados Unidos proibiu a aplicação da pena capital por julgá-la incompatível com a Constituição.

Muitas são as críticas a respeito de condenações à pena de morte, na maioria provenientes de organizações em defesa dos direitos humanos. Os EUA executaram pessoas que posteriormente foram consideradas inocentes pela Suprema Corte em razão de exames de DNA terem atestado não serem eles os criminosos apontados como culpados.

Em muitos estados, os crimes que podem ensejar a condenação à morte são variados. No âmbito federal a pena é aplicada em condenados por cometimento de crimes contra o Estado, entre eles traição, espionagem, tráfico de drogas, sequestro e outras graves contravenções às leis federais.

Quatro tratados internacionais proíbem a pena de morte em tempos de paz. A ONU tem o Segundo Protocolo Opcional ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1989), ratificado por 81 países, enquanto três acordos regionais, um na Organização dos Estados Americanos e dois na Europa, também proíbem condenação à morte, segundo informa a **Anistia Internacional**. O cientista político e assessor de direitos humanos da Anistia Internacional no Brasil, Maurício Santoro, publicou artigo esclarecendo que a adesão aos acordos internacionais é voluntária. Contudo, desde 2007 a Assembleia Geral da ONU aprova resoluções recomendando que todas as nações proíbam execuções.

Conselho de Segurança da ONU preocupado com epidemia de ebola

O aumento de casos de ebola na República Democrática do Congo levou o governo de Ruanda a fechar as fronteiras do país vizinho, permitindo apenas que cidadãos congoleses saiam de Ruanda

PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license



Casos da doença pelo vírus ebola (DVE) em Goma, capital da província de Kivu do Norte, na República Democrática do Congo, levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar que a epidemia causada pelo vírus ebola teria se tornado uma emergência sanitária internacional. Depois de uma paciente da doença na cidade ter morrido, os temores de surto no município, que tem cerca de 1 milhão de habitantes, atingiu a população e fez com que o governo tomasse uma medida drástica.

O local fica a 350 quilômetros de onde o surto foi detectado pela primeira vez, em agosto de 2018, quando mais de 1.700 mortes pelo vírus ebola foram contabilizadas na República Democrática do Congo.

Segundo a ONU, "o vírus ebola é uma doença aguda e grave, na maioria dos casos fatal se não receber o tratamento adequado". Detectada pela primeira vez em 1976, na República Democrática do Congo, em uma aldeia perto do rio ebola, o fato deu o nome ao vírus.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução, em 18 de setembro de 2014, determinando que a extensão sem precedentes do vírus na África Ocidental constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais.

Entre os dias 3 a 23 de julho de 2019, 64 áreas de saúde dentro de 18 zonas de saúde relataram novos casos, representando 10% das 664 áreas de saúde, período em que um total de 242 casos foram confirmados no Congo.

O costume de usar curandeiros tradicionais amplia o risco de transmissão do vírus ebola nas províncias congolesas. O conflito entre pastores hemas com agricultores lendus pelo direito de pastagem e de representação política agravam ainda mais a situação. Relatos de ataques a instalações de saúde e que deixaram feridos ou mortos agentes de saúde dificultam os trabalhos de atendimento aos pacientes, além de haver uma inundação de notícias falsas espalhadas por políticos opositores.

As teorias de conspiração já levaram grandes grupos a atacar equipes médicas, já que as fake news disseminadas por correntes do WhatsApp insinuam que o governo lucra com a epidemia e que os médicos, na verdade, estariam infectando as pessoas com suas vacinas. A Organização Mundial de Saúde documentou quase 200 atentados contra postos de saúde e profissionais que neles atuam somente neste ano, contabilizando sete mortos e 58 feridos.

No dia 17 de julho de 2019, o diretor-geral convocou o Comitê de Emergência sob o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) para analisar a situação do surto de ebola na República Democrática do Congo, ocasião em que aceitou a recomendação do Comitê de Emergência de que o surto constitui uma emergência de saúde pública de preocupação internacional (PHEIC).

Crise mundial de refugiados

Problemas de ordens econômica, política e bélica ocasionam deslocamentos em todo o mundo, resultando em conflitos enfrentados pelos imigrantes com as populações dos locais onde chegam para reconstruírem suas vidas



Refugiados sendo resgatados no Mar Mediterrâneo

Alexander Gottschalk/ Bundeswehr

Com o desenvolvimento de grandes conglomerados industriais e comerciais as capacidades de produção e de movimentação de mercadorias demandam mais e mais matérias-primas, fator de intensificação das relações comerciais e políticas entre nações do mundo todo. O impacto da globalização na economia, que se desdobra na internacionalização do capital, interfere tanto na geração de empregos e controle de empresas transnacionais, aquelas que atuam em diferentes países, mas cuja sede fica localizada quase sempre em um Estado desenvolvido, em que o Índice de Desenvolvimento Humano é bastante alto.

Além disso, as empresas de tecnologia figuram nas bolsas de valores como as mais valiosas, os casos de Apple, Google, Microsoft, Facebook e Amazon, empresas com trilhões de reais em captação de recursos. Especialistas apontam que a Apple tem capital superior ao PIB da Suíça ou da Holanda.

O saudoso geógrafo brasileiro Milton Santos mencionava em sua obra intitulada "Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal" (Rio de Janeiro: Record, 2001) que "Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. E a finança move a economia e a deforma, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida".

Realmente, são vários os aspectos da vida humana influenciados pelo dinheiro e o poder que o capital propicia politicamente. Governantes poderosos do ponto de vista econômico ditam regras que trazem consequências para a população mundial, deixando nações em situação de pobreza e resultando nos problemas ainda sem solução para as sociedades, como a migração, uma vez que as pessoas partem em busca de melhorias sociais e financeiras, fator que muitas vezes causa o efeito da xenofobia, o preconceito por causa de origem nacional ou étnica. Quando estrangeiros se tornam uma ameaça por serem vistos como os responsáveis pelos problemas econômicos e sociais dos países desenvolvidos que escolhem para residir e trabalhar aparecem grupos conservadores, autoritários e nacionalistas em oposição direta às políticas de acolhimento de seres humanos com o desejo de progredir economicamente.

Os conflitos armados em diferentes partes do planeta também motivam a migração e a consequente xenofobia. As situações políticas e econômicas de alguns países se desdobram em revoltas nas quais logo surgem grupos paramilitares fortemente armados tentando tomar o poder, ocasionando sangrentos massacres que obrigam civis a fugirem de suas casas em direção a qualquer local onde possam encontrar segurança para suas vidas. Como se não bastasse ter de deixar tudo para trás de modo a salvar a própria vida e também a de seus familiares, os refugiados quase sempre encontram resistência por parte do povo originário do território em que conseguem adentrar.

Mani Albrecht



Construção do muro na fronteira entre Estados Unidos e México



Patrulha na fronteira entre Estados Unidos e México

Mani Albrecht

Problemas políticos também ocasionam deslocamentos no mundo. Em razão de oposições ideológicas, muitas são as pessoas que deixam seus países de origem para construírem suas vidas em outros em que, segundo a compreensão desses migrantes, o governo ofereça maior segurança jurídica para que possam se desenvolver e criar seus filhos em um território que assegure melhores perspectivas futuras tanto de progresso econômico quanto de educação, saúde, policiamento, aposentadoria e outros direitos.

O muro na fronteira dos EUA com o México

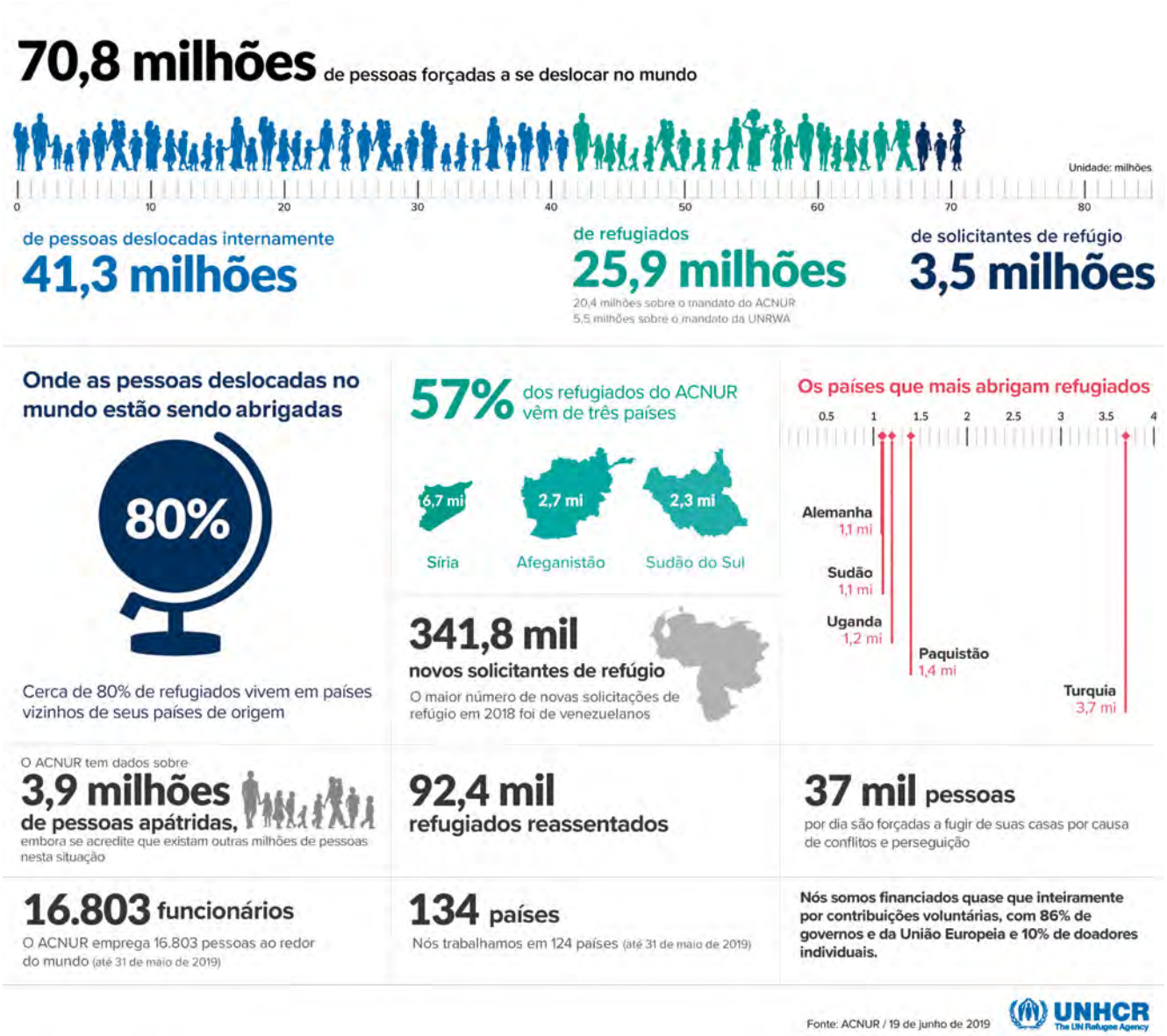
Depois das disputas políticas que resultaram na recusa pelo Congresso dos Estados Unidos de aprovar um financiamento de US$ 5,7 bilhões para a construção do muro pretendido pelo presidente Donald Trump com o objetivo de impedir a imigração, polêmica que resultou até na paralisação das atividades do governo federal durante 35 dias no país e no posterior

acordo entre democratas e republicanos, que destinaram US$ 1,3 bilhão para as obras, o emblemático projeto que foi promessa de campanha finalmente teve um desdobramento favorável ao governo. Em julho de 2019, a Suprema Corte autorizou o uso de US$ 2,5 bilhões do orçamento do Pentágono para financiar a construção de parte da barreira fronteiriça com o México. Com a expressão "Grande vitória para a segurança das fronteiras e o Estado de Direito", Trump se manifestou no Twitter logo após a decisão.

No início deste ano, o mundo assistiu à marcha de emigrantes que fugiam da pobreza e da criminalidade de Honduras, El Salvador, Nicarágua e Guatemala e que tentavam atravessar pelo México em direção aos EUA. Muitos pularam a cerca que separa o México dos Estados Unidos e acabaram instalados em abrigos em que ocorreram as separações de crianças de seus pais, com relatos de maus-tratos e ocorrência de mortes, levando o governo dos Estados Unidos a posicionar militares no ponto de passagem mais movimentado da fronteira para impedir o ingresso daqueles que tentavam atravessar ilegalmente. Contudo, vários migrantes conseguiram entrar.

O presidente Donald Trump afirmou que a polícia migratória vai expulsar milhões de estrangeiros ilegais estabelecidos nos Estados Unidos por meio de regras que permitem a deportação imediata de qualquer imigrante sem comprovação de residência no país por dois anos ininterruptos. Antes, somente os detidos a até 160 km da fronteira e que estivessem no país há menos de duas semanas eram sumariamente expulsos.

Situação mundial segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)



Deslocamentos rumo à Europa

Centenas de milhares de refugiados fogem da África e Oriente Médio, em sua maior parte, por ocasião de disputas bélicas, violações de direitos humanos, intolerância religiosa e problemas causados pelas mudanças climáticas, e seguem para a Europa em busca de refúgio



Segundo a Agência da ONU para Refugiados, as pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições cruzando fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos são consideradas refugiados e precisam contar com a assistência dos Estados e de outras organizações dos locais em que chegam para reconstruírem suas vidas.

A escalada de grupos de migrantes ocasionou controles nas fronteiras de vários países da União Europeia. Os problemas são muitos e variados, por exemplo, o tráfico de migrantes, que levou a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) a lançar uma plataforma para que os Estados-membros possam desmantelar redes criminosas de tráfico de pessoas forçadas a se deslocar e darem assistência às vítimas e desenvolverem estratégias de prevenção.

A Anistia Internacional estima que ao menos 23 mil pessoas tenham perdido suas vidas tentando chegar à Europa neste século XXI. O pior é que para quem conseguiu atingir as fronteiras da União Europeia a sonhada segurança pode se tornar outro pesadelo.

A questão migratória na União Europeia é tão grande que os partidos políticos dos 28 Estados que integram o bloco econômico se preocupam e abordam o problema em seus planos de governo, levando em consideração os processos eleitorais.

A partir de dados coletados em 2018, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR em português e UNHCR em inglês), revelou que o mundo assiste aos maiores níveis de deslocamento já registrados na história do ACNUR. No presente século, quase 71 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar suas casas. Entre elas estão 25,9

milhões de refugiados, metade dos quais são menores de 18 anos.

Os conflitos na Síria, que deixou mais de 360 mil mortos e que fez mais da metade da população de 23 milhões de habitantes fugir de seus lares; e no Sudão do Sul, que deixou mais de 380 mil mortos e obrigou mais de 4 milhões de pessoas, um terço da população, a buscar outro local onde pudessem viver em segurança, foram os principais responsáveis pela crise migratória europeia.

Veja as rotas migratórias de acordo com o Conselho Europeu, organização que define as orientações e prioridades políticas gerais e cuja atuação na definição das estratégias é essencial para a União Europeia estabelecer ações positivas e criação de legislação com o fim de propiciar solução humanitária para a crise dos migrantes e refugiados.



Os migrantes que chegaram a Paris já somaram mais de 2.700 pessoas vivendo em torno de Porte de la Chapelle

Rotas migratórias

Rota do Mediterrâneo Central

A rota do Mediterrâneo Central tornou-se a rota mais utilizada para entrar na EU, fazendo com que a maior parte dos migrantes da África subsariana e do Norte de África atravessem a Líbia rumo à Europa.

Rota do Mediterrâneo Oriental

A rota do Mediterrâneo Oriental refere-se à travessia marítima da Turquia para a Grécia. Em 2015, chegaram à UE refugiados de guerra da Síria em elevado número através dessa rota. Desde então, o número de chegadas irregulares por essa rota diminuiu substancialmente graças à estreita cooperação entre a UE e a Turquia.

Fonte: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/migratory-pressures/

Entenda o que são as pessoas apátridas

São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

A apatridia, às vezes, é considerada um problema invisível, porque as pessoas apátridas muitas vezes permanecem invisíveis e desconhecidas. Elas podem não ser capazes de ir à escola, consultar um médico, conseguir um emprego, abrir uma conta bancária, comprar uma casa ou até se casar.

Pessoas apátridas frequentemente vivem em situações precárias à margem da sociedade. Identificá-las é fundamental para adereçar as dificuldades que enfrentam e para permitir que os governos, o ACNUR e outros possam prevenir e reduzir a apatridia

Fonte: https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/

O Conselho da União Europeia, a instituição que representa os governos dos Estados-membros, desenvolveu o Mecanismo Integrado de Resposta Política a Situações de Crise (IPCR) para solucionar rapidamente as situações graves e complexas, incluindo atos terroristas. São várias as atividades preparatórias para garantir que o IPCR funcione adequadamente quando acionado, contando com o apoio de outras instituições da UE, dos Estados-Membros e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Veja o quadro adaptado.



Refugiados rohingya em Bangladesh

De acordo com as informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a mais intensa crise de refugiados acontece com os rohingya, uma minoria muçulmana apátrida de Mianmar, população que começou a se deslocar em 25 de agosto de 2017, quando a violência eclodiu no Estado do Arracão, em Mianmar (antiga Birmânia) – nação do sudeste asiático com mais de 100 grupos étnicos, que faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia.

O campo de refugiados rohingya em Bangladesh é o maior e mais densamente povoado assentamento de migrantes do mundo. Perseguidos e assassinados, os rohingya são alvo de limpeza étnica liderada por grupos extremistas de maioria budista, que resultou em uma das maiores crises humanitárias deste século. Em artigo publicado no jornal The Washington Post, no ano passado, o secretário-geral da ONU, António Guterres, comentou os relatos assustadores que ouviu em Bangladesh por parte dos rohingya forçosamente deslocados por causa da violência generalizada em Mianmar.

Guterres disse ainda que os rohingya "foram privados dos direitos humanos mais básicos, começando pela cidadania". Proibidos de se casar ou de viajar sem a permissão das autoridades, além de não terem o direito de possuir terra ou propriedade, a população rohingya sofreu ataques das forças de segurança de seu próprio país – Mianmar –, que aterrorizou os agora refugiados em Bangladesh em função de ter restado como única opção deixar tudo para trás para sobreviver.

A discriminação contra a etnia rohingya em Mianmar, país que esteve 50 anos sob uma ditadura militar, ocasionou que ficassem apátridas. A maioria religiosa budista da população birmanesa é composta por 68% da etnia bamar. Em 1982, foi editado um decreto presidencial que criou oito etnias oficiais de Mianmar, o qual excluiu os rohingya e os confinou em uma região. Com o recrudescimento da perseguição étnico-religiosa, fugiram para Bangladesh, onde o governo não os reconhece como seus cidadãos.

As autoridades de Mianmar apoiaram o monge budista mais polêmico do mundo, Ashin Wirathu, também conhecido como o Bin Laden budista, que em suas pregações extremas, tais quais discursos de ódio, chama as mesquitas de "bases inimigas" e os muçulmanos de "cães loucos", além de acusar os adeptos do Islã de roubarem e estuprarem mulheres birmanesas e criticá-los por se reproduzirem muito rápido. Em Mianmar, estima-se haver mais monges budistas do que soldados do exército.

O deslocamento forçado por motivo de intolerância religiosa que ocorre com os rohingya também já aconteceu em outras localidades em que a liberdade religiosa não foi respeitada.


Campo de refugiados rohingya em Bangladesh

UN Women _ Allison Joyc

Venezuelanos no Brasil

O número de venezuelanos que buscou refúgio no Brasil já chega perto de 200 mil. Mesmo com medidas de fechamento, ou triagem na fronteira, os imigrantes usam rotas clandestinas entre os dois países

Na quarta edição do relatório "Refúgio em Números", com dados de 2018, elaborado pelo Cômite Nacional para os Refugiados (Conare), ficou demonstrado que o Brasil reconheceu um total de 1.086 refugiados de diversas nacionalidades no ano passado, contabilizando mais de 11 mil pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Estado brasileiro. Os sírios representam 36% da população refugiada com registro ativo no Brasil, seguidos dos congoleses, com 15%, e angolanos, com 9%.

Em março de 2019, a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre migrantes e refugiados venezuelanos apresentou relatório em que ficou demonstrada uma estimativa da migração forçada de venezuelanos de mais cinco milhões de pessoas até o final de 2019. Segundo o órgão, trata-se de crise de migrantes e refugiados no mundo tão preocupante quanto aquela causada pela guerra na Síria.

Em pronunciamento, o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, afirmou que "Sem nenhuma mudança significativa para reverter a crise econômica, política e social na Venezuela, o número total de migrantes e refugiados pode ficar entre 5,39 milhões e 5,75 milhões até o fim de 2019".

Os venezuelanos fogem da grave crise econômica que causa hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos. O aumento da criminalidade já foi denunciado pelo povo da Venezuela e repercutiu na fronteira com o Brasil. Segundo a Anistia Internacional, execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, mortes e ferimentos em vista de o governo fazer uso excessivo da força compõem a lista de abusos de Nicolás Maduro.

Com 87% dos lares venezuelanos abaixo da linha da pobreza e taxa de homicídios de 81,4 para cada 100 mil habitantes, o povo da Venezuela foge para outros países. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), são 4 milhões de pessoas que já migraram. Os estados que mais receberam venezuelanos são a Colômbia, que até agora já tem 1,3 milhão, seguida do Peru (768 mil), Chile (288 mil), Brasil (168 mil) e Argentina (130 mil).

O governo brasileiro distribuiu vários refugiados venezuelanos para cidades longe da fronteira de Pacaraima (RR), cidade brasileira mais próxima da Venezuela. As Forças Armadas brasileiras mantêm um Posto de Recepção e Identificação na fronteira, de modo que os venezuelanos em busca de melhor condição de vida passem por triagem e possam receber assistência médica e vacinas antes da solicitação de refúgio ou residência temporária ao governo brasileiro.



Refugiados venezuelanos embarcam em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com destino a São Paulo e Cuiabá

Antônio Cruz/Agência Brasil

#Vaza Jato

Após as revelações feitas pelo The Intercept, uma verdadeira reviravolta aconteceu nas vidas de dois homens fortes e indispensáveis à administração da justiça brasileira



PxHere/ Creative Commons Zero (CC0) license

No início do mês de junho de 2019, o Brasil amanheceu surpreendido por notícias de que dois dos heróis da mais famosa operação de combate à corrupção da história do país trocavam mensagens secretas em grupos de procuradores no Telegram capazes de interferir na administração da justiça. O coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz federal Sergio Moro, que se tornaram celebridades no pais, apareciam nos arquivos inéditos de mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos e até documentos judiciais enviados por uma fonte anônima para o jornalista norte-americano radicado no Rio de Janeiro Glenn Grenwald, que elaborou reportagens revelando comportamentos antiéticos e transgressões ao sistema Judiciário.

Uma parcela da imprensa nacional logo começou a chamar o episódio dos vazamentos das conversas entre o então juiz federal e os procuradores do MPF de Vaza Jato, enquanto parte da sociedade, inconformada com a relação inconstitucional dos envolvidos nas supostas violações jurídicas, encheu as redes sociais de memes e outras manifestações contrárias aos outrora paladinos da Justiça.

Apenas um mês depois das primeiras revelações de acordos e conchavos entre um membro do Poder Judiciário e outros membros do Ministério Público – comportamento que pode ocasionar até a anulação de julgamentos de condenados – o primeiro áudio da série de reportagens da Vaza Jato pelo **The Intercept** fez com que as hashtags #VazaJato1Mês e #Deltan chegassem ao topo dos Trending Topics (os assuntos mais comentados) do Twitter no mundo.

Importantes juristas brasileiros, incluindo alguns juízes, também destacaram a influência política das conversas, no mínimo, antiéticas entre o ex-magistrado e os membros do MPF, em vista de Sérgio Moro ter sido diretamente responsável pela condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, pouco tempo depois, ter aceitado se tornar o ministro da Justiça do governo do atual presidente da República Jair Bolsonaro, que abertamente se proclama oposição e de direita.

Vale lembrar que a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em parceria com o Instituto MDA apontou, em agosto de 2018, que Lula tinha a preferência de 37,3% das intenções de voto para as eleições presidenciais, enquanto Jair Bolsonaro, em segundo lugar, registrava somente 18,3% do levantamento registrado no Tribunal Superior Eleitoral.

Muitos também foram os defensores de Moro e Dallagnol, entre eles vários membros do Ministério Público Federal afirmaram não haver irregularidade nas conversas entre o atual ministro da Justiça e o procurador do MPF, contestando advogados que criticaram a suposta violação do dever de imparcialidade do ex-juíz.

O ministro da Justiça Sérgio Moro compareceu a audiências públicas, tanto na organizada por parlamentares na Câmara dos Deputados para dar esclarecimentos a respeito do conteúdo revelado pelo site de notícias The Intercept Brasil, como também na do Senado, em que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o interpelou sobre as notícias veiculadas na imprensa relacionadas à Operação Lava Jato.

Argumentos da defesa do ministro Sérgio Moro

Em meados de junho de 2019, o ex-juiz Sérgio Moro compareceu ao Senado para prestar esclarecimentos acerca das supostas conversas secretas que o envolviam em suspeitas de parcialidade na condução de condenações na Operação Lava Jato. Na ocasião, Moro enfatizou que as mensagens foram obtidas de maneira ilícita e declarou que, mesmo que fossem "parcialmente autênticas", não via ilegalidade ou parcialidade nelas.

O senador Flávio Bolsonaro disse que Glenn Greenwald teria contratado um hacker russo para invadir o celular de autoridades brasileiras. Moro também criticou os vazamentos dizendo considerá-los atividade de hackers e se autodeclarou vítima de revanchismo, negou conluio com investigadores e denunciou haver um grupo criminoso cuja intenção é anular condenações, atrapalhar investigações e atacar instituições.

No encontro entre Sérgio Moro e parlamentares ocorrido no início de julho deste ano, quando cerca de 60 deputados fizeram discursos ou perguntas, Moro disse que as mensagens reveladas pelo The Intercept consistem em uma tentativa criminosa de invalidar condenações da Lava Jato e classificou o conteúdo de "balão cheio de nada". Afirmou ainda que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acatou o sensacionalismo das reportagens. A audiência foi interrompida quando um deputado ofendeu o ministro da Justiça, que se retirou do recinto.

Os ministros Augusto Heleno (Segurança Institucional), Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo) defenderam Sérgio Moro. Atos organizados em defesa da Lava-Jato ocorreram nas principais capitais brasileiras, reunindo milhares de manifestantes, os quais atacaram a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e inflaram um boneco gigantesco do atual ministro da Justiça vestido com as roupas do Super-Homem em frente ao Congresso Nacional.

Já o ministro do STF, Edson Fachin, declarou não haver comprovação da autenticidade e integridade do conteúdo das mensagens trocadas entre o então juiz federal e membros do MPF porque o material não teria sido submetido a "escrutínio pelas autoridades judiciárias" e que, portanto, a confiança sobre a idoneidade dos vazamentos estaria comprometida.

Polêmica sobre provas

Além de o inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal ter estabelecido que "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos", o artigo 157 do Código de Processo Penal determina serem as provas consideradas ilícitas "inadmissíveis", devendo ser desentranhadas (retiradas) do processo se tiverem sido "obtidas em violação a normas constitucionais ou legais".

Contudo, o ministro do STF Gilmar Mendes declarou que prova ilícita ou ilegítima não necessariamente deve ser anulada, ao se referir às supostas conversas de Moro. Há vários casos no Judiciário brasileiro em que provas obtidas de forma ilegal foram consideradas no processo. Sérgio Moro e Dallagnol já defenderam que provas consideradas ilícitas poderiam ser validadas como legais em determinadas situações. Mas alguns conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a unanimidade dos conselheiros do Conselho Federal da OAB pediram investigação, esta última solicitando ainda o afastamento dos envolvidos.

Hackers presos pela Polícia Federal

Enquanto o **The Intercept** recebia a ajuda de outros veículos de comunicação tão renomados com o jornal **Folha de São Paulo** e a revista **Veja**, divulgando mais e mais conversas secretas que demonstravam a parcialidade do ex-juiz federal e outras contravenções praticadas pelo procurador do MPF Deltan Dallagnol, a Polícia Federal realizou a operação intitulada "spoofing" (uma forma de golpe tecnológico que faz alguém acreditar em algo que não é verdade), cumprindo mandados de busca e de prisão temporária em São Paulo, Araraquara e Ribeirão Preto, ambas cidades paulistas, levando quatro detidos para Brasília, suspeitos de envolvimento da invasão de celulares do ministro Moro e de procuradores da Operação Lava Jato.

Após o Ministério da Justiça ter anunciado que destruiria as provas obtidas com os hackers, o Supremo Tribunal Federal determinou que todas as informações em poder dos quatro suspeitos presos deveriam ficar sob a guarda do STF, contrariando Sérgio Moro, o comandante da Polícia Federal. Um dos acusados pela invasão de aparelhos celulares de autoridades brasileiras também é processado criminalmente por estelionato, apropriação indébita, furto qualificado e até tráfico de drogas.

Detidos na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, Walter Delgatti Neto, Gustavo Henrique Elias Santos, Suelen Priscila de Oliveira e Danilo Marques permanecerão presos por tempo indeterminado em razão de o juiz titular da 10ª Vara Federal do DF ter determinado a prisão preventiva deles no primeiro dia do mês de agosto.

Constituição recebe a centésima primeira emenda

Promulgada em outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, que completou 30 anos no ano passado, já recebeu 101 alterações em seu texto



Arquivo Agência Brasil



"Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil", disse há 25 anos o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao promulgar a nova Constituição Federal, a qual chamou de "Cidadã". O Brasil ficava livre da Constituição de 1967, elaborada pelo regime militar que impôs uma ditadura no país de 1964 até 1985.

As grandes conquistas obtidas no campo dos direitos humanos durantes os 30 anos de vigência da Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida por ser uma constituição cidadã, trouxe ao povo brasileiro avanços significativos no que diz respeito aos direitos sociais. Trata-se do principal símbolo da redemocratização que o país vivenciou após os anos de ditadura militar, regime que vigorou desde o dia 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985, quando diferentes governos militares criaram um Estado de exceção, em oposição direta ao Estado Democrático de Direito.

Convocada em 1985, pelo então presidente José Sarney, a Assembleia Nacional Constituinte trabalhou durante 20 meses com a participação de 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), representando a sociedade na reconstrução de um país em que as liberdades voltaram a ser asseguradas, como as de expressão, associação e de imprensa.

A promulgação é o reconhecimento da autenticidade de uma regra, ato que reconhece a Constituição como uma obrigação que deve ser cumprida por todos. Por isso, o Preâmbulo torna claro que a Assembleia Nacional Constituinte instituiu no país um Estado Democrático "destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

Logo de início nota-se os princípios da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade), ideais que os constituintes brasileiros inseriram na atual Constituição Federal, além de outros direitos e garantias individuais e coletivas que colocam um limite ao poder estatal sobre a vida do cidadão.

As novas demandas da sociedade levaram os parlamentares a modificar o texto constitucional para acompanhar a evolução. Mas o único modo formal de alterar a Constituição é por meio de Emendas Constitucionais, conforme determina o artigo 60 da atual Carta Magna. Uma alteração depende de 308 votos favoráveis na Câmara dos Deputados e 49 no Senado.

O único ano em que a Constituição não recebeu emendas foi 2018, em razão da intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, já que o texto constitucional determina a proibição de sua modificação durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

A própria previdência social já recebeu alterações em função de a Constituição ter sido emendada. A primeira mudança ocorreu por meio da Emenda Constitucional (EC) 3/1993, ao estabelecer que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos passassem a ser custeados com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores. Depois, a EC 20/1998, reformou os sistemas de previdência público e privado. Após cinco anos, a EC 41/2003, efetuou mudanças no setor público, com destaque para o cálculo das aposentadorias e pensões de servidores públicos com base na média de todas as remunerações; cobrança de 11% de contribuição previdenciária dos servidores já aposentados e criação de teto e subteto salariais nas esferas federal, estadual e municipal.

Já a EC 47/2005 instituiu um sistema de cobertura previdenciária para trabalhadores domésticos, enquanto a EC 70/2012 se direcionava à servidores públicos e tinha como objetivo rever as aposentadorias por invalidez, para que o cálculo passasse a ser realizado com base na média das remunerações do servidor e não com base na sua última remuneração. A última alteração na previdência aconteceu com a EC 88/2015, que mudou a idade para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos.

Ressalte-se que foi somente em 2013 que a EC 72 garantiu aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais.

Contudo, a Constituição tem as chamadas cláusulas pétreas, isto é, que não podem ser alteradas nem mesmo por meio de emendas, determinações constitucionais que são: a forma federativa de estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; os direitos e garantias individuais. Em 2004, a EC 45 instituiu o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), além de ter alterado as competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela ficou conhecida como a Reforma do Judiciário.

Outra importante medida histórica dos parlamentares brasileiros foi a alteração que a Constituição recebeu por meio da EC 66/2010, que extinguiu a exigência de separação judicial prévia por mais de um ano ou de fato por mais de dois anos para que brasileiros e brasileiras pudessem obter o divórcio.

Na Constituição de 1988, um capítulo foi inteiramente dedicado ao meio ambiente, com a determinação de avaliação de impacto ambiental para obras, regramento que abriu caminho para legislações posteriores, como a Lei das Águas e a Lei dos Crimes Ambientais. Outra inovação importantíssima na vigente Carta é a possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei, com a assinatura de 1% dos eleitores do País.

A centésima primeira emenda, de 3 de julho de 2019, acrescentou o parágrafo 3º ao art. 42 da Constituição Federal para estender aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no inciso XVI do artigo 37.

A TRAMITAÇÃO DE PECs

Ao ser apresentada, a proposta de emenda à Constituição (PEC) é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) quanto à sua admissibilidade. Esse exame leva em conta a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa da proposta. Se for aprovada, a Câmara criará uma comissão especial especificamente para analisar seu conteúdo.

A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para proferir parecer. Depois, a PEC deverá ser votada pelo Plenário em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação. Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações.

Senado

Depois de aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos.

Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente. A proposta vai de uma Casa para outra (o chamado pingue-pongue) até que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas.

Fonte: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/70153.html.

Entenda a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

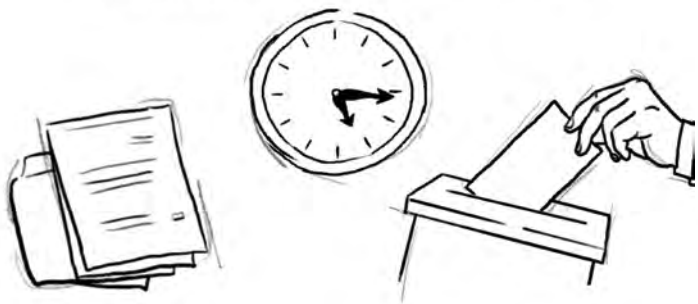
1. Ao ser apresentada, a proposta de emenda à Constituição (PEC) é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) quanto à sua admissibilidade. Esse exame leva em conta a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa, sem entrar no mérito



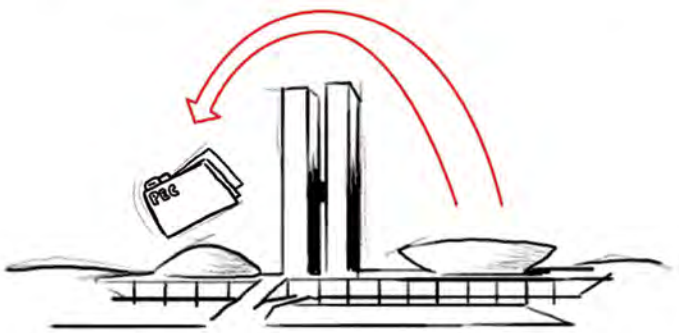
2. Se for aprovada na CCJ, a Câmara cria uma comissão especial especificamente para analisar seu conteúdo



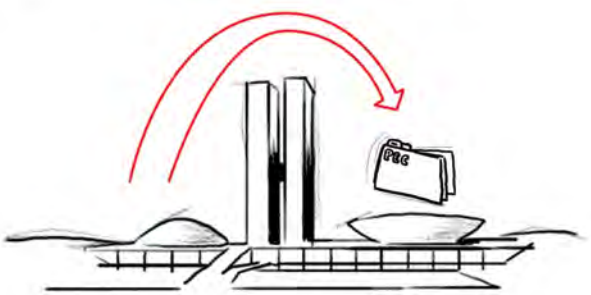
3. A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para votar a proposta. Depois, a PEC deverá ser votada pelo Plenário em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação. Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações



4. Depois de aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos



5. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente



6. A proposta vai de uma Casa para outra (o chamado pingue-pongue) até que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas.



Fonte: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/481883-CONHECA-A-TRAMITACAO-DE-PROPOSTAS-DE-EMENDA-A-CONSTITUICAO.html

ATUALIDADES
ENEM + VESTIBULAR 2019

Elaborado a partir dos desdobramentos de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Almanaque de Atualidades** tem o objetivo de oferecer aos estudantes secundaristas e outros interessados em participar do Exame Nacional do Ensino Médio ou vestibulares os conhecimentos necessários para a construção do repertório sociocultural tão importante para quem vai disputar uma classificação às vagas das instituições de ensino superior.

Vale destacar ainda a importância da reunião de conhecimentos variados para o desenvolvimento da argumentação e da proposta de intervenção que o participante do Enem precisará inserir em sua redação, além dos subsídios que os vestibulandos necessitarão para compor os textos de variados gêneros nas provas dissertativas das mais diversificadas universidades brasileiras.